



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS – NÍVEL DE
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE**

RENAN PAULO BINI

**PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL EM DOSSIÊ DA REVISTA *CULT*: TRAÇOS DE
MODALIZAÇÃO**

CASCAVEL - 2018

RENAN PAULO BINI

**PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL EM DOSSIÊ DA REVISTA *CULT*: TRAÇOS DE
MODALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, nível de Mestrado e Doutorado - área de concentração Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estudos da Linguagem: descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais, Discursivos de Diversidade.

Orientadora: Professora Doutora Aparecida Feola Sella

CASCADEL - 2018

RENAN PAULO BINI

Primeira pessoa do plural em dossiê da Revista Cult: traços de modalização

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais, Discursivos e de Diversidade, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



Orientador(a) - Aparecida Feola Sella

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Terezinha da Conceição Costa Hübner

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Clarice Cristina Corbari

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Cascavel, 9 de outubro de 2018.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Bini, Renan Paulo

Primeira pessoa do plural em dossiê da revista Cult : traços de modalização / Renan Paulo Bini; orientador(a), Aparecida Feola Sella, 2018.
120 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018.

1. Primeira pessoa do plural. 2. Modalização. 3. Ethos, Pathos e Logos. 4. Dossiê. I. Sella, Aparecida Feola. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À **Universidade Estadual do Oeste do Paraná**, por viabilizar e oportunizar meu crescimento acadêmico e profissional.

À professora doutora **Aparecida Feola Sella**, pelas orientações e conselhos que contribuíram para o meu crescimento como profissional e pesquisador.

Às professoras doutoras **Terezinha da Conceição Costa-Hubes**, **Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso** e **Clarice Cristina Corbari**, por aceitarem contribuir a este trabalho na Banca Examinadora.

À **Daysi Bregantini**, Diretora de Redação da Revista *Cult*, pela concordância de que um texto da *Cult* fosse analisado nesta dissertação.

Aos familiares, em especial, aos meus pais, **Jocnete** e **Paulo Bini**, e à minha irmã, **Tayná Bini**, pela compreensão e pelo apoio ao longo do mestrado.

Aos **colegas** e **amigos** que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, **Jocnete** e **Paulo Bini**, pelo amor com que moldaram meu coração e me ensinaram a ser um ser humano que valoriza o trabalho, a honestidade, o amor e a educação.

De todas as disciplinas antigas, [a Retórica] é a que melhor merece o nome de ciência, pois a amplidão das observações, a sutileza da análise, a precisão das definições, o rigor das classificações constitui um estudo sistemático dos recursos da linguagem, cujo equivalente não se encontra em qualquer dos outros conhecimentos daquela época.

Pierre Guiraud

BINI, R. P. B. **Primeira pessoa do plural em dossiê da revista *Cult***: traços de modalização. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

RESUMO

Investiga-se, por meio desta pesquisa, o uso da primeira pessoa do plural em texto jornalístico, considerando a hipótese de que essa pessoa do discurso pode agregar ao texto modalização epistêmica e diferentes instâncias de sentido vinculadas às categorias **ethos**, **pathos** e **logos** da Retórica. Tomam-se para análise recortes com ocorrências da primeira pessoa do plural no texto *Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil*, texto que apresenta o dossiê *Percepções do Feminino e Ações Feministas*, publicado na Revista *Cult/Edição 210/2016*. Parte-se da seguinte pergunta de pesquisa: A marca verbal de primeira pessoa do plural poderia demarcar efeitos modalizadores em textos jornalísticos, a exemplo do que ocorre nos recortes selecionados para esta análise? Para responder à problemática, tem-se o objetivo geral de verificar o funcionamento da primeira pessoa do plural, como elemento modalizador e como marca retórica, no texto *Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil*, do dossiê *Percepções do Feminino e Ações Feministas*, da Revista *Cult*. O estudo justifica-se considerando que a realização do estado da arte demonstrou que há poucas pesquisas sobre o funcionamento da PPP em textos jornalísticos e poucas pesquisas que consideram a PPP uma estratégia retórica. Já em relação à utilização desta pessoa do discurso como uma estratégia de modalização, não foram encontradas pesquisas nos bancos de dados acadêmicos consultados. Para esta proposição, parte-se da perspectiva de que a argumentação em textos jornalísticos se constrói a partir da relação entre o produtor do texto, a argumentação textual e o público-leitor; e de que o produtor do texto manipula recursos linguísticos para agirem sobre a plateia, orientando a produção de sentidos ao escolher o conteúdo que vai verbalizar e a forma de fazê-lo, imprimindo modalização. Assim, a base teórica desta pesquisa é composta, principalmente, por pesquisas sobre Modalização e Retórica. Considerando a avaliação dos fenômenos de Modalização, refletiu-se sobre propostas como as de Castilho e Castilho (1993), Campos (2001), Koch (2002), Miranda (2005) e Corbari (2013). Já para a avaliação da tessitura retórica, considerou-se Mosca (2001), Aristóteles (2017), Massmann (2017) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017), entre outros pesquisadores. Também se consideram orientações da Sociolinguística relativas ao uso do pronome “nós”, como a proposta de Lucchesi (2009), visto que se trata de marca linguística recorrente no *corpus*, considerando a forma de engajamento do produtor do texto com as outras pessoas do discurso, embora o autor proponha categorias ao observar textos orais e nesta pesquisa objetiva-se analisar textos escritos. As análises dos recortes selecionados demonstram que esta pessoa do discurso apresenta, no texto, três dimensões de sentido. Nota-se que, apesar de se tratar de uma pessoa do discurso, o recurso linguístico orienta os sentidos no texto, se considerada devidamente atrelada ao conteúdo dos enunciados e à imagem que se constrói do produtor do texto com a provável plateia.

Palavras-chave: Primeira pessoa do plural; Modalização; *Ethos*; *Pathos*; *Logos*; Dossiê.

ABSTRACT

This research aims at investigating the use of the first person of plural in journalistic texts, so, it is taken into account the hypothesis that this subject of discourse can add epistemic modalization and different sense instances to the text, which are associated to **ethos**, **pathos** and **logos** categories of Rhetoric. Cutouts with occurrences on the first person of plural are analyzed in the text named as *Feminist Conscience and Struggles: conquests and challenges in Brazil*. This text shows the dossier Perceptions of Feminine and Feminist Actions, published in Cult/Edition Journal, 210/2016. The first query of this research is: could the first person of plural form delimit modifying effects in journalistic texts, as it happens in the cutouts selected for this analysis? Thus, in order to answer this demand, the overall goal of this research was verifying how the first person of plural works, as a modifying element and a rhetoric characteristic, in the text *Conscience and feminist struggles: achievements and challenges in Brazil*, concerning the Perceptions of Feminine and Feminist Actions dossier, in Cult Magazine. Thus, this study is explained by the state of art achievement has shown that there is little research on the PPP operation in journalistic texts and few researches that consider the PPP a rhetorical strategy. Regarding the use of this person's speech as a modalization strategy, no research was detected in the consulted academic databases. So, according to this subject, there is a perspective that discussion in journalistic texts is built up from the relationship among the text producer, textual subject-matter and the public-reader; and that the text producer handles with linguistic resources to act out on audience, in order to guide the meaning production when choosing content that will verbalize as well as how to do it, adhering to modalization. Thus, the theoretical basis of this research is constituted of research on Modalization and Rhetoric. Considering the evaluation of modification phenomena, there was some reflection on proposals such as those ones of Castilho and Castilho (1993), Campos (2001), Koch (2002), Miranda (2005) and Corbari (2013). Therefore, Mosca (2001), Aristotle (2017), Massmann (2017) and Perelman and Olbrechts-Tyteca (2017), among other researchers were studied to evaluate the rhetorical process. Sociolinguistic guidelines are also considered regarding the use of pronoun "we", as it can be observed in Lucchesi's proposal (2009), since it is a recurrent linguistic impress in corpus, considering engagement way of the text producer with the other persons of the discourse, although the author proposes categories when observing oral texts and this research aims at analyzing the written ones. The analyzes of the selected cutouts have shown that this person of discourse presents three dimensions of meaning in the text. It is highlighted that, although it concerns about a person of the discourse, the linguistic resource guides the senses in the text, if it is considered duly associated to the content of statements and image that is built of the text producer with the likely audience.

Keywords: First person plural; Modification; *Ethos*; *Pathos*; *Logos*; Dossier.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 NOÇÕES DE MODALIZAÇÃO E A PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL... ..	13
2.1 SOBRE A DIFERENÇA ENTRE MODALIDADE E MODALIZAÇÃO.....	13
2.2 A MODALIZAÇÃO NOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS.....	21
2.2.1 Tipos de modalização e noções adotadas.	24
2.2.2 Primeira Pessoa do Plural: processo de modalização.....	36
3 ARGUMENTAÇÃO, RETÓRICA E A PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL.	40
3.1 NOÇÕES DE ARGUMENTAÇÃO E DE RETÓRICA.....	40
3.1.1 Considerações sobre as categorias <i>ethos</i> , <i>pathos</i> e <i>logos</i>	50
3.1.1.1 O <i>ethos</i>	52
3.1.1.2 O <i>pathos</i>	57
3.1.1.3 O <i>logos</i>	61
4 METODOLOGIA DA PESQUISA, DESCRIÇÃO DO CORPUS E ANÁLISE.....	64
4.1 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO TEXTO JORNALÍSTICO	64
4.1.1 O gênero dossiê na Revista <i>Cult</i>	68
4.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS.....	71
4.3 A PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL NO TEXTO <i>CONSCIÊNCIA E LUTAS FEMINISTAS: CONQUISTAS E DESAFIOS NO BRASIL</i>	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
6 REFERÊNCIAS.....	94
ANEXO: DOSSIÊ PERCEPÇÕES DO FEMININO E AÇÕES FEMINISTAS	102

1 INTRODUÇÃO

A experiência como pesquisador jornalista e a reflexão sobre teorias que orientam as ações dos profissionais da área levam-nos a refletir sobre a questão da neutralidade nos textos jornalísticos, tornada ideal em diversos manuais. Documentos que norteiam as ações dos profissionais de Jornalismo promovem a defesa da produção textual “objetiva” e “imparcial”¹, que pode ser realizada, por exemplo, por meio da escolha das pessoas do discurso no texto².

Esse direcionamento destoa de algumas pesquisas da Linguística. Nesta área, o discurso é considerado um ato linguístico fundamental da linguagem humana e, assim, não haveria textos neutros. Essa perspectiva proporcionou reflexões sobre a forma como textos jornalísticos são estruturados. Depois de reuniões de orientação, analisamos que, além de outros fatores, o uso da primeira pessoa do plural (doravante PPP) pode demarcar modalização.

Nessa perspectiva, orienta esta proposição a seguinte pergunta de pesquisa: A marca verbal de primeira pessoa do plural poderia demarcar efeitos modalizadores em textos jornalísticos, a exemplo do que ocorre em recortes do texto *Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil*, na seção dossiê da Revista *Cult*/Edição 210/2016, o qual representa nosso *corpus* de análise?

Para responder a esta problemática, inicialmente, realizamos pesquisas nos bancos de dados *Catálogo de Teses e Dissertações*, da Capes, e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), utilizando como palavras-chave **modalização** e **primeira pessoa do plural**. Também, por meio de auxílio do metabuscador de dados *Google Acadêmico*, foram consultadas pesquisas, em revistas científicas, que pudessem investigar as temáticas citadas. A realização do estado da arte demonstrou que há poucas pesquisas sobre o funcionamento da PPP em textos jornalísticos, como Alves (2015), e poucas pesquisas que consideram a PPP uma estratégia retórica, como Lima (2009). Já em relação à utilização desta pessoa do discurso como uma estratégia de modalização, não encontramos nenhuma pesquisa nos bancos de dados citados.

¹ O Grupo Globo, por exemplo, no manual *Princípios Editoriais do Grupo Globo*, na Seção I, “Os atributos da informação de qualidade”, estabelece como primeiro princípio a “isenção” (GLOBO, 2011, s.p.).

² Pesquisadores conceituados da área jornalística, como Lage (2006, p. 51), afirmam que a comunicação jornalística deve ser referencial, o que implica no uso “quase obrigatório” da terceira pessoa.

Por isto, justificamos este trabalho, e a hipótese desta pesquisa reside na crença de que o nosso *corpus* contempla certas estratégias argumentativas e a PPP incide em boa parte delas.

Para esta proposição, consideramos pesquisas já realizadas a partir da perspectiva de que a argumentação em textos jornalísticos constrói-se por meio da relação entre o produtor do texto (**ethos**), a argumentação textual (**logos**) e o público-leitor (**pathos**), com enfoque específico na forma em que a primeira pessoa do plural imprime sentidos, modaliza e relaciona-se a essas categorias. Também se consideram orientações de sociolinguistas relativas ao uso do pronome “nós”, como a proposta de Lucchesi (2009), visto que se trata de marca linguística recorrente no *corpus*, e que, por isso mesmo, gerou o enfoque desta pesquisa.

Travaglia (1991, 2015), Lucchesi (2009) e Bechara (2015), entre outros pesquisadores, são referências que auxiliam na identificação dos sentidos movimentados pela PPP. Para a avaliação do fenômeno da modalização, são referências Castilho e Castilho (1993), Campos (2001), Dall’Aglío-Hattner e Pezatti (2004), Miranda (2005), Monnerat (2005), Neves (2006), Nascimento (2009) e Corbari (2013), entre outros pesquisadores. Para a avaliação da tessitura retórica, são considerados Mosca (2001), Aristóteles (2017), Massmann (2017) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017), entre outros pesquisadores.

O objetivo geral reside em verificar o funcionamento da PPP, como elemento modalizador e como marca retórica, no texto *Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil*, do dossiê *Percepções do Feminino e Ações Feministas*, da Revista *Cult*. A pesquisa possui como objetivos específicos: verificar como a PPP orienta estratégias de argumentação em textos jornalísticos; analisar como a PPP pode indicar modalização e instâncias de **ethos**, **pathos** e **logos** no texto sob análise; e avaliar quais funções a PPP exerce no plano da modalização e da retórica.

Para o desenvolvimento deste percurso, nos capítulos teóricos, desenvolvemos reflexões sobre o estado da arte e apresentamos exemplos a partir de recortes presentes no *corpus* e em outros textos da Revista *Cult*/Edição 210/2016. No capítulo 2, *Noções de modalização e a primeira pessoa do plural*, são apresentadas pesquisas sobre Modalização. Os estudos sobre modalização são, de acordo com Neves (2006, p. 151), “de notável diversidade” devido aos diferentes conceitos sobre a categoria, suas diferentes orientações teóricas e às diversas categorias de análise. Também se

espera focar a observação sobre os modalizadores de eixo epistêmico, haja vista a recorrência de expressões epistêmicas realizadas por meio da PPP, e na reflexão sobre como essa pessoa do discurso, aliada ao morfema lexical dos verbos, pode imprimir modalização ao texto.

No terceiro capítulo, *Argumentação, Retórica e a primeira pessoa do plural*, constam estudos sobre Argumentação e Retórica e reflexões sobre o papel da PPP no processo argumentativo. Também no terceiro capítulo, são observadas as categorias **ethos**, **pathos** e **logos** e suas relações com o texto jornalístico.

No quarto capítulo desta proposição, *Metodologia da pesquisa, descrição do corpus e análise*, apresentamos a trajetória metodológica e o contexto que envolve o nosso *corpus*: algumas discussões sobre características do texto jornalístico e do jornalismo de revista; e, ainda, reflexões sobre o gênero dossiê e suas especificidades na *Cult*. Também neste capítulo, são tecidas análises da pesquisa realizadas até o momento. Na sequência, nas seções cinco e seis, são apresentadas nossas considerações finais e as referências desta pesquisa.

Considerando que notamos que a PPP é utilizada em recortes do *corpus* para imprimir modalização e três instâncias de sentido, na parte metodológica, descrevemos a adaptação da proposta de Lucchesi (2009) e propomos adaptação de categorias da retórica ao uso específico da PPP que conferem à pessoa do discurso valor argumentativo. A saber: **ethos específico**; **ethos + pathos circunscrito**; e **ethos + logos**.

2 NOÇÕES DE MODALIZAÇÃO E A PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL

Neste capítulo, consideramos reflexões sobre os teóricos consultados, considerando a noção de modalização e modalizadores a partir de estudos propostos por pesquisadores da Linguística. Também se reflete sobre a possibilidade de a PPP ser utilizada para modalizar.

As sondagens aqui realizadas decorrem da proposta de verificar como a PPP orienta estratégias de argumentação em textos jornalísticos. Iniciamos a proposição com trabalhos que discutem os conceitos de modalidade e modalização. Na sequência, discutimos noções de modalização, os eixos epistêmico e deôntico e a PPP.

Para a apresentação de exemplos, utilizamos o termo **recorte**³, que aqui é compreendido, a partir de Guimarães (2014), como um fragmento de uma unidade discursiva. Já para indicar o articulista, optamos pela utilização do termo **produtor do texto**⁴, que esta pesquisa, a partir de Koch (2003), compreende como aquele que viabiliza o projeto de dizer por meio de indícios, marcas e pistas para construir sentidos.

2.1 SOBRE A DIFERENÇA ENTRE MODALIDADE E MODALIZAÇÃO

Segundo Castilho e Castilho (1993, p. 217), a gramática tradicional reconhece dois componentes na sentença: “o componente proposicional, constituído de sujeito + predicado (=dictum), e o componente modal, que é uma qualificação do conteúdo da forma de P, de acordo com o julgamento do falante⁵ (=modus)”. Nessa perspectiva, compreendemos, neste estudo, a modalidade como categoria automática em todos os textos orais ou escritos, uma vez que, para Castilho e Castilho (1993, p. 217),

De qualquer forma há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular, decorrendo daqui suas decisões sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou a dúvida sobre esse conteúdo.

³ Reflexões sobre o termo **recorte** são aprofundadas no capítulo *Metodologia da pesquisa, descrição do corpus e análise*, a partir da página 73.

⁴ Reflexões sobre o **produtor do texto** recorte são aprofundadas no capítulo *Metodologia da pesquisa, descrição do corpus e análise*, a partir da página 73.

⁵ O termo **falante**, de Castilho e Castilho (1993), é compreendido como equivalente ao termo **produtor do texto**, adotado no restante desta pesquisa.

A diferença entre o que está sendo dito e o modo como está sendo dito movimenta reflexões sobre a forma como a maioria dos gramáticos tradicionais lidam com a noção de frase. Para Lima (2011, p. 285), por exemplo, “frase é uma unidade verbal com sentido completo e caracterizada por entoação”. A “entoação, traço essencial para a conceituação de frase, é o que lhe dá unidade de sentido, demarcando-lhe começo e fim, e apontando-lhe o propósito (declarativo, interrogativo, etc.)”. Ainda, segundo o autor, as frases podem ser declarativas, interrogativas, imperativas, exclamativas e indicativas, além de serem afirmativas ou negativas.

Outro gramático que apresenta conceituação que converge a esta de Lima (2011) é Terra (1996). Para o autor, “frase é todo enunciado linguístico de sentido completo e capaz de estabelecer comunicação” (TERRA, 1996, p. 202). Em outro trecho da obra, Terra (1996, p. 202) afirma que “as frases são sempre marcadas pela entonação. Na escrita, a entonação é representada pelos sinais de pontuação”. Já para Lima (2011, p. 286),

Às vezes, a simples situação em que é proferido um vocábulo faz que ele se torne uma frase. É o caso, por exemplo, da exclamação — Fogo!, pronunciada diante de um prédio em chamas; ou da advertência — Silêncio!, feita a alguém num corredor de hospital.

A observação do que dizem as gramáticas tradicionais sobre o conceito de frase, atrelando-a à entonação, motiva reflexões sobre como o modo em que as coisas são ditas pode tecer significados diferentes a partir das mesmas escolhas lexicais. Em outros contextos de enunciação ou por meio da utilização de diferentes sinais gráficos que materializam diferentes entonações, como os pontos de interrogação ou de exclamação, por exemplo, os mesmos vocábulos podem estabelecer diferentes sentidos.

Notamos que, em recortes da *Cult*, o componente modal é muito utilizado para a construção de significados e para, conseqüentemente, orientar as interpretações da plateia. A partir do recorte apresentado na *Cult* (2016, p. 17), por exemplo, em resposta à pergunta “a senhora é feminista?”, a entrevistada responde “Claro!”. Em relação à pergunta, inicialmente, observa-se que utiliza o sinal gráfico de interrogação, que materializa uma entonação para construir determinado sentido. O produtor do texto também poderia tecer o discurso de forma a materializar uma

afirmação ou exclamação, orientando de forma diferenciada a construção dos sentidos por parte da entrevistada. Por outro lado, observamos, na resposta, que a utilização do sinal de exclamação amplia o grau de certeza e de modalização epistêmica utilizado pela interlocutora da jornalista, sinal que também materializa no elemento linguístico características da entonação na instância oral-dialogada. Notamos também, aqui, que a argumentação na esfera jornalística pode ocorrer inclusive a partir do momento em que o produtor do texto modaliza sua entrevista, orientando as respostas dos entrevistados.

As limitações das gramáticas tradicionais levam o pesquisador, geralmente, a procurar encaminhamentos teóricos que ultrapassem o nível não só da frase, mas também da concepção tradicional. Para a nossa pesquisa, procuramos teóricos que pudessem esclarecer como seria possível entender os sentidos de uma frase. Austin é um teórico quase sempre citado, como em Ottoni (2002), com relação aos sentidos do que se pode entender de frase como um enunciado de sentido completo.

Uma referência a Austin requer que o termo **frase** seja redimensionado. A noção de frase poderia ser entendida a partir de contornos dos atos de fala relacionados à conversação, por exemplo. Se considerarmos que as frases que pronunciamos estão vinculadas ao contexto de que emergem, podemos aceitar as observações de Ottoni (2002) sobre reflexões que Austin apresentava ainda na década de 1960. Na visão de Austin, todos os enunciados são performativos, uma vez que, no momento em que são enunciados, realizam algum tipo de ação. Assim, os atos de fala são concebidos como “o que se faz ao dizer alguma coisa” (OTTONI, 2002, p. 133). Além disso, segundo o pesquisador, Austin identifica três atos simultâneos que se realizam em cada enunciado: o locucionário⁶, o ilocucionário⁷ e o perlocucionário⁸.

⁶ De acordo com Martins et al. (2000, s.p.), o conceito de **locucionário** refere-se ao “ato de dizer palavras pertencentes a uma determinada língua, dotadas de um significado convencional e com sentido e referência de acordo com o contexto e a intenção do locutor”.

⁷ Segundo Martins et. al. (2000, s.p), o conceito de **ilocucionário** refere-se ao ato que “se realiza quando o locutor profere uma frase. O ato realizado transcende o próprio proferimento posto que a própria sentença contém sua realização. É um ato ao mesmo tempo intencional e convencional, que se abre a possibilidades de sucesso ou de fracasso. Exemplos: batizar, prometer, aceitar (em casamento)”.

⁸ Para Martins et. al. (2000, s.p.), o conceito de **ilocucionário** refere-se ao ato de “obtenção de um determinado efeito no interlocutor através da execução de um ato locucionário não em virtude de uma convenção, mas em virtude de uma consequência natural ou casual. Constitui a consequência das ilocuições sobre as ações, pensamentos e crenças dos ouvintes”.

Para Ottoni (2002, p. 133), com base em Austin, concebe-se que um ato ilocucionário é uma ação que se reduz pelo próprio ato de ser enunciado. Quando se diz algo, faz-se algo, o que gera um estatuto para os participantes. Ou seja, “é o ato de realização de uma ação através de um enunciado, por exemplo, o ato de promessa, que pode ser realizado por um enunciado que se inicie por *eu prometo...*, ou por outra realização”. Assim, o conceito de frase pode ser ampliado, uma vez que a noção da entonação serviria para relacionar o modo como determinado conteúdo está sendo dito.

Consideramos que a **modalidade** está nos contornos dos atos de fala ou, conforme afirma Koch (2002, p. 85), são “atos ilocucionários dotados de valor argumentativo”. Entendemos também que a modalização constitui estratégias a serem incorporadas a esses contornos a depender da intenção do produtor do texto. De acordo com Koch (2002, p. 136), os elementos modalizadores

Caracterizam os tipos de atos de fala que deseja desempenhar, revelam o maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso.

Para exemplificar essa relação entre modalização, que é materializada nos enunciados, e modalidade, que está no processo de enunciação, Peixoto (2015) recorre ao clássico exemplo de ato de fala elaborado por Austin, o *Aceito!*. Dito em um casamento, este ato de fala só é válido se os sujeitos forem os noivos diante de um juiz e no momento correto. De acordo com o pesquisador, em situações diversas, os noivos poderiam modalizar seu enunciado levando em conta a situação de enunciação e os objetivos intencionados dizendo, por exemplo, conforme Peixoto (2015, p. 71): “a) Eu acho que aceito!; b) Talvez eu aceite!; c) É certo que eu aceito!”, imprimindo modalização.

Para Neves (2006, p. 152), o termo **modalidade** foi inicialmente dado às expressões “que remetem de modo mais ou menos aproximado à oposição estabelecida pela lógica antiga sobre conceitos de ‘possível’, de ‘real’ e de ‘necessário’”. Já os elementos linguísticos de modalização, de acordo com Neves (2006, p. 153), são os relativos “às tomadas de posição, às atitudes morais,

intelectuais e afetivas expressas ao longo do discurso”. Segundo a pesquisadora, existem vários tipos de expressões que têm significados modais, como, por exemplo, os verbos modais, advérbios, além de alguns substantivos e adjetivos.

Pesquisadores como Miranda (2005), Neves (2006) e Koch (2002) discutem modalidade e modalização como um fenômeno único, uma vez que ambas se referem a atitudes do produtor do texto com o intuito de orientar as conclusões de sua plateia. Já para Castilho e Castilho (1993, p. 217), o julgamento do produtor do texto, expressa-se de dois modos, sendo (1) modalidade e (2) modalização:

(1) o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não-polar) e jussiva (imperativa ou optativa); (2) o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade, ou expressando seu julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo.

Para compreender esta afirmação de Castilho e Castilho (1993), podemos observar um recorte do *corpus* desta pesquisa: “a formação política e o processo organizativo e das lutas dos movimentos sociais **não podem** estar dissociados”. (CULT, 2016, p. 36, grifo nosso). Notamos que o produtor do texto apresenta o conteúdo de uma forma assertiva e jussiva (modalidade) e expressa seu julgamento e orienta os sentidos por meio da expressão grifada.

Na perspectiva de Miranda (2005, p. 179), devemos compreender os elementos de modalização como gerenciadores de interação, considerando que, por meio destes, assume-se uma “intenção ou atitude do sujeito em relação à proposição ou ao enunciado”. Ainda, segundo Miranda (2005, p. 180), “o que o processo de modalização promove é a negociação de identidades, é a representação do drama, removendo-se barreiras ou impondo-se forças em relação ao interlocutor”.

Para Miranda (2005, p. 189), a modalidade “ora se associa de forma restrita exclusivamente a **modos verbais e a verbos modais**, ora é vista como uma modificação introduzida pelo locutor ao nível da predicação, expandindo-se assim de modo irrestrito a todo e qualquer enunciado”. Também observamos Neves (2006, p. 152), que afirma que

se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que não existam enunciados não-modalizados. Do ponto de vista comunicativo-pragmático, na verdade, a modalidade pode ser considerada uma categoria automática (NEVES, 2006, p. 152).

Considerando que a modalidade diz respeito a aspectos mais gerais, como as modalidades das frases, consideramos o estudo de Abreu (2017), por exemplo. Segundo Abreu (2017, p. 17, grifos do autor), quando se entra em contato com o outro, não se gerenciam apenas informações, gerenciam-se também relações: “um *bom dia*, um *muito obrigado*, as formas de tratamento (você, a senhora), tudo isso é gerenciamento de relação”.

A partir dessas reflexões, consideramos os estudos de Miranda (2005) sobre modalidade. O processo de gerenciamento das interações, aliado a outros fatores, como os modos verbais escolhidos para a tessitura de um discurso (indicativo, subjuntivo ou imperativo), a escolha do gênero textual, das expressões faciais ou entonação vocálica (quando se trata de textos orais dialogados), ou à escolha dos elementos gráficos de pontuação (quando se trata de textos escritos), entre outros fatores, é responsável por aderir modalidade ao texto.

A partir os apontamentos de Abreu (2017) sobre o gerenciamento de relações e de Miranda (2005) e Neves (2006) sobre modalidade, além das propostas de Austin, discutidas neste estudo a partir de Ottoni (2002), compreendemos que a modalidade, presente nos contornos dos atos de fala do produtor do texto, não remete somente aos sentidos das discussões do produtor naquele texto. Direcionando nosso olhar ao *corpus*, por exemplo, devemos considerar que os leitores virtuais da revista podem recuperar memórias de publicações anteriores e de outros textos da mesma edição. Assim, apresentamos um recorte do *Editorial* da *Cult* (2016, p. 08), presente na mesma edição do *corpus* de análise:

Para esta edição, selecionamos, entre tantas mulheres extraordinárias deste planeta, algumas que nos representam. Estamos entrando de cabeça nessas questões e você pode nos ajudar, enviando sugestões de pauta e ideias. Vamos criar um mutirão em benefício da luta das mulheres. Boa leitura.

No exemplo acima, o produtor do texto realiza gerenciamento de relação por meio da expressão **boa leitura** e ao criar expectativas e crenças na plateia, convidando-a a interagir e a construir as próximas edições da revista. Essa estratégia

faz com que os leitores tornem-se mais receptivos às ideias que serão discutidas na sequência, processo que imprime modalidade ao texto e auxilia na construção da credibilidade do *corpus*, ampliando, conseqüentemente, a eficácia dos sentidos pretendidos pelo produtor do texto ao escolher determinados elementos linguísticos para modalizar⁹.

De acordo com Santos (2000), a categoria modalidade pode ser compreendida como sinônima de modo. Para Santos (2000, p. 01), a modalidade aparece nas seguintes formas: a) asserção, “que é expressa na frase assertiva, de maneira afirmativa ou negativa”; b) interrogação, “que se concretiza na frase interrogativa, de caráter afirmativo ou negativo”; e c) ordem ou desejo, que se expressam por meio de frase imperativa ou optativa, de maneira afirmativa ou negativa”.

Já **modalização** expressa a atitude do produtor do texto relacionada a elementos linguísticos específicos inseridos no enunciado que produz. Para Santos (2000, p. 1), os modalizadores revelam “um posicionamento do falante em relação ao conteúdo semântico neles contido”. Vejamos o exemplo da autora: “Se o professor afirmar ‘acho que sim ((ruído)) conservadores ingênuos’, a forma “eu acho” indicará uma afirmação de natureza quase asseverativa, simbolizando um baixo nível de adesão ao tópico discursivo”.

A autora apresentou como exemplo uma situação de comunicação oral-dialogada. Por outro lado, outros pesquisadores também teceram reflexões sobre o fenômeno observando textos escritos. Corbari (2013, p. 36), por exemplo, afirma que, “diferente da modalidade, que obrigatoriamente é atualizada em qualquer contexto de uso da linguagem, a modalização retrata um fenômeno particular, que pode aparecer ocasionalmente em um enunciado”. A distinção entre as categorias pode ser melhor compreendida a partir de exemplos apresentados por Corbari (2013, p. 35):

[I] A chave é fiscalizar.

[II] Fiscalizar **pode** ser uma boa solução.

⁹ Adiantamos que, neste recorte, a PPP alça diferentes sentidos. Nessa perspectiva, retomaremos este mesmo recorte no item 2.2.2, página 37, com o intuito de esmiuçar estes sentidos após algumas discussões teóricas necessárias.

Considerando a perspectiva teórica assumida pela pesquisadora, ao observar que “o tipo frasal e modo verbal escolhidos revelam posições assumidas”, ou modalidade, e que modalizadores *stricto sensu* “tomam lugar no enunciado a partir da escolha do falante em externalizá-los, quando poderiam ser omitidos” (CORBARI, 2013, p. 36), tem-se em [I] um enunciado que apresenta apenas modalidade, e, em [II], uma marca explícita de modalização que traz a noção de possibilidade epistêmica. A observação de Corbari mostrou-se útil para esta pesquisa, uma vez que partimos do princípio de que a PPP organiza processos de modalização. Também mostrou-se relevante a proposta de Nascimento (2009, p. 1372):

Não nos parece produtivo separar a atitude do falante (expressar certeza, logo modalização), da sua intenção (fazer que o locutor acredite que isso é uma verdade, logo modalidade). Tampouco é produtivo separar a escolha em asseverar, (expressar uma certeza = modalização), do julgamento feito pelo falante (eu considero isso uma verdade = modalidade).

Mesmo compreendendo os dois fenômenos como complementares, consideramos, para efeito de análise, o termo modalidade como um ato ilocutório em que o produtor do texto realiza asserções, ordens, perguntas, avaliações e contra-argumentos. Em relação ao termo **modalização**, compreendemos que se refere a estratégias incorporadas aos atos de fala por meio de marcas linguísticas (modalizadores). Para Castilho e Castilho (1993, p. 217),

A modalização movimenta diferentes recursos linguísticos: (1) a prosódia, como nos alongamentos vocálicos e na mudança de tessitura, em “trabalhei muito, mas muito MESmo”; (2) os modos verbais; (3) os verbos auxiliares como *dever, poder, querer* e os verbos que constituem orações parentéticas e matrizes como *achar, crer, acreditar* [...]; (4) adjetivos, sóis ou em expressões como “é possível”, “é claro”, “é desejável”; (5) advérbios como *possivelmente, exatamente, obviamente* etc.; (6) sintagmas preposicionados em função adverbial, como “na verdade”, “em realidade”, “por certo” etc.

Para além desses passos de Castilho e Castilho (1993), também consideramos outros elementos, como a PPP. A peculiaridade de determinados elementos linguísticos indicarem processos de modalização serve para reforçar a hipótese de que a PPP pode ser um índice de modalização assumido pelo produtor do texto. E essa possibilidade de função serve, a princípio, para reflexões sobre estatutos de

ethos, **pathos** e **logos** no jogo da argumentação. Portanto, os modalizadores são responsáveis por orientar a relação que o produtor do texto estabelece com o conteúdo e com os sentidos do enunciado que produz e com a plateia.

2.2 A MODALIZAÇÃO NOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Autores como Castilho e Castilho (1993), Neves (2000), Corbari (2013; 2016), Peixoto (2015), entre outros pesquisadores da área, afirmam que verbos, adjetivos e advérbios desempenham a função de imprimir modalização aos enunciados. Por outro lado, como exemplificaremos nas seções a seguir, esta pesquisa também considera a possibilidade de a utilização da PPP materializar nos enunciados essa mesma função.

Inicialmente, partimos da observação de estudos já realizados sobre modalização. Segundo Castilho (1994), os elementos modalizadores expressam a avaliação pessoal do produtor a respeito de seu conteúdo; ou seja, por meio desses elementos linguísticos, realça sua intervenção ou ação de orientar o discurso. Para Corbari (2016), a modalização é utilizada pelo produtor do texto a partir da forma em que ele relaciona recursos linguísticos e os manipula para agirem sobre a plateia, orientando a produção de sentidos ao escolher o conteúdo que vai verbalizar e a forma de fazê-lo. Já Peixoto (2015, p. 72) afirma que “a modalização no enunciado seria aquela na qual certos termos formais são responsáveis pela marca modal que o sujeito imprime no enunciado”.

Considerando as marcas linguísticas de argumentatividade, podemos entender os modalizadores como elementos que ampliam, modificam e orientam efeitos resultantes da sua relação com o léxico. Travaglia (1991, p. 65) discute que a modalização reflete “a atitude do falante em relação ao que é dito, bem como a atitude de outrem, mas que o falante insere, por alguma razão, no que diz”. Neves (2000, p. 253), por outro lado, aponta que “com os modalizadores, o falante exprime reações emotivas, isto é, manifesta disposição de espírito em relação ao que é afirmado ou negado”. Já Campos (2001, p. 169) afirma que os elementos modalizadores inserem a “atitude de quem fala relativamente àquilo que diz e ao seu interlocutor”.

Uma categoria morfológica analisada por diversos pesquisadores por sua potencialidade de imprimir modalização aos enunciados é a dos advérbios, vista pela gramática tradicional, muitas vezes, como uma categoria que indica circunstância ou

modificação. Na perspectiva da gramática tradicional, Bechara (2015, p. 302), por exemplo, afirma que o advérbio “é a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, tempo, modo, intensidade, condição, etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial”. Observemos os exemplos de Bechara (2015, p. 302):

- (1) *Aqui* tudo vai *bem* (lugar e modo).
- (2) *Hoje não* irei *lá* (tempo, negação, lugar).
- (3) O aluno *talvez não* tenha redigido *muito bem* (dúvida, negação, intensidade, modo).

Por outro lado, alguns advérbios são utilizados para expressar as crenças e o julgamento do produtor do texto e seu intuito de orientar os sentidos, ou seja, modalização, como é o caso de *talvez não*, no terceiro exemplo do gramático. Assim, considerando que alguns advérbios presentes no nosso *corpus* indicam que o produtor do texto imprime uma postura própria, com certa segurança, com grau de certeza suficiente para afirmar com ênfase, recorremos aos estudos de pesquisadores que analisaram a categoria advérbio na perspectiva da modalização. Monnerat (2005, s.p.), por exemplo, afirma que alguns advérbios incluem “a opinião ou ponto de vista do enunciador sobre o conteúdo veiculado no texto”, como os advérbios quase-modais, ou sentenciais, como “realmente, provavelmente, possivelmente, dificilmente”.

A forma como o produtor do texto imprime os sentidos discutidos acima pode ser observada, por exemplo, por meio do recorte: “a consciência individual de uma mulher voltada para a sua liberdade associa-se **necessariamente** a uma dimensão coletiva: a consciência militante feminista” (CULT, 2016, p. 36, grifo nosso). Notamos que o advérbio destacado produz no texto sentido similar ao discutido por Castilho (2000, p. 157) com relação à explicitação de adesão que deve ser entendida pelo leitor. Cabe também ressaltar, aqui, que outros pesquisadores, como Carneiro (1989, p. 229), afirmam que advérbios terminados em “mente” devem ser vistos como vocábulos que adicionam ao texto “a expressão do falante com relação ao que está sendo dito”.

Além dos advérbios, outras categorias gramaticais podem ser utilizadas para materializar modalização nos enunciados. Para Neves (1996), a modalização pode se manifestar por meio de verbos, advérbios, adjetivos, substantivos e pelas categorias

gramaticais de tempo, aspecto e modo do verbo da proposição. De acordo com a autora, a modalidade¹⁰ pode ser compreendida como a relação que se estabelece entre o produtor e seu enunciado. Neves (1996, p. 166-167) apresenta os seguintes exemplos:

- a) Por um verbo auxiliar modal, como em: **deve** ser como na televisão eles preparam o [...].
- b) Por um advérbio, que também pode associar-se a um verbo auxiliar modal, como em: [...] **provavelmente** ele **deve** ter falado com você.
- c) Por um adjetivo em posição predicativa, como em: ele disse que vai **ser necessário** um aborto [...].
- d) Por um substantivo como em: [...] **eu tenho a impressão** que eles comem coisas mais leves na hora das refeições diárias.
- e) Pelas próprias categorias gramaticais (tempo/ aspecto/ modo) do verbo da proposição, como em, frequentemente associadas, por sua vez, a lexemas modalizadores do tipo apontados acima, como em: eu **poderia** me alimentar só de carne [...].

Já para Miranda (2005, p. 181), a modalização é uma “categoria linguística que sinaliza e suscita o processo de construção da identidade”, uma vez que é um processo organizado por agentes intencionais que tecem determinado discurso, projetando-se como contraparte da plateia. Ou seja, conforme Miranda (2005, p. 181),

O drama da identidade se instaura, pois, a partir da necessidade de camuflar ou socializar as imagens construídas em contraparte: não quero/quero que o outro me veja do jeito que eu me vejo; não quero/quero que o outro perceba o modo como o vejo ou ainda, não quero/quero que o outro saiba que me vejo diferente, mais forte ou fraco, mais ou menos sábio.

Para a compreensão dos apontamentos de Miranda (2005), podemos, direcionar as reflexões a um recorte presente no *Editorial* da edição que o *corpus* desta pesquisa insere-se, conforme apresentado na *Cult* (2016, p. 08, grifos nossos):

¹⁰ A autora utiliza os termos indistintamente para indicar modos de interação social no uso linguístico e como nesses usos marcas linguísticas se realizam como modalizadores. Dessa forma, é possível verificar em Neves (2006) um subtítulo *modalidade epistêmica e evidencialidade*, uma vez que imediatamente após o título, a expressão **modalização epistêmica** indica relacionar-se ou envolver uma atitude do produtor do texto relacionada à fonte de conhecimento com a qual pode estar ou não comprometido. Esta oscilação dos termos deve ser devidamente concebida, uma vez que a autora reconhece os modalizadores como “uma grande diversidade de formas de sentidos e de empregos” (NEVES, 2006, p. 169).

O machismo **deve** ser enfraquecido, desautorizado e denunciado em todas as suas manifestações. **Eu estou buscando aprender, um pouco tarde, reconheço, pois já aceitei “cantadas”, discriminação, salário menor, jornadas de trabalho inclementes (para poupar os meninos do departamento) e a terrível convivência com gente despótica e abusiva.** O que antes paralisava hoje mobiliza.

No exemplo acima, há uma modalização deôntica em **deve**, que poderia causar determinada antipatia ou estranheza entre os leitores virtuais da revista, considerando que o produtor do texto projeta sentidos imperativos de volição e ordem. Por outro lado, logo na sequência, por meio dos elementos grifados, notamos que o produtor camufla esta identidade para projetar sentidos de que também se encontra neste lugar de aprendizagem e transformação de comportamento.

Assim, as reflexões de Miranda (2005) nos levam a observar a importância do processo interacional nos sentidos produzidos a partir dos elementos modalizadores. Nessa perspectiva, passamos a compreender esses elementos linguísticos como estratégias argumentativas que materializam a atitude do produtor do texto em relação à tessitura e aos leitores¹¹.

2.2.1 Tipos de modalização e noções adotadas

De acordo com Neves (2006), as categorias de modalização mais observadas em análises desenvolvidas por pesquisadores da área são: aléticas, que pertencem ao eixo da verdade; epistêmicas, inseridas no eixo do conhecimento e da crença; bulomaicas, que se referem ao desejo; deônticas, inseridas no eixo da obrigação; temporais, que se referem ao tempo; avaliativas, pertencentes ao eixo do julgamento; causais, que se referem a causas; e probabilísticas, inseridas no eixo da probabilidade.

Por outro lado, apesar de a autora mencionar todas as categorias descritas acima, considera, para suas análises, principalmente os eixos deôntico e epistêmico. A partir da reflexão sobre os estudos de Neves (2006), notamos que muitos dos diferentes eixos possíveis de categorização de elementos modalizadores, caso comparados, podem convergir. Modalizadores classificados por alguns pesquisadores

¹¹ Conforme exemplificamos na seção 2.2.1, os elementos modalizadores apresentam diferentes níveis de engajamento, e podem condensar ou atenuar os sentidos, contribuindo para a construção de identidades mencionada por Miranda (2005, p. 181).

como aléticos, por exemplo, também podem ser analisados por meio da categoria epistêmica, uma vez que, segundo Neves (2006, p. 159), “é muito improvável que um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e julgamento do falante”. Assim, algumas das instâncias de modalização apresentadas neste estudo são discutidas como forma de registro histórico.

Outro autor que descreve o fenômeno da modalização por meio da observação dos elementos linguísticos em várias categorias é Travaglia (2015). O pesquisador apresenta os eixos de modalização possíveis a partir do seguinte quadro:

Quadro 1 – Tipos de Modalidade

Imperativas	Obrigação	
	Permissão	
	Ordem	Positiva
		Negativa
	Proibição	
	Prescrição	
Deônticas	Obrigatoriedade	
	Permissibilidade	
Volitivas	Volição	
Aléticas	Necessidade	
	Possibilidade	
Epistêmicas	Certeza	
	Probabilidade	
Ausência de modalidade		

Fonte: Travaglia (2015, p. 289)

No Quadro 1, Travaglia (2015) apresenta cinco categorias aqui entendidas como de modalização¹². No entanto, os elementos linguísticos classificados como modalização alética por Travaglia (2015) são observados a partir do eixo epistêmico por outros pesquisadores, como Miranda (2005). Além disso, Travaglia (2015) também apresenta como categoria possível a ausência de modalidade, pensamento que diverge dos exemplos de pesquisadores como Castilho e Castilho (1993), Neves (2006) e Miranda (2005).

Para Castilho e Castilho (1993, p. 223), os modalizadores podem ser observados a partir de três categorias: modalizadores epistêmicos, “que expressam

¹² Travaglia (2015) utiliza, em sua pesquisa, o termo **modalidade**. Porém, considerando que o autor observa, especificamente, os elementos linguísticos, aqui, compreendemos que as reflexões do autor se referem a mecanismos de **modalização**.

uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição”, sendo compreendidos em três subclasses: asseverativos, quase-asseverativos e delimitadores; Modalizadores Deônticos, que “indicam que o falante considera o conteúdo de P¹ como um estado de coisas que deve, que precisa ocorrer obrigatoriamente”; e Modalizadores Afetivos, que “verbalizam as reações emotivas do falante em face do conteúdo proposicional”. Por outro lado, essas categorias também podem ser observadas de diferentes formas em textos orientados por outras correntes teóricas. Em relação aos Modalizadores Afetivos, de Castilho e Castilho (1993), por exemplo, notamos que alguns pesquisadores consideram esses elementos como modalizadores epistêmicos.

Considerando que a literatura encontrada sobre modalização apresenta uma diversidade de categorias possíveis, observamos as reflexões tecidas por Peixoto (2011). Segundo o autor, o problema na classificação dos elementos linguísticos modalizadores em categorias rígidas é que a modalização está, sobretudo, no implícito do discurso, e não apenas no elemento. O contexto pode fazer com que se construam diferentes sentidos a partir da mesma marca modal. Nessa perspectiva, entendemos que, para apontar a categoria do elemento linguístico, torna-se necessário considerar que o mesmo enunciado pode exprimir várias intenções de comunicação e que a intenção de modalização pode ser expressa por diferentes marcas linguísticas ou pelas circunstâncias da enunciação. Ainda, segundo Peixoto (2011, p. 74),

É importante ressaltar que não se está negando que haja modalização no enunciado. No entanto, é necessário lembrar alguns problemas trazidos ao se postular categorias rígidas para o reconhecimento de marcas modais, o que, acima de qualquer outra coisa, é prejudicial à ampla gama de possibilidades modais oferecidas tanto pelo verbal quanto pelo extra verbal.

Assim, consideramos também Pauliukonis (2003, s.p.), para quem, apesar de as modalizações serem determinantes para “uma orientação de sentido, que pode guiar o raciocínio do leitor em direção às teses defendidas no discurso”, devemos também considerar a natureza interativa da linguagem e o papel de ambos, produtor e plateia, no processo de construção de sentidos de determinada modalização.

¹³ Proposição: enunciado considerado do ponto de vista de seu conteúdo.

Ao observarmos a Revista *Cult*, notamos que determinadas modalizações só produzem efeito argumentativo caso toda a tessitura organizada pelo produtor do texto esteja de acordo com as expectativas ou do produtor do texto ou dos leitores¹⁴. Por exemplo, em um recorte da *Cult* (2016, p. 33), em “a luta das mulheres é um fato concreto que acrescenta um elemento novo à política e a perturba **profundamente**”, o advérbio em destaque confere ao verbo valor de ênfase ligado à opinião do produtor do texto. No entanto, causará nos leitores o efeito desejado apenas se concordarem com a opinião vinculada à asserção.

Por outro lado, torna-se necessário, verificar os sentidos possíveis de certos vocábulos que atuam como modalizadores. Pesquisadores como Castilho (1994), Pietrandrea (2002) e Neves (2006) destacam a importância dos modalizadores de cunho deôntico e epistêmico. De acordo com Castilho (1994), os modalizadores epistêmicos referem-se ao eixo da crença, reportando-se ao conhecimento do produtor do texto sobre um estado de coisa. Já os elementos de cunho deôntico, segundo este autor, indicam que o produtor do texto considera o conteúdo proposicional como um estado de coisas que precisam ocorrer obrigatoriamente.

Para a nossa pesquisa, a modalização epistêmica (do grego *episteme*, que significa "conhecimento") tem relevância, porque observamos que a utilização da PPP pelo produtor do texto pode imprimir no texto sentidos como os aqui discutidos. Para Pietrandrea (2001), por exemplo, os elementos epistêmicos manifestam a opinião do produtor¹⁵; já para Koch (2002), se referem ao eixo da crença. Por outro lado, de acordo com Neves (2006, p. 160), este eixo está relacionado “com a necessidade e a possibilidade epistêmica, que são expressas por proposições contingentes, isto é, que dependem de como o mundo é”.

Para explicar como elementos linguísticos podem modalizar frases no eixo epistêmico, Pietrandrea (2001, p. 03, tradução nossa)¹⁶ apresenta diversos exemplos. Observem-se dois: “1) Talvez também seja complicado para eles se aproximarem de mim, quem sabe; 2) Essa coisa deve ter lhe estressado muito [...]”. Além disso, segundo a autora, o elemento modalizador epistêmico pode, também, ter a função de condensar a atitude do produtor do texto de forma que fique menos explícita. Observe-

¹⁴ Reflexões sobre esta temática serão aprofundadas no próximo capítulo.

¹⁵ “La modalità epistemica è definita come la categoria che descrive “l’opinione” del parlante nei confronti della proposizione” (PIETRANDREA, 2001, p. 02-03).

¹⁶ 1) “Forse sarà stato anche complicato per loro avvicinarsi a me, chissà; 2) Questa cosa deve essergli costata molto stress”;

se, segundo Pietrandrea (2001, p. 07, tradução nossa)¹⁷ como o elemento modalizador **deve** pode condensar a atitude do produtor do texto:



Campos (2001, p. 169) compreende que, além desses eixos, os modalizadores epistêmicos também podem imprimir valores de “saber” aos enunciados. Por exemplo, em “Sofia está na piscina”, ou “Sofia não está na piscina”, os enunciados possuem valor de asserção estrita, sentido este que a pesquisadora também aponta como uma forma de modalização epistêmica.

Em relação a elementos modalizadores que materializam sentidos de crença nos enunciados, Campos (2001, p. 170, grifos nossos) apresenta os seguintes exemplos: “a Inês **deve** ter ido à praia”, “a Inês **pode** ter ido à praia” e “a Inês **talvez** tenha ido à praia”. Se comparados esses exemplos, do eixo da crença, aos exemplos desenvolvidos, também por Campos (2001), para o eixo do saber, torna-se possível afirmar que, a partir da utilização dos elementos linguísticos do eixo da crença, o produtor do texto se compromete muito menos com o que é dito na medida em que apenas manifesta a sua opinião e não apresenta a informação como verdadeira.

Estudos de Castilho (1994, p. 86) registram que “os modalizadores epistêmicos expressam uma avaliação sobre o teor de verdade da classe-sujeito. Eles podem ser asseverativos e quase-asseverativos”. Em relação aos elementos asseverativos, conforme Castilho (1994, p. 86), “indicam que o falante considera o conteúdo proposicional, o qual é afirmado ou negado de maneira a não dar margem a dúvidas”; já os quase-asseverativos “indicam que o falante considera o conteúdo expresso como quase certo, próximo à verdade”.

Outro eixo considerado por pesquisadores que analisam modalizações epistêmicas é o da **evidencialidade**. Segundo Dall’Aglio-Hattner e Pezatti (2004, p. 03), “por meio da evidencialidade o falante indica a evidência que está disponível para assegurar a confiabilidade da informação veiculada”. Para a pesquisadora, existem

¹⁷ Primeira frase: “Carlo deve essere uscito”; Segunda frase: “Io suppongo che Carlo sia uscito”.

duas formas de modalização epistêmica que podem ser classificadas como de evidencialidade: **evidência direta** e **evidência indireta**. No primeiro caso, podem ser classificados os elementos linguísticos que imprimem no texto o sentido de que o produtor do texto testemunhou uma determinada situação (evidência atestada). No segundo, o produtor do texto relata informações que recebeu de outra pessoa (evidência relatada), ou quando infere a situação a partir do raciocínio lógico (evidência inferida). Conforme Dall’Aglio-Hattner e Pezatti (2004, p. 03),

Do entrecruzamento entre evidencialidade e modalidade epistêmica resultam uma série de efeitos de sentido, uma vez que, segundo as intenções comunicativas do falante, ele pode escolher explicitar ou não a fonte do seu saber, ou a evidencialidade de que dispõe. Somando-se a esses efeitos aqueles gerados pela negação, deparamo-nos com uma riqueza de estratégias argumentativas.

Os estudos de Dall’Aglio-Hattner e Pezatti (2004) apontam que esta forma de modalização é encontrada principalmente em textos científicos. Por outro lado, Lourenço e Hirata-Vale (2015) afirmam que a modalização epistêmica de evidencialidade é muito comum também em textos jornalísticos e é expressa por itens lexicais, principalmente por meio de verbos. As principais formas de modalização de evidência indireta em textos jornalísticos, para Lourenço e Hirata-Vale (2015), são inseridas no texto a partir de expressões como **segundo** e **de acordo com**. Para ilustrar esta forma de modalização, vejamos um exemplo presente na *Cult* (2016, p. 10, grifos nossos): “**De acordo com** a pesquisadora Paula Alves, mulheres dirigiram 3,27% dos longas lançados entre 1981 e 1990”. No exemplo apresentado, o recorte traz a voz de uma pesquisadora, ancorando sua argumentação nessa outra voz.

Já as formas de modalização epistêmica de evidencialidade direta, segundo Vendrame (2010, p. 139), podem ser inseridas no texto por meio de verbos como **ver**, **ouvir** e **sentir**, conjugados principalmente em primeira pessoa (singular ou plural), uma vez que “caracterizam-se por focalizar o modo de obtenção da informação e não a fonte da informação”. Esta forma de modalização está em exemplos como em *Cult* (2016, p. 13, grifos nossos): “Festivais podem convidar mulheres para seu corpo de jurados e escolher nomes femininos para suas retrospectivas – algo raro e importante para combater o argumento (que já **ouvi** várias vezes) de que não há mulheres importantes na história do cinema”. No exemplo apresentado, notamos que a argumentação é ancorada na experiência do próprio produtor do texto por meio do

verbo **ouvi**. Por outro lado, conforme será apresentado nas análises, outros tipos de expressões e itens lexicais também podem imprimir este tipo de modalização no texto.

Corbari (2013) explica que, por meio do uso de modalizadores, é possível que o produtor do texto se engaje em diferentes níveis. Observem-se exemplos de modalização epistêmica discutidos por Corbari (2013, p. 43):

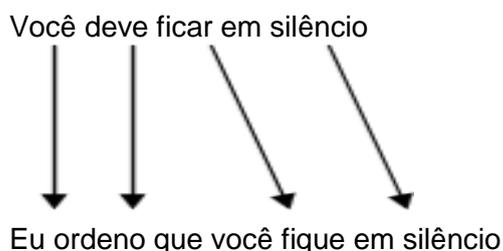
- I – **É óbvio que** uma fiscalização bem sucedida traz grandes benefícios para a floresta.
- II – **Certamente** uma fiscalização bem sucedida trará grandes benefícios para a floresta.
- III – **Não tenho dúvidas** de que uma fiscalização bem sucedida irá trazer grandes benefícios para a floresta.
- IV – Quando a fiscalização for concretizada com sucesso, **com certeza** a floresta terá grandes benefícios.
- V – Quando a fiscalização for concretizada com sucesso, **é bem possível** que a floresta tenha grandes benefícios.
- VI – Se a fiscalização for concretizada com sucesso, **é possível** que traga grandes benefícios para a floresta.
- VII – Se a fiscalização for concretizada com sucesso, **talvez** traga grandes benefícios para a floresta.

Os exemplos de modalização epistêmica propostos por Corbari (2013) sugerem que os enunciados expressam diferentes níveis de engajamento na modalização, partindo do ponto de maior engajamento, em I, para o ponto de menor engajamento em VII. Para Corbari (2013, p. 47),

Ao se relacionar com o conteúdo do enunciado, o produtor marca posição também em relação ao interlocutor: ora se projeta como um conhecedor do assunto abordado e impõe certas “verdades” ao interlocutor; ora o convida a participar da construção da “verdade” ao propor uma leitura baseada no possível, considerando, assim, as próprias limitações e as possíveis contra-argumentações em relação ao conteúdo modalizado.

Em segundo lugar, considera-se a modalização deôntica (do grego: *deon*, que significa “dever”). De acordo com Neves (2006, p. 160), “está condicionada por traços lexicais específicos ligados ao falante ([+] controle) e, de outro lado, implica que o ouvinte aceite o valor de verdade do enunciado para executá-lo”. Além disso, Castilho (1994, p. 87) ressalta que, diferentemente dos modalizadores epistêmicos, em que o que está em jogo são valores e crenças, na modalização deôntica, “destaca-se que há um controle humano sobre os eventos e sobre os referentes”.

Conforme Pietrandrea (2001), alguns elementos modalizadores deônticos, assim como os epistêmicos, também são utilizados pelos produtores do texto com o intuito de condensar a atitude do produtor do texto, deixando-a menos explícita. Observemos Pietrandrea (2001, p. 07, tradução nossa)¹⁸.



Ao observar os exemplos de Pietrandrea (2001), notamos que o elemento modalizador deôntico **deve**, na primeira frase, não só condensa a atitude do produtor do texto, mas também atenua o sentido da ordem. Caso a primeira modalização fosse substituída pela forma explícita “eu ordeno que”, o elemento modalizador poderia causar antipatia no receptor da mensagem e ocasionar efeito contrário ao pretendido. Segundo Nascimento (2010, p. 36), os elementos deônticos podem ser classificados em modalizadores de obrigatoriedade, pois apresentam o conteúdo “como algo obrigatório e que precisa acontecer”; de proibição, pois expressam “o conteúdo como algo proibido, que não pode acontecer”; e de possibilidade, já que expressam o conteúdo “como algo facultativo ou dá a permissão para que isto aconteça”. Sella (2011, p. 213), por outro lado, reforça que os modalizadores deônticos ligam-se à volição e à ordem, e afetam “predicações abertas para a futuridade, uma vez que se projetam para um momento posterior à manifestação do enunciado”.

Por meio de exemplos elaborados por Neves (2006, p. 160), é possível verificar como modalizações do eixo deôntico expressam possibilidade, no primeiro caso, e necessidade, no segundo caso:

Primeiro eu vou mostrar ao senhor a baixada. Lá eu posso arranjar uma animal para o Ricardo, com Benedito da Olaria. Almoçamos aqui. Depois do almoço, Ricardo **pode** ir com a gente.
(possibilidade deôntica)
Ângela, é preciso tomar cuidado e não exagerar: você não **deve** estragar Mário.

¹⁸ Primeira frase: “Tu devi stare zitto”; Segunda frase: “Io ti ordino di stare zitto”.

(necessidade deôntica).

Conforme já anunciado anteriormente, o fenômeno da modalização é complexo, uma vez que possui natureza sintática, semântica e pragmática. De acordo com Paulillo (1987, p. 02), “as modalidades aparecem como uma espécie de zona explosiva da linguagem, onde os processos fundamentais da paráfrase e da polissemia encontram-se exacerbados a um limite quase selvagem”.

Para a pesquisadora, é possível identificar, nos elementos modalizadores, propriedades que podem ser explicadas a partir de outras categorias linguísticas. A partir disso, um dos fatores que tornam a pesquisa sobre modalização complexa, segundo Paulillo (1987, p. 02), é o questionamento sobre se “os fenômenos de linguagem tradicionalmente designados como modalidades constituem, realmente, uma unidade linguística específica, capaz de justificar a inclusão de tal objeto no horizonte ontológico da teoria linguística”. Por outro lado, Paulillo (1987, p. 02) também destaca que,

Se diferentes lexicalizações podem representar um mesmo valor modal, uma mesma lexicalização pode representar diferentes valores modais. Assim, o problema das teorias semânticas das modalidades consiste em encontrar critérios de descrição que permitam discriminar os diferentes valores modais que uma mesma lexicalização pode comportar e cujos contextos de enunciado, na maioria das vezes, são incapazes de desambiguar.

A problemática levantada por Paulillo (1987, p. 03) apresenta-se a partir de dois aspectos. Vejamos o primeiro 1) “como dar conta da ambiguidade semântica que se manifesta através de diferentes eixos modais?”. A segunda face da problemática apresentada por Paulillo (1987, p. 06) está em “como dar conta da ambiguidade semântica que se manifesta no interior de um mesmo eixo modal?”.

A partir desses questionamentos, compreendemos que a desambiguação pode acontecer por meio da identificação da construção semântica possibilitada pelo cotexto e pelo contexto. Observemos um recorte do *corpus*, conforme apresentado na *Cult* (2016, p. 33): “com essa base **podemos** chegar à dimensão coletiva da consciência militante”. A partir do exemplo, notamos que o cotexto e o contexto deste fragmento permitem que a plateia compreenda o significado da lexicalização **podemos** como uma possibilidade e não como uma permissão.

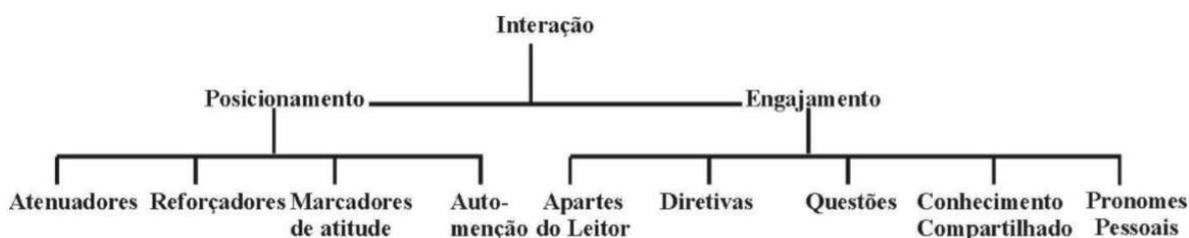
Por meio das reflexões tecidas até aqui, também se assume o posicionamento de Miranda (2005, p. 180), em considerar o fenômeno da modalização como “uma propriedade da enunciação, do discurso e não da frase, do enunciado”. Para a pesquisadora, devemos compreender os conteúdos deônticos e epistêmicos, que, tradicionalmente, são vistos como campos semânticos dispares, como recobertos da mesma motivação semântica. Conforme Miranda (2005, p. 185),

Nos termos postos, a **modalidade** fica semanticamente delimitada como **um operador conceptual de causa como imposição de forças/suspensão de barreiras**. [...] a *priori* semântico, quer no domínio epistêmico quanto no deôntico, implica **intencionalidade**. A noção de intencionalidade é crucial para configurar uma convergência entre o trato da modalidade em termos da hipótese da dinâmica das forças e em termos do gerenciamento da interação.

Nesta pesquisa, observamos, especificamente, os elementos de eixo epistêmico, considerando a especificidade da pesquisa, que se volta, conforme já anunciado, para textos jornalísticos. Considerando que não foram encontrados estudos que observam a utilização da PPP como forma de indicar modalização ao texto, foram consultados autores da Sociolinguística e da Linguística Aplicada.

Cavalcante (2009), por exemplo, baseada nos estudos de Hyland¹⁹, ao observar as marcas que assinalam o esforço persuasivo do produtor do texto para conquistar audiência, observa dois pilares conceituais: o posicionamento e o engajamento. Ainda, segundo a autora, esses parâmetros abrigam subtipos que podem ser visualizados na Figura 1:

Figura 1 – Recursos-chave de interação



Fonte: Cavalcante (2009, p. 350)

¹⁹ A autora teceu considerações a partir da obra de HYLAND, K. Persuasion and context: the pragmatics of academic metadiscourse. In: **Journal of Pragmatics**, Hongkong, n. 30, 1998, p. 437-455.

O **posicionamento**, segundo Cavalcante (2009, p. 351), é realizado por meio de “atenuadores, intensificadores (ênfaticadores, reforçadores), marcadores de atitude e marcadores de automenção”. Para a autora, são considerados **atenuadores** recursos como **possível**, **pode** e **talvez**, uma vez que conferem modéstia ao posicionamento.

Por outro lado, os elementos **reforçadores** são descritos pela autora como elementos apelativos e expressam certeza, convicção e firmeza por meio de palavras como **claramente** e **obviamente**. Sobre estas formas de posicionamento descritas por Cavalcante (2009), observamos que são os mesmos recursos descritos por pesquisadores que estudaram o fenômeno da modalização epistêmica, porém, sob perspectivas teóricas e denominações diferentes.

Cavalcante (2009) também considera como formas de posicionamento os **marcadores de atitude**, que indicam a afetividade do produtor do texto entre as proposições por meio de expressões como **concordar**, **preferir**, **infelizmente**, **apropriado**, **observável**; e os **marcadores de automenção**, que indicam a presença explícita do autor no texto, como os pronomes pessoais e a primeira pessoa.

O **engajamento**, de acordo com Cavalcante (2009, p. 352), é realizado por meio de expressões metadiscursivas que consideram a presença dos leitores e suas possíveis expectativas e, conforme apresentado na Figura 1, dividem-se em: “*apartes do leitor, diretivos, perguntas, apelos ao conhecimento compartilhado, uso de pronomes pessoais*”. Interpretando as discussões da pesquisadora a partir das correntes teóricas adotadas neste estudo, entendemos que os recursos de engajamento são estratégias inseridas na categoria da Retórica **logos** que consideram o **pathos** para utilizar os argumentos mais eficazes com o intuito de convencer a plateia sobre determinado ponto de vista²⁰.

Os **apartes do leitor**, de acordo com a autora, manifestam a vontade do produtor do texto de intervir explicitamente, interrompendo o argumento para apresentar sua opinião sobre o que está sendo dito. Observemos um exemplo de Cavalcante (2009, p. 352): “Parece-me que estas noções estão, de fato, necessariamente ancoradas no exterior da lingüística trazendo — *de modo ingênuo ou teórico* — concepções do sujeito e de sua relação com a linguagem”. Conforme

²⁰ Discussões sobre esses conceitos serão realizadas no próximo capítulo.

explicitado, notamos que o conteúdo grifado na citação da autora representa uma forma de engajamento explícito definida como **aparte**.

Em relação à estratégia de **apelo ao conhecimento compartilhado**, a pesquisadora afirma que é utilizada por meio de marcadores em que o produtor do texto chama o leitor para reconhecer algo como familiar ou aceitável. Neste estudo, consideramos este recurso como estratégia de modalização que pode ser observado em vários recortes do *corpus* desta pesquisa, como em *Cult* (2016, p. 36): “**acreditamos** que a consciência individual feminista das mulheres é forjada e potencializada no compasso da consciência militante”.

Os **diretivos**, segundo Cavalcante (2009, p. 352), “orientam o leitor a realizar uma ação ou a observar algo de um modo particular”. Sobre este tipo de expressões de engajamento, notamos que também estão presentes em recortes do *corpus* desta pesquisa. Podemos citar como exemplo de expressão diretiva no *corpus*, considerando o que se apresenta na *Cult* (2016, p. 36), “**é importante ressaltar** que a consciência militante feminista, embora coletiva, seria impossibilitada sem a existência da consciência individual de cada uma das mulheres”. Sobre as expressões grifadas, notamos que também são consideradas, neste estudo, como uma forma de imprimir modalização epistêmica ao texto.

Considerando também o recurso de engajamento **questões**, Cavalcante (2009) afirma que as perguntas “representam os marcadores interpessoais por excelência, porque convidam o leitor a se engajar, trazendo-o para a arena”. Já os pronomes pessoais, para a pesquisadora, são utilizados como uma forma de o produtor do texto invocar os leitores para compartilhar com eles um ponto de vista. Observamos que nosso *corpus* está repleto de pronomes pessoais sendo utilizados com o intuito de gerar os sentidos discutidos por Cavalcante (2009). Citamos, como exemplo, conforme se verifica na *Cult* (2016, p. 34),

À consciência feminista se refere à percepção da mulher como sujeito de sua vida, o que demanda a ruptura com as mais variadas formas de apropriação sobre o **nosso** corpo, tempo e trabalho, bem como a superação da ideologia de naturalização da subalternidade feminina.

Considerando que as estratégias de **posicionamento** e de **engajamento** descritas por Cavalcante (2009) podem ser interpretadas como recursos de modalização a partir da perspectiva dos teóricos discutidos até aqui, podemos afirmar

que os estudos da autora reforçam nossa hipótese de que a PPP pode ser utilizada para imprimir modalização ao texto. Assim, as reflexões aqui apresentadas e ainda as análises do *corpus*, no capítulo 4, proporcionam o entendimento de que a modalização é um processo que pode ocorrer por meio do modo verbal, do léxico dos verbos, e também pela flexão da PPP.

2.2.2 Primeira Pessoa do Plural: processo de modalização

Neste tópico, torna-se importante tratar aspectos relativos à flexão dos verbos e ao funcionamento destes no plano textual-discursivo. Assim, recorremos a Travaglia (2015, p. 281), para quem a flexão dos verbos em português está relacionada à expressão de categorias gramaticais “tempo, modalidade, aspecto, voz e pessoa”.

Segundo Travaglia (2015, p. 291), para a categoria pessoa, “consideramos a primeira, segunda e terceira pessoas do discurso no singular e no plural”. Para melhor compreensão da temática, também se recorreu aos estudos de Câmara-Júnior (1970, p. 304):

A pessoa gramatical é a categoria através da qual se marca, se faz referência, se indica, na enunciação linguística, (a) os participantes da interação verbal: o(s) locutor(es) (1ª pessoa); o(s) alocutório(s) (2ª pessoa) e tudo o que é distinto de ambos (3ª pessoa). Como se vê, cada pessoa é suscetível de um plural, quando o falante: a) se incorpora numa pluralidade; b) se dirige a uma pluralidade; c) se refere a uma pluralidade distinta de si próprio e do ouvinte.

Conforme apresentado no tópico anterior, observamos que a flexão do verbo em pessoa pode ser considerada uma forma de o produtor orientar as conclusões da plateia sobre o que é dito e de argumentar. A partir da utilização da Primeira Pessoa do Singular (doravante PPS), por exemplo, o produtor pode se inserir explicitamente no texto por meio dos elementos linguísticos.

Considerando que no gênero dossiê não se observa a flexão na PPS, destaca-se que serão selecionados para análise apenas os verbos flexionados na PPP, fenômeno que, no âmbito tradicional, para o que citamos Bechara (2015, p. 249), realiza-se pela desinência **-mos**.

A partir da utilização da PPP, o orador pode tecer discursos de forma que a pluralidade, a quem ele se dirige, se sinta incorporada, fazendo com que haja uma aproximação da plateia. Na visão de Travaglia (2015, p. 321), “a primeira pessoa do

plural aparece em passagens em que o produtor se inclui naquilo de que fala, ou então em trechos em que o produtor do texto usa o que se convencionou chamar de ‘plural de modéstia’.

Além destas possibilidades semânticas relacionadas à flexão dos verbos na PPP, observamos que outros pesquisadores relataram outros possíveis sentidos que a PPP pode materializar no texto. Titello (2015, p. 87), por exemplo, afirma que ao usar a PPP, o produtor do texto “dá, pois, relevo à intersubjetividade, visto que marca, explicitamente, sua presença e a do outro em seu texto”. Nascimento (2013, p. 13) afirma que a PPP também pode ser utilizada com o intuito de atribuir “a si e a outrem a responsabilidade pelo que está sendo declarado. Trata-se, também, de uma tentativa de minimizar a responsabilidade pelo dito”.

Por outro lado, consideramos também estudos da Sociolinguística que observam a língua portuguesa no contexto oral-dialogado. Lucchesi (2009, p. 460), por exemplo, afirma que

O uso do pronome de 1ª pessoa do plural no português abarca vários níveis de referencialidade, desde o seu significado básico, que compreende o falante, o(s) ouvinte(s) e/ou outrem, até o seu significado mais genérico, como índice de indeterminação do sujeito, passando pela possibilidade de referência ao próprio falante, exclusivamente, no que as gramáticas normativas designam plural de modéstia. Assim sendo, essa variável foi estruturada de acordo com os seguintes fatores:

(1) eu + (você(s)) + (ele(s)) [+específico]

[...] (2) eu [+/- específico]

[...] (3) indeterminação circunscrita [–específico]

[...] (4) indeterminação universal [–específico].

Para a compreensão das categorias propostas por Lucchesi (2009), recorremos, novamente, ao exemplo apresentado na página 20, *Cult* (2016, p. 08), o qual foram observados aspectos relativos ao gerenciamento de relação e modalidade:

Para esta edição, **selecionamos**, entre tantas mulheres extraordinárias deste planeta, algumas que **nos representam**. **Estamos** entrando de cabeça nessas questões e você pode **nos ajudar**, enviando sugestões de pauta e ideias. **Vamos** criar um mutirão em benefício da luta das mulheres. Boa leitura.

Em **selecionamos**, por exemplo, os demais itens lexicais da frase, para além da PPP, permitem a construção do sentido de que o produtor do texto utiliza o plural

de modéstia, uma vez que é utilizado apenas para os leitores virtuais da revista não considerem o produtor do texto como arrogante. Já no pronome **nos**, considerando que é acompanhado pelo verbo **representam** e que o texto é assinado por um produtor do texto feminino, que pode ser observado a partir da categoria **(1) eu + (você(s)) + (ele(s)) [+específico]**, de Lucchesi (2009), sendo: eu) o produtor do texto; vocês) leitoras da revista; eles específico) as mulheres. Em **estamos** e no pronome **nos**, por outro lado, os demais argumentos do recorte direcionam o leitor a compreender que se trata da categoria **(2) eu [+/- específico]**, sendo: eu) o produtor do texto; específico) a equipe da *Cult*.

Em **vamos**, a construção de sentidos que podem ser observados na categoria **(3) indeterminação circunscrita [-específico]**, considerando que o produtor do texto realiza um convite a um grupo específico: os leitores virtuais da revista *Cult*. Porém, não se sabe, ao certo, quais pessoas aceitarão o convite, gerando uma indeterminação circunscrita. Já em relação à categoria **(4) indeterminação universal [-específico]**, não inserida no recorte, percebemos que é mais utilizada com o intuito de generalizar os sentidos da PPP. Em um discurso político, por exemplo, um candidato poderia afirmar: “**Precisamos** transformar o mundo em um lugar mais sustentável”. Na afirmação, observamos uma indeterminação dos sujeitos que compõem a PPP, sendo universal ou generalizada.

Além do posicionamento da gramática tradicional e do posicionamento de Lucchesi (2009), consideramos também o estudo de Ilari et al. (2002). De acordo com os pesquisadores, nos pronomes pessoais, a passagem do singular para o plural não significa apenas a pluralização:

Observe-se o pronome pessoal *nós*: não podemos dizer que *nós* seja igual *eu + eu*, mesmo que esse plural não inclua realmente outra pessoa que não a primeira, análise que alguém poderia aplicar a este exemplo, extraído de uma aula de história da arte:

Nós vamos começar pela Pré-história,... hoje exatamente pelo período... do Paleolítico

Afora esse tipo de emprego, em que um indivíduo institui sua fala como a de um grupo mas nele não inclui nem a segunda nem a terceira pessoa (o tradicionalmente chamado “plural de modéstia”), o pronome *nós* constitui tipicamente a soma de *eu + não-eu* pode corresponder a uma segunda ou a uma terceira pessoa ou a ambas conjuntamente, que, por sua vez, podem ser ou singulares ou plurais (ILARI et al., 2002, p. 88, grifos dos autores).

De acordo com os pesquisadores, “essa multiplicidade de referenciação não implica, em geral, ambiguidade, e nem mesmo vagueza” (ILARI et al., 2002, p. 89), uma vez que o contexto fornece as informações necessárias à recuperação dos referentes. Destacamos que, considerando esses posicionamentos, torna-se possível supor que o uso da PPP seja utilizado pelo produtor do texto como um recurso linguístico capaz de orientar a produção de sentidos e de, conseqüentemente, argumentar, o que propomos demonstrar no Capítulo 4.

Depois de proceder às análises propostas nesta pesquisa, percebemos certo vínculo entre a noção geral de modalização epistêmica, e seus subtipos, e a noção de PPP. Primeiramente, é preciso considerar que, nos recortes analisados, como é possível constatar no Capítulo 4, a PPP é acionada para apresentar credibilidade ao que se diz, mesmo que o produtor esteja apenas especulando sobre suas afirmações ou ainda reforçando seu ponto de vista.

Eleger o conceito mais geral de modalização epistêmica significa entender que a PPP pode ser considerada uma marca linguística que orienta para a confiabilidade que o produtor do texto promove de si e também o grau de empatia que espera criar. Sendo assim, a noção de epistêmico esbarra na estratégia pautada na imagem que o produtor promove de si. No próximo capítulo, procuramos demonstrar a relação entre a PPP e categorias da retórica. No capítulo 4, apresentamos análises que englobam aplicação dos conceitos explorados, adaptados ao objeto de análise aqui em pauta.

3 ARGUMENTAÇÃO, RETÓRICA E A PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL

Esta seção discute os conceitos de Argumentação e Retórica, conceitos polivalentes e de difícil apreensão que não são excludentes: constituem distintos olhares sobre o mesmo fenômeno da linguagem. São apresentadas as categorias de análise adotadas nesta pesquisa: **ethos**, **pathos** e **logos**. Além da observação teórica, propomos estabelecer relação entre as categorias e a PPP.

A reflexão sobre estas categorias é justificada, em nossa pesquisa, considerando que as estratégias de modalização adotadas pelo produtor do texto, no *corpus*, adquirem a credibilidade necessária para orientar os sentidos não só a partir da esfera linguística, que aqui consideramos como **logos**, mas também a partir do gênero textual, do histórico de publicações anteriores da revista e do perfil do público leitor da *Cult*, instâncias que exigem um olhar atento também às categorias **ethos** e **pathos**.

3.1 NOÇÕES DE ARGUMENTAÇÃO E DE RETÓRICA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, partimos da concepção teórica de Koch (2002, p. 18), em considerar **argumentação** e **retórica** como “quase sinônimos, postulando-se [...] a presença de ambas, em grau maior ou menor, em todo e qualquer tipo de discurso”.

O objeto da **retórica**, na perspectiva de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017), é a argumentação persuasiva desenvolvida por meio de um conjunto de procedimentos discursivos mobilizados para conseguir adesão do auditório à tese proposta no discurso. Os pesquisadores observam o fenômeno da argumentação considerando o auditório e o produtor do texto em textos escritos. Assim, Mosca (2001, p. 24), que realizou estudos considerando as pesquisas de Perelman e Olbrechts-Tyteca, afirma que “não existe discurso sem auditório e não há argumentação sem retórica”.

De acordo com Mosca (2001), “todo discurso é uma construção retórica, na medida em que procura conduzir o seu destinatário na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe o seu próprio ponto de vista, para o qual pretende obter adesão” (MOSCA, 2001, p. 23). Mosca (2001, p. 19) ainda afirma que é necessário desprender-se do valor pejorativo que a palavra Retórica adquiriu no uso comum:

Expressões como “a hora não é de retórica”, “chega de retórica”, tão comuns em nossos periódicos, atestam essa visão mutilada, bem distante das concepções aristotélicas em que era identificada como uma súpula dos conhecimentos humanos, enfim, como a suprema sabedoria, o que determinava fosse considerada uma ciência.

As afirmações da autora podem ser constatadas na medida em que se consideram expressões convencionalmente cristalizadas. A partir de um debate eleitoral, por exemplo, determinado especialista ou um interlocutor pode afirmar que as palavras de um candidato não passam de “retórica”. Sobre essa definição socialmente aceita no contexto, podemos afirmar que, conforme será explorado a seguir, está muito distante dos estudos propostos pela disciplina, que assumiu carga semântica negativa nesse contexto.

Partindo do conceito de **argumentação** de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 07), que propõem uma teoria da argumentação cujo objetivo “é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam assentimento”, consideramos, nesta pesquisa, que o produtor do texto procura aumentar a adesão da plateia às teses defendidas. Para isso, apresenta argumentos compatíveis com as expectativas da plateia e utiliza de mecanismos linguísticos como a PPP.

Em relação à definição de argumentação, partimos, também, das concepções de Abreu (2017, p. 25). Para o pesquisador, “argumentar é a arte de convencer²¹ e de persuadir²²”. Nesse aspecto, podemos afirmar que argumentar é tanto o ato de fazer com que o outro pense como eu, quanto o ato de sensibilizar, por meio de emoções, o outro a agir. Assim, conforme Abreu (2017, p. 26), “argumentar é [...] a arte de, gerenciando informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das ideias e de, gerenciando relação, persuadi-lo, no plano das emoções, a fazer alguma coisa que nós desejamos que ele faça”. Koch e Elias (2016, p. 34) explicam:

Argumentar pressupõe intencionalidade e aceitabilidade, ou seja, de um lado, há aquele que constrói argumentos para influenciar o interlocutor e conseguir seu intento; e de outro, aquele que é alvo desse processo, o interlocutor, e que tem a liberdade de considerar ou não a validade dos argumentos, de aceitar ou não a tese defendida,

²¹ De acordo com Abreu (2017, p. 25), “convencer é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando”.

²² Segundo Abreu (2017, p. 25), “persuadir é saber gerenciar a relação, é falar a emoção do outro”.

numa postura que em nada remete à ideia de passividade, nem simplesmente à emoção.

Nessa perspectiva, compreendemos que a argumentação só atinge eficácia quando é construída por um produtor com o intuito de conseguir adesão de uma plateia específica, sendo os argumentados adaptados a cada plateia com o intuito de que a aceitabilidade ocorra. Além disso, a reflexão sobre as teorias discutidas nesta seção permite a interpretação de que diferentes recursos linguísticos podem ser utilizados para convencer a plateia.

No caso da edição da *Cult* em que o *corpus* desta pesquisa está inserido, apontamos a importância da utilização da PPP, uma vez que este recurso linguístico imprime no texto sentidos que motivam uma maior aceitabilidade do que é dito pelo produtor do texto na plateia. Para verificar como a PPP é utilizada para argumentar, podemos verificar, por exemplo, o seguinte recorte na *Cult* (2016, p. 08):

Historicamente, **sabemos**, as mulheres são subalternas ou pecadoras esconjuradas, queimadas vivas nas fogueiras da Inquisição, como bruxas malditas, ou condenadas à proscricção por atitudes transgressoras. A mulher foi citada como “homem incompleto” por santos católicos, como São Tomás de Aquino, e descrita como portadora de enfermidade atávica, uma “deficiência natural”, por Aristóteles, ilustre filósofo.

O recorte demonstra que diversos são os recursos linguísticos que podem ser utilizados para o convencimento da plateia. O advérbio **historicamente**, por exemplo, faz com que a plateia, imediatamente, acione memórias sobre o conhecimento de mundo prévio sobre a temática discutida. Essa estratégia imprime modalização epistêmica ao texto, que é ampliada a partir da utilização do termo **sabemos**, grifado no recorte.

Considerando que o produtor do texto discute questões, de certa forma, polêmicas, a PPP + o léxico do verbo, neste recorte, sustentam e amenizam a força semântica dos argumentos apresentados na sequência no modo indicativo, como o fato de as mulheres terem sido consideradas, em determinadas épocas, bruxas malditas que foram queimadas vivas nas fogueiras ou homens incompletos. Caso o produtor do texto tivesse optado pela utilização da PPS, assumiria apenas para si a responsabilidade dos argumentos discutidos. Na forma em que o texto é organizado, por meio da PPP, há um compartilhamento da responsabilidade sobre o que é dito.

De acordo com Vigner (1988, p. 114), não se pode reduzir a argumentação “a um inventário de estruturas léxico-sintáticas que marcam explicitamente as tomadas de posição do locutor diante de certas proposições”. Para o pesquisador, a argumentação se manifesta na organização do discurso e no valor semântico dos termos escolhidos. Segundo Koch e Elias (2016, p. 24), é necessário que na argumentação exista:

- i) uma proposta que provoque em alguém um questionamento, quanto a sua legitimidade;
- ii) um sujeito que desenvolva um raciocínio para demonstrar a aceitabilidade ou legitimidade quanto a essa proposta;
- iii) um outro sujeito que se constitua alvo da argumentação. Trata-se da pessoa a quem se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de conduzi-la a compartilhar da mesma convicção, sabendo que ela pode aceitar (ficar a favor) ou refutar (ficar contra) a argumentação.

Considerando-se a argumentação na esfera jornalística, apesar de diversas correntes teóricas da área, de manuais que norteiam as ações dos profissionais da área e de os próprios veículos de comunicação, muitas vezes, defenderem a comunicação objetiva e imparcial, observamos que as técnicas de argumentação relatadas até aqui podem ser consideradas, uma vez que, de acordo com Koch (2002, p. 136), “o discurso é repleto de intenções, sentimentos e atitudes do locutor”. Assim, Koch (2002, p. 17) afirma que “a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade”. Isto é, conforme Gnerre (1985, p. 03), “a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre outras; entre estas ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive”.

Observamos uma segmentação de públicos cada vez maior, principalmente em veículos de comunicação publicados nas plataformas *online* e impressa. A segmentação permite que conteúdos sejam preparados a partir de linhas-editoriais ideológicas e teóricas específicas e com o intuito de partir da aceitabilidade dos leitores que já compartilham algumas convicções da revista para aí organizar a tessitura textual e modalizar e argumentar de forma eficaz. Alves (2015, p. 92), por exemplo, que observou a utilização da PPP e da PPS em textos jornalísticos, afirma que

No caso das mídias impressas, e das revistas especialmente, são comuns as tentativas de traçar uma espécie de – perfil comum dos leitores por meio de pesquisas e estudos mercadológicos voltados para a identificação de padrões comportamentais e preferências de consumo. Tal prática resulta no desenho de algo parecido com um – leitor padrão, uma figura imaginada que nasce fundada nos hábitos de leitura dos leitores reais, tentando reunir suas principais características e interesses comuns.

A partir dos conhecimentos que o veículo de comunicação e que os jornalistas possuem sobre o público-alvo, observamos que os textos são adaptados aos preceitos de intencionalidade e aceitabilidade, incluindo também a escolha das pessoas verbais mais adequadas ao gênero textual pretendido.

Para Massmann (2017, p. 17), “a capacidade de argumentação compõe o conjunto de habilidades linguísticas que cada sujeito tenta e deve dominar”. A pesquisadora afirma que essas habilidades se apresentam em diferentes situações no cotidiano, uma vez que todas as atividades verbais são argumentativas por pressuporem relações persuasivas, emotivas, de sedução e de confiança²³. Conforme Massmann (2017, p. 17),

A argumentação pode ser definida como uma atividade complexa que é desencadeada por uma situação enunciativa específica: de polêmica ou de persuasão. Depois de instaurada, esta atividade atravessa o plano cognitivo, percorre o plano linguístico, adapta-se ao plano sócio-cultural, para efetivar-se no discurso.

Ao refletir sobre as afirmações de Massmann (2017) e considerando também as discussões apresentadas no capítulo anterior, notamos que a utilização PPP movimentada sentidos que percorrem não só o plano linguístico, mas também o plano cognitivo de ambas as partes: produtor do texto e plateia. Isso ocorre porque produtor e plateia consideram o plano sociocultural por meio das convenções sobre sentidos cristalizados relacionados às escolhas lexicais dos verbos e suas respectivas flexões. Essa reflexão pode ser verificada, por exemplo, a partir do uso do plural de modéstia, que é utilizado pelo produtor do texto com a intenção de construir uma imagem de si mais singela (o sentido é construído a partir de intencionalidade e de aceitabilidade). Vejamos, em recorte da *Cult* (2016, p. 17):

²³ A pesquisadora adota como perspectiva teórica a de considerar a argumentação como uma ferramenta essencial às práticas languageiras de falantes de qualquer língua, sendo adquirida paralelamente ao processo de aquisição da língua materna e aperfeiçoada ao longo da vida.

Propusemos a capacitação de professores, bombeiros, policiais e demais profissionais no conhecimento da Lei para todos saberem o que fazer. O principal lobby que **vivi** foi o dos Juizados Especiais. Não queriam que eles fossem tirados e **eu** os tirei. Uma mulher na Bahia **me** disse que não denunciaria o pai dos filhos dela e **eu** lhe respondi: “Você não denuncia o pai, e seus filhos ficarão órfãos de mãe, o que é pior?”. As demandas apareciam e, na medida em que **eu** estava convencida delas, **eu** dava um jeito de trabalhar o texto e incluir a solução. Também foi um processo **nosso** muito rico de sensibilização, **tivemos** que ser permeáveis a esses casos. **Eu mudei** muito como pessoa, **passei** a observar essas questões de outro jeito.

O recorte é parte de uma entrevista com uma deputada federal, publicada na mesma edição do *corpus* desta pesquisa, e ilustra alguns dos sentidos aqui discutidos. Por meio da observação dos pronomes e dos verbos grifados, ora na PPS, ora na PPP, verificamos que a flutuação entre a utilização de ambas não é aleatória e sim uma estratégia retórica. O produtor do texto, que é intelectualizado, opta pela utilização de uma ou outra forma a depender de sua intencionalidade e dos sentidos que sabe que cada recurso linguístico produz. Notamos, por exemplo, que a PPS imprime no texto sentidos relacionados ao engajamento pessoal do produtor do texto e de sua luta pessoal enquanto mulher. As ações relatadas são descritas na PPS de forma com que a plateia se sensibilize com o histórico de vida particular de quem diz. Por outro lado, na medida em que relata suas ações desenvolvidas no papel social de deputada, o produtor do texto opta pela escolha da PPP como forma de imprimir modéstia às ações realizadas.

Considerando as diferentes perspectivas da Teoria Retórica desde sua utilização pelos gregos²⁴ até a atualidade, a partir dos estudos de Mosca (2001), Silva, Oliveira e Cordeiro (2012), Abreu (2013) e Massmann (2017), podemos afirmar que a Retórica sofreu as mais diversas abordagens. Atualmente, convivemos com diversas Retóricas: Retórica Antiga, Retórica Clássica, Retórica das Figuras, Retórica Nova e a Retórica Semiótica, além dos estudos realizados pela Linguística, pela Pragmática, pela Análise do Discurso e pela Semântica Argumentativa.

Essa diversidade teórica, metodológica e terminológica acerca dos estudos em argumentação mostra que o estudo do discurso argumentativo pode ser realizado a

²⁴ Abreu (2017, p. 27) aponta que a Retórica, ou a arte de convencer e persuadir, “surgiu em Atenas, na Grécia Antiga, por volta de 427 a.C., quando os atenienses, tendo consolidado na prática os princípios do legislador Sólon, estavam vivendo a primeira experiência de democracia de que se tem notícia na História”.

partir de diferentes ângulos, como o desta proposição, que considera a argumentação em nível linguístico, especificamente, o fenômeno da modalização, e também como os sentidos desses elementos linguísticos podem flutuar a partir de contextos diferenciados, tecidos pelo próprio produtor do texto.

Em primeiro lugar, observamos algumas propostas motivadas pelo estudo da Retórica Clássica. De acordo com Aristóteles (2017, p. 45)²⁵, existem três meios de persuasão supridos pela palavra falada. “O primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar”.

Para Aristóteles (2017)²⁶, o orador deve ser verdadeiro, uma vez que a verdade é uma virtude (*areté*) de honestidade (*epieikés/spoudaios*) que fortalece o **ethos**, ou o produtor do texto, aumentando a probabilidade de adesão às teses defendidas. Segundo Abreu (2017, p. 28-29), pesquisador que desenvolveu estudos considerando as reflexões do filósofo grego,

A primeira tarefa da retórica clássica tinha natureza heurística²⁷. Tratava-se de descobrir temas conceituais para discussão. Um dos temas mais célebres, escolhido por Górgias, foi “o direito que a paixão tem de se impor sobre a razão”. Para se defender essa tese, Górgias escreveu um discurso intitulado *Elogio a Helena*, em 414 a.C.

Para Mosca (2001, p. 18), autora que também desenvolveu pesquisas a partir das discussões de Aristóteles, “hoje, mais do que nunca, para compreender os fundamentos da Retórica, faz-se necessária a volta à tradição aristotélica e às demais que nos foram legadas pelas diversas culturas”. Assim, partindo, inicialmente, da

²⁵ Para a elaboração desta pesquisa, utilizou-se uma tradução contemporânea do clássico estudo tecido por Aristóteles *Τέχνη ρητορική*, que é dividido em três livros. Torna-se importante destacar que o filósofo viveu na Grécia entre 384-322 a.C, sendo aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande.

²⁶ Na época de Aristóteles, era muito importante que os cidadãos conseguissem dominar a Retórica nas assembleias populares e nos tribunais. Para suprir essa necessidade, existiam profissionais que ensinavam essa arte: os sofistas. Os mais importantes sofistas foram Protágoras e Górgias. Destaca-se que o pensamento de Aristóteles divergia do pensamento dos sofistas, uma vez que se afastava da dialética (ou da busca pela verdade). Protágoras, por exemplo, tornou-se famoso por sua afirmação “O homem é a medida de todas as coisas”, que o levou a afirmar que o verdadeiro sábio é aquele capaz de julgar as coisas segundo as circunstâncias em que elas se inserem e não aquele que pretende expressar verdades absolutas (ABREU, 2017, p. 28).

²⁷ Heurística, segundo Abreu (2017), é o método de análise que visa ao descobrimento e ao estudo de verdades científicas. A palavra se origina do verbo grego *eurisko*, que significa “achar”, “encontrar”.

noção apresentada por Aristóteles, recorreremos à obra *Retórica*²⁸, um texto de Aristóteles composto por três livros. Segundo Aristóteles (2017, p. 39),

A Retórica é a contraparte da Dialética. Ambas igualmente dizem respeito a estas coisas que se situam, mais ou menos, no horizonte geral de todos os indivíduos, sem ser do domínio de nenhuma ciência determinada. Assim, todos, de uma maneira ou de outra, servem-se de ambas; de fato, em uma certa medida, todos procuram discutir e sustentar teses, realizar a própria defesa e a acusação dos outros. Pessoas comuns o fazem ou sem método, ou por força da prática, e com base em hábitos adquiridos.

De acordo com Massmann (2017, p. 28), na época de Aristóteles, a argumentação aparece relacionada “à arte de pensar, à arte de bem falar e à arte de bem dialogar”, ou seja, ligada à lógica, à retórica e à dialética.

Mosca (2001) aponta que as partes componentes do sistema retórico para os gregos eram quatro: a *inventio*²⁹, a *dispositio*³⁰, a *elocutio*³¹ e a *actio*³². Além dessas

²⁸ No *livro I*, Aristóteles analisou e fundamentou os três gêneros retóricos que, segundo Vigner (1988, p. 114), podem ser compreendidos em: “*deliberativo*, quando persuadia ou aconselhava; *judiciário*, quando acusava ou defendia; e *demonstrativo*, quando louvava ou censurava”. Considerando a estruturação moderna dos gêneros do discurso, principalmente os que circulam na esfera jornalística, observa-se que os textos podem se relacionar a uma ou mais dessas categorias. No *livro II*, Aristóteles (2017) tece discussões acerca do plano emocional e da recepção do discurso por parte do auditório, o que se compreende nesta pesquisa como *pathos*. O filósofo discutiu noções como a confiança, o ódio, as paixões, a ternura, a amizade, a inveja, o caráter, dentre outros aspectos emotivos humanos. Também são discutidas as *máximas na argumentação*, *tópicos argumentativos* e o uso de *entimemas*. Já no *livro III*, Aristóteles discute a importância do polimento da estrutura e do estilo retórico, apresentando elementos como a clareza, o ritmo, a correção gramatical e o uso de figuras de linguagem.

²⁹ *Inventio*, de acordo com Mosca (2001, p. 28), “é o estoque do material, de onde se tiram os argumentos, as provas e outros meios de persuasão relativos ao tema do discurso. A topica de que trata Aristóteles. O estudo dos lugares – elemento de prova de onde se tiram os argumentos – é parte essencial da *inventio*. Trata-se, portanto, de retórica do conteúdo”.

³⁰ *Dispositio*, segundo Mosca (2001, p. 28), “é a maneira de dispor as diferentes partes do discurso, o qual deve ter os seguintes componentes: exórdio, proposição, partição, narração/descrição, argumentação (confirmação/refutação) e peroração. Trata-se da organização interna do discurso, de seu plano”.

³¹ *Elocutio*, para Mosca (2001, p. 28), “é o estilo ou as escolhas que podem ser feitas no plano de expressão para que haja adequação forma/conteúdo. São conhecidas as virtudes apregoadas pela velha Retórica e que ainda continuam sendo preceitos do bem dizer, embora nem sempre os meios de comunicação os tenham em mente: correção, clareza, concisão, adequação, elegância”.

³² *Actio*, na visão de Mosca (2001, p. 29), “é a ação que atualiza o discurso, a sua execução e constitui o próprio alvo da Retórica. Nela se incluem os elementos suprasegmentais (ritmo, pausa, entonação, timbre de voz) e a gestualidade. Há, portanto, lugar para o não-verbal, que faz parte integrante do ato da comunicação. Tem-se que considerar a presença de um auditório, em relação ao qual o princípio básico é o de adequação, tendo-se como finalidade não apenas convencer pelos raciocínios, mas persuadir com base na emoção”.

partes, a pesquisadora também afirma que os romanos acrescentaram mais uma, a *memoria*³³.

Segundo Massmann (2017, p. 33), após o período clássico, a retórica foi direcionada ao estudo de figuras de estilo e a argumentação foi deixada em segundo plano. Para a pesquisadora, o interesse pelas técnicas de persuasão voltou a ascender no período pós-guerra, “um momento político delicado, em pleno auge da guerra fria e frente a críticas aos métodos totalitários de propaganda de massa”.

Em segundo lugar, consideramos algumas propostas da Nova Retórica. Sobre esta corrente teórica, de acordo com Mosca (2001) e Massmann (2017), devemos destacar a importância dos estudos desenvolvidos pelo Grupo μ de Liège (Bélgica). No grupo, surgiram pesquisadores como Perelman e Olbrechts-Tyteca que, segundo Mosca (2001, p. 18), “vêm retomar a velha Retórica e, ao mesmo tempo, renová-la, valendo-se dos avanços trazidos por diversas disciplinas que se configuraram em nosso século: a Lingüística, a Semiologia/Semiótica, a Teoria da Informação, a Pragmática”.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017) realizaram seus estudos considerando os meios de persuasão apontados por Aristóteles (orador, auditório e discurso). Porém, algumas noções apresentadas pelo filósofo grego são substituídas. O conceito de “verdade” defendido por Aristóteles, por exemplo, é substituído pelo conceito de “verossimilhança”, ou seja, alcançará resultados aquele orador que aparentar ser verdadeiro e não o que necessariamente seja. Além disso, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 91) passam a aplicar as noções teóricas formuladas por Aristóteles também em gêneros textuais escritos:

Enquanto o discurso é concebido em função direta do auditório, a ausência material de leitores pode levar o escritor a crer que está sozinho no mundo, conquanto, na verdade, seu texto seja sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles que pretende dirigir-se.

A obra *Tratado da Argumentação* é dividida em três partes. Na primeira, *Os âmbitos da argumentação*, os pesquisadores discutem o contato entre orador e auditório: A partir do contato, segundo os pesquisadores, o auditório constrói, no imaginário, percepções sobre o orador. Por meio desta relação, Perelman e Olbrechts-

³³ *Memoria*, de acordo com Mosca (2001, p. 28), é “a retenção do material a ser transmitido, considerando-se sobretudo o discurso oral, em que um orador transmite mensagem a um auditório”.

Tyteca (2017) apontam a necessidade de o orador se adaptar aos diferentes tipos de auditório para que consiga persuadir ou convencer. Nesta parte da obra, também são discutidos efeitos da argumentação.

Esse posicionamento dos autores direciona nossos olhares ao *corpus* desta pesquisa. Observamos, por exemplo, que o dossiê analisado atende às demandas de leitura de um público-alvo específico, composto por pessoas com capacidade intelectual para compreender textos com certo grau de cientificidade e com interesse na área de ciências humanas.

Além disso, ao observar as temáticas discutidas nas últimas edições da revista, notamos que o veículo de comunicação possui posicionamento favorável a pautas políticas, culturais e ideológicas contemporâneas, como a igualdade de gênero e a defesa de direitos de minorias. A partir desta linha editorial, observamos que os leitores passam a esperar posicionamentos coerentes a essas pautas, mesmo que de forma indireta, nos textos publicados na revista.

Na segunda parte da obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017), *O ponto de partida da argumentação*, os pesquisadores organizam a tessitura em três capítulos. Em *O acordo*, discute-se sobre a argumentação eficaz considerando a necessidade de que alguns fatores contextuais estejam em convergência. Para o auditório aceitar determinado argumento, é necessário que presunções, valores e lugares sejam compartilhados. Os dois capítulos seguintes remetem à organização do discurso por parte do orador: consideram a escolha dos dados a serem apresentados e a forma que deve ocorrer a apresentação.

Sobre as reflexões apresentadas pelos pesquisadores nesta parte da obra, entendemos que se enquadram no que este estudo considera como **logos** em nível macroestrutural. No texto-base de análise, como pode ser observado na seção 4, em nível microestrutural, notamos a flutuação no uso da PPP a depender da intencionalidade de cada parte do texto e da incorporação no **pathos** também de outras instâncias, como **outrem**³⁴. Por outro lado, esta estratégia não é utilizada sozinha. Observamos que técnicas argumentativas diferenciadas são utilizadas a depender do **pathos**, o que evidencia “acordos” diferenciados e escolhas de dados diferenciados para cada auditório.

³⁴ As reflexões sobre esta temática são aprofundadas no item 4.2, a partir da página 72.

A terceira e mais extensa parte da obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017), *As técnicas argumentativas*, é dividida em cinco capítulos e refere-se às estratégias que o orador pode utilizar para a composição de um discurso persuasivo. No capítulo *Os argumentos quase-lógicos*, os autores discutem características e tipos de argumentos que se enquadram nesta categoria (como a regra de justiça, o uso da tautologia e de argumentos de reciprocidade).

Em *Os argumentos baseados na estrutura do real*, discute-se, por exemplo, o uso de argumentos pragmáticos e a regra de autoridade e de hierarquia. Nos dois capítulos seguintes, discute-se a complexidade da argumentação diante de contextos diferenciados: Em *As ligações que fundamentam a estrutura do real*, discute-se a argumentação por meio de exemplos, analogias e figuras de linguagem; já em *A dissociação das noções*, os pesquisadores propõem como estratégia argumentativa a realização de ação oposta à sugerida no capítulo anterior quando a dissociação for vantajosa ao orador.

Como será evidenciado na seção 4, observa-se, por exemplo, que a argumentação por analogias é utilizada com maior frequência quando o produtor do texto incorpora na tessitura outros **pathos** que não são parte do público-alvo da revista. Já quando a tessitura é organizada para interagir diretamente com os leitores, observa-se a utilização de argumentação por meio de exemplos e a inserção de dados históricos e de reflexões de cunho científico, coerentes à especificidade deste público. No último capítulo desta parte, *A interação dos argumentos*, discute-se a interação e a força dos argumentos. Também, considerando diferentes condicionamentos possíveis do auditório, são discutidos conceitos como ordem e persuasão.

3.1.1 Considerações sobre as categorias **ethos**, **pathos** e **logos**

A partir da leitura de Eggs (2016), compreendemos, na contemporaneidade, que **logos** é o poder dialético do discurso com o intuito da adesão a partir da razão, ou o próprio discurso, uma vez que demonstra algo ou parece demonstrar; **pathos** ocorre no fato de colocar a plateia em certa disposição a partir do lugar em que se inserem (convenções sociais e culturais, contexto e comportamento); e **ethos** caracteriza-se pela imagem de confiabilidade que o orador inspira.

Essas categorias representam um olhar atualizado a partir de observações tecidas ainda por Aristóteles. Nessa perspectiva, considerando as discussões teóricas apresentadas até aqui, entendemos que os sentidos produzidos pelos textos jornalísticos são influenciados por esta relação entre um orador ou **ethos**; discurso ou **logos**; e auditório ou **pathos**.

De acordo com Eggs (2016), o lugar que engendra o **ethos** é o **logos**. Assim, o auditório (**pathos**) atribui ao **ethos** características que considera coerentes. Este movimento influencia na forma em que o **pathos** recebe os argumentos. Para compreender essa relação de concordância, recorreremos também a Perelman (1999, p. 52):

A concordância dos interlocutores concerne ao que, o meio que representam, é considerado válido, obrigatoriamente aceito, até prova em contrário. O ponto inicial de uma argumentação dialética não consiste em proposições necessárias, válidas em toda parte e sempre, mas em proposições efetivamente aceitas em dado meio e que, noutra meio, noutra contexto histórico e social, poderiam não usufruir o favor geral.

Considerando a revista *Cult*, por exemplo, veículo de comunicação do qual o *corpus* desta pesquisa foi coletado, observamos um público-alvo (**pathos**) específico e segmentado. Assim, os textos jornalísticos da revista (**logos**) são escritos e editados (**logos**) com o intuito de atender às expectativas deste público específico. Caso contrário, o **ethos** não conseguiria adesão dos leitores. Para a compreensão de como essas instâncias influenciam a produção de textos jornalísticos, podemos observar o seguinte recorte apresentado na *Cult* (2016, p. 21):

Para Teresa Arcq, curadora da mostra brasileira, o processo de popularização da pintora nascida em 1907 teve início com a publicação, nos EUA, da biografia escrita pela historiadora de arte Hayden Herrera. “Ela se tornou uma figura fascinante para diferentes grupos, como as mulheres do movimento feminista, mas também para estudiosos, gestores de museus e centros culturais, colecionadores de arte e o público em geral”, explica ela, que também cita a cinebiografia *Frida* (lançada em 2002, com direção de Julie Taymor e Salma Hayek no papel-título) e as diversas exposições internacionais como importantes variantes da equação.

No recorte, apesar de não serem observados recursos que imprimem de forma direta a participação e a opinião do produtor do texto, como a PPP, notamos a construção do **logos**, que convence por meio da utilização de fontes especializadas.

Devemos considerar que os trechos escolhidos para comporem a tessitura fazem parte de uma entrevista e que foram selecionados por convergirem com determinada intencionalidade do produtor. Também recorre-se a argumentos históricos e à utilização de verbos **dicendi**³⁵, como é o caso de **explica** e **cita**.

Por outro lado, observamos, também, que o **pathos** é delimitado, neste texto, a partir das expectativas e dos sentimentos da plateia em relação ao que é dito. Também a partir da forma em que o **logos** está organizado, o **pathos** desenvolve, no imaginário, a imagem do **ethos**, podendo, ou não, aceitar e dar credibilidade aos argumentos deste **ethos**.

A partir de Perelman (1999), compreendemos que a mesma estratégia argumentativa pode ser eficaz em diferentes contextos, desde que as ideias defendidas pelo orador sejam coerentes ao conhecimento e aos princípios morais e culturais do auditório. Ou seja, podemos detectar a mesma estrutura textual e argumentativa em determinado gênero discursivo publicado em revistas com linhas editoriais representantes de convenções culturais, sociais e políticas opostas.

Segundo Dittrich (2012, p. 78), devemos considerar que “há auditórios que reagem melhor à argumentação técnica, outros são mais sensíveis e emotivos, outros confiam mais no orador”. Nessa perspectiva, a argumentação será eficaz na medida em que o produtor do texto souber reconhecer e utilizar as estratégias mais adequadas à situação comunicativa.

No caso da *Cult*, o auditório é mais receptivo à argumentação técnica, uma vez que se trata de textos escritos por pesquisadores, característica que confere certa cientificidade ao que é publicado.

3.1.1.1 O **ethos**

As categorias **ethos** e **pathos** são complementares. Assim, foram separadas apenas para melhor compreender o processo que envolve a persuasão. Entendendo que o **ethos** é a imagem do orador no discurso, podemos afirmar que essa imagem não depende apenas do produtor em si, mas também de todo o contexto de

³⁵ Os verbos **dicendi**, de acordo com Corbari e Ramos (2018), são utilizados para imprimir modalização em textos jornalísticos. No caso dos verbos grifados, por exemplo, nota-se que a plateia pode considerar todo o conteúdo como imparcial na medida em que o que se observa é o discurso de uma fonte especializada e não do jornalista. Por outro lado, o léxico destes verbos possui significados e a escolha de um em detrimento de outro é uma forma de modalizar o conteúdo.

comunicação e das paixões da plateia (**pathos**) a partir de uma relação complexa e variável, além do grau de credibilidade que determinado orador precisará possuir para convencer, a depender da relevância da informação (**logos**). Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 21), para convencer,

Às vezes bastará apresentar-se como ser humano, decentemente vestido, às vezes cumprirá ser adulto, às vezes, simples membro de um grupo constituído, às vezes porta-voz desse grupo. Há funções que autorizam – e só elas – a tomar a palavra em certos casos, ou perante certos auditórios, há campos em que tais problemas de habilitação são minuciosamente regulados.

De acordo com Dittrich (2012), a Retórica Clássica e as correntes modernas nela inspiradas reconhecem a credibilidade do orador constituída pela sua imagem social e pela representação construída ao longo do discurso, ou **ethos**, como um dos modos de persuadir um auditório. Segundo Dittrich (2012, p. 281), “o recurso ao *ethos* significa que sem a credibilidade do orador, um discurso emocionado e mesmo bem articulado em sua argumentação pode estar fadado ao fracasso”.

Para Eggs (2016), Aristóteles foi o responsável por uma quebra de paradigma sobre o olhar para a Retórica. Segundo o pesquisador, os retóricos da época entendiam que o **ethos** não contribui para a persuasão. Aristóteles (2017, p. 45), contrariando os outros filósofos da época, afirmou que

A persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito. Confiamos em pessoas de bem de modo mais pleno e mais prontamente do que em outras pessoas, o que é válido geralmente, não importa qual seja a questão, e absolutamente válido quando a certeza exata é impossível e há divergência de opiniões.

Apesar de terem sido desenvolvidas no século III a.C, notamos que as reflexões do filósofo ainda são eficazes, por exemplo, para verificar, na atualidade, o quanto a credibilidade dos veículos de comunicação influencia no processo de aceitabilidade da argumentação veiculada nesses meios por parte da plateia (leitores, telespectadores, ouvintes, etc.). Em outro trecho da obra, Aristóteles (2017, p. 45) expõe a divergência de seu olhar sobre a Retórica em relação a outros estudiosos da época:

Não é verdadeiro, como supõem alguns autores em seus tratados sobre retórica, que a honestidade pessoal revelada pelo orador em nada contribui para seu poder de persuasão; longe disso, pode-se considerar seu caráter, por assim dizer, o mais eficiente meio de persuasão de que se dispõe.

Por outro lado, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 18), inspirados na visão aristotélica, afirmam que, para argumentar de forma eficaz, o orador “precisa ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental”. Além disso, uma novidade nos estudos destes teóricos é que eles consideram que a eficácia da argumentação está na medida em que o orador aparenta ter caráter e não na medida em que ele realmente possa ter.

Assim, considerando que a adesão às teses ocorrerá apenas a partir do momento em que o auditório estabelecer uma relação de confiança com o orador, Eggs (2016) afirma que o **ethos** constitui a mais importante das três provas engendradas pelo discurso, na medida em que precisará adaptar-se a si e ao **logos** nos diferentes contextos. Assim, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 21),

Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar.

Considerando essa afirmação de Perelman e Olbrechts-Tyteca, observamos que o contexto midiático conta com uma infinidade de veículos de comunicação, dotados de diferentes linhas-editoriais e de posicionamentos culturais, econômicos e ideológicos. Assim, para que seus respectivos públicos adiram às teses pretendidas, os profissionais destes meios não só utilizam de recursos argumentativos, mas também partem de pressupostos socialmente compartilhados naquele respectivo público-alvo.

Para Maingueneau (2016), o **ethos** liga-se ao produtor do texto e à questão de sua legitimidade a partir da fala; ou a partir dos elementos linguísticos, no caso do **ethos** discursivo. Na visão de Maingueneau (2016, p. 69), “além da persuasão por argumentos, a noção de **ethos** permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva”. Também, conforme Maingueneau (2016, p. 70), duas razões o levaram a recorrer à noção de **ethos**:

Seu laço crucial com a reflexividade enunciativa e a relação entre corpo e discurso que ela implica. É insuficiente ver a instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso apenas como estatuto ou papel. Ela se manifesta também como uma “voz” e, além disso, como “corpo enunciante”, historicamente especificado e inscrito em uma situação, que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente.

Além disso, o autor também aponta que o **ethos** constrói-se em duas instâncias. Segundo Maingueneau (2016, p. 71), “não se pode ignorar que o público constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale. Parece, pois, necessário estabelecer uma primeira distinção entre *ethos discursivo* e *ethos pré-discursivo*”.

Por outro lado, Dittrich (2012, p. 283), a partir dos estudos de Plantin e de Perelman e Olbrechts-Tyteca, aponta que o **ethos** pode manifestar-se não apenas nestas, mas em três dimensões a partir de três instâncias enunciativas no discurso: “extradiscursiva, inferida e tematizada. Correspondem, respectivamente, ao *ethos* prévio, ao *ethos* discursivo (construído no discurso) e ao *ethos* que o orador diz de si mesmo, como objeto da própria enunciação – *ethos* tematizado”.

Observando como as instâncias apontadas por Dittrich (2012) se relacionam em textos jornalísticos veiculados na mídia impressa, é possível afirmar que o **ethos** prévio é constituído nas paixões do auditório a partir das convenções sociais e do conhecimento prévio que o público leitor possui a respeito do jornalista, do veículo de comunicação e de sua linha-editorial, manifestando-se, portanto, no **pathos**. Já o **ethos** discursivo e o **ethos** que o orador diz de si mesmo manifestam-se no **logos** por meio da tessitura linguística, materializando-se principalmente em elementos linguísticos conjugados na PPS ou PPP.

Considerando que o uso da PPS e da PPP não é comum em textos jornalísticos impressos, salvos alguns gêneros declaradamente argumentativos³⁶, como a coluna, o artigo de opinião e o editorial, Alves (2015, p. 136) afirma que, em textos jornalísticos,

³⁶ Nesta pesquisa, considerarmos os preceitos teóricos da linguística, que afirmam que não existe isenção em nenhum gênero textual, conforme será explanado no próximo capítulo. No entanto, na esfera jornalística, alguns gêneros textuais são considerados informativos e objetivos (como a nota e a notícia); outros são considerados opinativos (como a coluna, o artigo de opinião e o editorial); e outros incorporam ambas as características, sendo classificados como interpretativos (reportagens, dossiês, etc.).

o emprego da primeira pessoa pode representar uma fuga da escrita objetiva e imparcial, ou até mesmo uma não obediência ao modelo de produção da notícia. Nesse sentido, observamos certa valorização do gesto autorreferente e da exposição do – eu, como se escrever em primeira pessoa fosse, no horizonte do jornalismo, algo incomum e pouco permitido.

Apesar dessas reflexões de Alves (2015) em relação aos sentidos negativos cristalizados a partir da utilização da primeira pessoa em textos jornalísticos, o próprio autor destaca em outros momentos de sua pesquisa que os veículos de comunicação adequam a tessitura às particularidades e expectativas de seus públicos-alvo.

Assim, na esfera jornalística, observamos veículos que, dadas as suas características e públicos, procuram demonstrar isenção e imparcialidade. Empresas midiáticas que tentam veicular essa imagem ao seus **ethos**, geralmente, são as de periodicidade diária e informativas, que fazem a cobertura de assuntos gerais (por meio da veiculação do gênero notícia, que, convencionalmente, é considerado imparcial). Por outro lado, considerando-se revistas como *Cult*, notamos que possuem públicos-alvo específicos e interessados em aprofundamento nas reflexões da tessitura.

Considerando-se, especificamente, a PPP, eixo central de análise desta pesquisa, alguns pesquisadores filiados à retórica, como Lima (2009, p. 65), apontam que essa pessoa do discurso é utilizada quando o **ethos** não quer “tomar para si toda a responsabilidade pelo dito”, ou, por exemplo, quando “tenta proteger sua face ao apresentar um **ethos** de credibilidade relativo à seriedade” ou vinculado a uma instituição ou a um grupo. Nessa perspectiva, podemos observar um recorte da *Cult* (2016, p. 08), inserido no *Editorial* da mesma edição em que o *corpus* desta pesquisa foi publicado:

O discurso machista é fermentado em nosso sangue há séculos, e ainda não existe um campo hegemônico de luta feminista ou convergência de demandas, **sabemos** disso, mas a percepção da Outra e a adesão às ações criadas por mulheres é questão de caráter. Todas **conhecemos** pelo menos um (um?) caso de mulher que foi desrespeitada, e não se trata de vitimizar, mas sim de reconhecimento.

A reflexão sobre os elementos da PPP no recorte demonstra que a PPP é utilizada para imprimir os sentidos discutidos por Lima (2009), uma vez que o produtor

do texto deixa de tomar para si a responsabilidade total do que é dito. Considerando que a plateia passa a ser corresponsável pelos sentidos produzidos, o produtor imprime, no texto, maior credibilidade. Além disso, ao considerar as reflexões tecidas no primeiro capítulo desta pesquisa, notamos que os elementos grifados adicionam modalização epistêmica ao texto a partir do acionamento de sentidos relacionados à crença e ao grau de certeza enfatizado por meio do modo verbal escolhido, da credibilidade da revista e desse processo de interação que compartilha a responsabilidade do que é dito com a plateia.

3.1.1.2 O *pathos*

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 22), no contexto de comunicação escrita, a definição do auditório é muito mais difícil do que no contexto oral-dialogado, uma vez que “na maioria dos casos, os leitores não podem ser determinados com exatidão”. Diante disso, discutimos, nesta seção, fatores que influenciam a construção do ***pathos***, como cargas afetivas e valores morais e éticos.

Apesar desta constatação dos autores, na esfera jornalística, observamos que os veículos de comunicação desenvolvem seus conteúdos com o intuito de atingir, principalmente, a um determinado agrupamento de leitores, que pode ser segmentado, por exemplo, em gênero, classe social, região, idade, interesses, etc³⁷. No caso da *Cult*, a revista procura produzir conteúdos para pessoas interessadas em discussões científicas da área de ciências humanas e com capacidade intelectual para compreender os conteúdos veiculados no periódico.

No entanto, mesmo com essa segmentação virtual, nada impede que leitores com outros perfis adquiram a revista e leiam os conteúdos publicados nela. O que os autores lidos e discutidos até aqui relatam é que, caso uma tessitura preparada com o intuito de convencer a uma plateia específica a aderir uma tese chegue a outra plateia com características e anseios diferenciados, é que aquele texto não atingirá os mesmos resultados

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 85), considerando as cargas afetivas, afirmam que os enunciados estão “inseridos num sistema de crenças, que se pretende valorizar aos olhos de todos, alguns valores que podem ser tratados como fatos ou

³⁷ Mais reflexões sobre a segmentação no jornalismo são apresentadas na seção 4.1, a partir da página 53.

verdades”. Assim, de acordo com Guimarães (2001), o léxico e os enunciados são determinados pelas práticas sociais. A partir disso, o fator semântico de determinado enunciado incorpora os seguintes princípios ordenadores: “éticos, com base em um quadro de valores explícitos ou implícitos; argumentativos, que determinavam a seleção das formas expressivas por seu poder de persuasão; estético-literários, conforme os padrões artísticos vigentes” (GUIMARÃES, 2001, p. 152).

De acordo com Abreu (2017, p. 72), “a primeira lição de persuasão que temos de aprender é educar nossa sensibilidade para os valores do outro”. E, de acordo com Meyer (2008, p. 222), “cada um de nós dispõe de um conjunto de valores, implícitos ou explícitos, que justificam nossos comportamentos e lhes dão coerência”. A partir destas afirmações, compreendemos a importância do **pathos** na argumentação: só é possível alcançar a adesão do auditório quando consideramos seus valores.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 86) discutem sobre os *valores universais ou absolutos*, que são aqueles “considerados de imediato, tais como o Verdadeiro, o Bem, o Belo, o Absoluto [...] e só se pode considera-los válidos para um auditório universal com a condição de não lhes especificar o conteúdo”. Além dos *valores universais* apresentados por Perelman e Olbrechts-Tyteca, torna-se importante considerar também os valores *particulares, positivos e negativos*, discutidos por Meyer (2008), além dos valores concretos e os abstratos, que são apresentados por Perelman e Olbrechts-Tyteca.

Para a apresentação didática de alguns dos valores positivos e negativos que influenciam o **pathos** no discurso, recorreremos à tabela desenvolvida por Silva, Oliveira e Cordeiro (2012):

Quadro 2 – valores positivos e negativos

Valores positivos	Valores negativos	Valores positivos	Valores negativos
<ul style="list-style-type: none"> ● Benevolência ● Bondade ● Coragem ● Cortesia ● Democracia ● Equidade ● Fraternidade 	<ul style="list-style-type: none"> ● Malevolência ● Maldade ● Covardia ● Descortesia ● Tirania ● Iniquidade ● Hostilidade 	<ul style="list-style-type: none"> ● Humildade ● Justiça ● Ordem ● Otimismo ● Respeito ● Tolerância ● Verdade 	<ul style="list-style-type: none"> ● Arrogância ● Injustiça ● Desordem ● Pessimismo ● Desrespeito ● Intolerância ● Falsidade

Fonte: Elaborado por Silva, Oliveira e Cordeiro (2012, p. 54).

Considerando que esses valores explícitos e implícitos se constituem a partir da ética e da moral social, recorreremos aos estudos de Valls (1994) e de Vasquez (1997). Para Vasquez (1997, p. 23), ética “é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma forma específica do comportamento humano”. Já a moral, Vasquez (1997, p. 63) afirma que é entendida como “um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens”. Sobre ética, Valls (1994, p. 9-10) afirma:

Tradicionalmente ela é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento. [...] O que seria um comportamento correto, em ética? Não seria nada mais do que um comportamento adequado aos costumes vigentes, e enquanto vigentes, isto é, enquanto estes costumes tivessem força para coagir moralmente, o que aqui quer dizer, socialmente. Quem se comportasse de maneira discrepante, divergindo dos costumes aceitos e respeitados, estaria no erro, pelo menos enquanto a maioria da sociedade ainda não adotasse o comportamento ou o costume diferente. Quer dizer: esta ação seria errada apenas enquanto ela não fosse o tipo de um novo comportamento vigente.

A partir da reflexão tecida por Valls (1994) e considerando o *corpus*, observamos que o **ethos** aciona valores universais para convencer, como a Regra de Justiça. Para Abreu (2013, p. 50), “a regra de justiça fundamenta-se no tratamento idêntico a seres e situações integrados em uma mesma categoria. [...] É um argumento de justiça, fundamentado na importância de um precedente”. Além disso, de acordo com Abreu (2013, p. 79), “os mesmos valores não são impostos a todo mundo. Eles estão ligados à multiplicidade de grupos e de emoções. Aquele que quer persuadir deve saber previamente quais os valores de seu interlocutor ou do grupo de constitui o auditório”.

De acordo com Eggs (2016), a imagem que o auditório concebe sobre o orador ocorre a partir da *héxis*³⁸, do *habitus*³⁹ e do tipo social. Nessa perspectiva,

³⁸ O termo *héxis* era utilizado entre os filósofos gregos para designar valores morais e caráter. Mais tarde, entre os romanos, o termo passou a ser traduzido como *habitus*.

³⁹ De acordo com o dicionário de filosofia Nicola Abbagnano (2007, p. 496), o termo *habitus* é compreendido como o “compromisso moral de dizer a verdade”.

considerando o papel de valores externos na construção do **pathos**, recorreremos novamente aos estudos de Aristóteles. Para o filósofo, o auditório constitui imagetivamente suas concepções sobre o orador a partir de dois campos: um de sentido moral e fundado na *epieikeia*⁴⁰, que se constitui a partir de virtudes como honestidade, benevolência e equidade; e outro mais objetivo a partir da *héxis*, que se constitui pelos hábitos, pelos costumes e pelo caráter.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017), é preciso observar os valores enquanto objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir. Destacamos que os valores, na visão de Aristóteles, são eficazes no processo de persuasão quando vistos como verdadeiros e indiscutíveis pelo auditório. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca, o auditório realiza suas escolhas e conclusões a partir da verossimilhança.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 85), os valores intervêm em todas as argumentações: “Recorre-se a eles para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem”. Além disso, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 87-88) afirmam que estas motivações são ancoradas em valores concretos, como nas noções de “fidelidade”, de “lealdade”, de “solidariedade” e de “disciplina”; e em valores abstratos, como na noção de “igualdade”.

Nessa perspectiva, ao direcionar o olhar à *Cult*, compreendemos o **pathos** como uma categoria formada no contexto de circulação da revista (convenções sociais e culturais, características e anseios dos leitores), mas que também pode ser observada em elementos linguísticos que inserem a plateia nos textos, como a PPP.

Para melhor compreender como o **pathos** influencia os sentidos produzidos pelos veículos de comunicação, podemos observar, como recorte, uma pergunta desenvolvida pela equipe da *Cult* (2016, p. 14): “Sobre as bancadas do Boi, da Bala e da Bíblia, como a senhora acredita que elas se articularão em 2016? **Devemos** esperar o mesmo contexto do ano passado?”. A pergunta ilustra a importância do **pathos** no desenvolvimento dos textos jornalísticos. A plateia de um determinado veículo de comunicação possui expectativas em relação à linha editorial do veículo. Caso remanejada para outra plataforma de publicação, que não a *Cult*, a pergunta

⁴⁰ Segundo Hobuss (2010), a *epieikeia* está ligada à preocupação retórica em obter sucesso nos tribunais. Destaca-se que, para Aristóteles, este sucesso é inerente ao senso de justiça do orador, sua imparcialidade e equidade.

poderia causar estranhamento em uma plateia conservadora, por exemplo. Além disso, considerando que o foco deste estudo reside na reflexão sobre as formas de utilização da PPP e sua potencialidade para imprimir modalização ao texto, pode-se refletir sobre os sentidos do verbo grifado no recorte. Em **devemos**, a PPP incorpora no processo interativo o produtor do texto, a equipe da Revista, também interessada e representada pelo jornalista no momento da entrevista e pelo **pathos** da *Cult*, que, possivelmente, compartilha dos valores (como os discutidos nesta seção) e dos ideais da Revista.

3.1.1.3 O *logos*

A partir da reflexão de teóricos como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017), Abreu (2017), Dittrich (2003) e Massmann (2017), entendemos o **logos** como a tessitura argumentativa do discurso, em que, a partir das instâncias macroestruturais e microestruturais que o **ethos** se manifesta.

Segundo Eggs (2016, p. 41), em todos os contextos, “o *logos* convence *em si e por mesmo*, independentemente da situação de comunicação concreta, enquanto o *ethos* e o *pathos* estão sempre ligados à problemática específica de uma situação e, sobretudo, aos indivíduos concretos nela implicados”.

Nessa perspectiva, ao direcionar o olhar ao *corpus* de análise, em sua totalidade, é possível considerá-lo como **logos**. Assim, compreendemos que este é composto por instâncias macroestruturais, como o gênero e suas características, além da escolha do tipo dos argumentos, e por instâncias microestruturais, como as escolhas lexicais, a utilização de elementos modalizadores e de operadores argumentativos, etc.

Na seção anterior, discutimos sobre convenções sociais, culturais e morais que podem mover as paixões do auditório a aceitar ou não determinados argumentos. Por meio do **logos** que o produtor do texto irá tecer seu discurso com o intuito de que este tenha aceitação e eficácia por parte do **pathos**. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 161),

Uma apresentação eficaz, que impressiona a consciência dos ouvintes [ou dos leitores], é essencial não só em toda argumentação visando à ação imediata, mas também naquela que visa a orientar o espírito de uma certa forma, a fazer que prevaleçam certos esquemas

interpretativos, a inserir os elementos de acordo num contexto que os torne significativos e lhes confira o lugar que lhes compete num conjunto.

Destacamos que um discurso pode ser persuasivo ou convincente, dependendo das características do auditório e das intenções do orador. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 31),

Propomo-nos chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter adesão de todo ser racional. O matiz é bastante delicado e dependente, essencialmente, da ideia de que o orador faz da encarnação da razão. Cada homem crê num conjunto de fatos, de verdades, que todo homem “normal” deve, segundo ele, aceitar, porque são válidos para todo ser racional. Mas será realmente assim? Essa pretensão a uma validade absoluta para qualquer auditório composto de seres racionais não será exorbitante? Mesmo o autor mais consciencioso tem, nesse ponto, de submeter-se à prova dos fatos, ao juízo de seus leitores. Em todo caso, ele terá feito o que depende dele para *convencer*, se acredita dirigir-se validamente a semelhante auditório.

Destacamos, nesse caso específico, que essa estrutura argumentativa obterá sucesso a depender da credibilidade do veículo de comunicação, sendo impossível, como argumentam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 361), que esses textos deixem de passar pelo juízo de valor dos leitores. Segundo os pesquisadores,

Querendo ou não, utilizando ou não pessoalmente ligações do tipo ato-pessoa, o orador se arrisca a ser considerado, pelo ouvinte, vinculado ao seu discurso. Essa interação entre orador e discurso seria inclusive a característica da argumentação, opostamente à demonstração. [...] mesmo as palavras alheias, reproduzidas pelo orador [aqui apontamos a citação direta e indireta de entrevistas nos gêneros notícia e reportagem] mudam de significação, pois quem repete sempre toma para com elas uma posição, de certa maneira nova, ainda que seja pelo grau de importância que lhes concede.

Com relação aos gêneros textuais de circulação em revista, considerando que são voltados a públicos singulares, observamos que podem utilizar maior grau de persuasão a depender do veículo de comunicação. Para isso, o produtor do texto gerencia suas intenções a partir das características que cada auditório específico possui, considerando valores, seleção e interpretação mais adequada de dados, o processo de interação, ilustração dos argumentos, analogias, figuras de linguagem, além de considerar outros aspectos, como a força dos argumentos.

Conforme as discussões realizadas anteriormente sobre as categorias **ethos** e **pathos**, entendemos que ambas estão inseridas e podem ser verificadas a partir da reflexão sobre o **logos**. Para ilustrar a categoria, podemos observar o recorte apresentado na *Cult* (2016, p. 18):

Ainda que se exponham pela linguagem verbal e se transformem em leis injustas, escritas ou não, as bases dos preconceitos são infinitamente mais materiais. Elas dizem respeito ao modo como **aprendemos** a nos relacionar com o outro (seja o próximo, seja a outra cultura, a natureza, a religião, a moral, o desejo, ou modo de ver o mundo) a partir de nossa percepção.

Notamos que toda a tessitura do recorte faz parte do **logos**. Essa afirmação é possível uma vez que as escolhas lexicais, a escolha do tempo e do modo verbal, a escolha das pessoas do discurso, a escolha de quais argumentos utilizados e a forma em que foram apresentados demonstram a intencionalidade do produtor do texto de fazer com que determinada plateia seja convencida do que é dito.

No recorte, observamos, por exemplo, que o produtor do texto utiliza de diferentes categorias morfológicas para construir os sentidos pretendidos. Considerando-se a natureza do nosso estudo, refletimos sobre o papel do advérbio **infinitamente**, que é utilizado no texto como modalizador epistêmico ao construir sentidos de que o **ethos** tem segurança e ênfase para afirmar o que é dito. Por outro lado, também refletimos sobre **aprendemos**, que, neste caso, adiciona na interação, além da plateia e do produtor, **outrem**, ou seja, as pessoas de um modo generalizado. No entanto, a plateia da *Cult*, neste recorte, continua segmentada.

Depois de proceder às análises propostas nesta pesquisa, percebemos certo vínculo entre as instâncias estudadas pela retórica e os efeitos de modalização provocados por meio da PPP. Considerando que, nos recortes analisados, como é possível constatar no Capítulo 4, a PPP imprime credibilidade e crenças, os estudos das categorias **ethos**, **pathos** e **logos**, aliados às reflexões sobre modalização desenvolvidas no capítulo anterior, tornam-se fundamentais para o entendimento de como os elementos linguísticos selecionados no *corpus* constroem sentidos e modalizam. No próximo capítulo, procuramos descrever o *corpus* a metodologia adotada por esta pesquisa e apresentamos análises que englobam aplicação dos conceitos explorados neste capítulo e no anterior, adaptados ao objeto de análise aqui em pauta.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA, DESCRIÇÃO DO *CORPUS* E ANÁLISE

Nesta parte, descrevemos o dossiê *Percepções do Feminino e Ações Feministas*, Revista *Cult*, ed. 210/2016⁴¹, publicado em março de 2016, a fim de tornar claros os recortes que são utilizados nesta pesquisa para demonstração de como a PPP atua no processo de modalização. Para essas reflexões, inicialmente, discutimos algumas características do texto jornalístico e especificidades do jornalismo de revista, dos dossiês e de como são veiculados na *Cult*.

Na sequência, expomos nosso percurso metodológico, descrevemos o *corpus* e tecemos análises sobre o funcionamento da PPP, no texto *Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil*, presente no dossiê selecionado, e partimos do princípio de que esse funcionamento está relacionado aos processos de modalização no nível do epistêmico e às categorias retóricas ***ethos***, ***pathos*** e ***logos***.

4.1 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO TEXTO JORNALÍSTICO

Segundo Lage (2006, p. 51), a comunicação jornalística é “referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. Isso impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa”. Apesar da afirmação, de acordo com Koch (2002), todos os textos são dotados de argumentatividade. Sobre o uso da terceira pessoa como recurso argumentativo para se aparentar objetividade, observemos a afirmação de Travaglia (2015, p. 321):

Em virtude da busca de objetividade por razões argumentativas, observa-se uma tendência para usar pessoas que deem a impressão de máxima objetividade, afastando a imagem do produtor do texto, do enunciador. Temos então, sobretudo, a terceira pessoa e a primeira do plural.

Apesar de haver esta busca pela objetividade por meio do uso de estratégias, como a escrita em terceira pessoa por parte de alguns veículos de comunicação, de acordo com Citelli (2007, p. 76), “a variável persuasiva da linguagem apresenta-se também no discurso jornalístico impresso ou eletrônico posto em circulação pelo rádio, internet, televisão, revista ou jornal”. Para Dittrich (2003, p. 76),

⁴¹ O texto introdutório do dossiê encontra-se no capítulo de anexos a partir da página 102.

A questão da intencionalidade ganha aspectos particulares no caso do jornalismo. É função do jornalista trafegar informações referenciais, reportadas à realidade: ele é pago para isso. Admitindo-se que existam jornalistas não corruptos e não militantes de causas transcendentais, o interesse consiste em transmitir informação, sem qualquer pretensão de resposta.

A partir da observação de ambas as correntes teóricas, as que norteiam as ações dos jornalistas e as filiadas à linguística, podemos chegar a um consenso de que há níveis de argumentação, de forma que alguns gêneros textuais conseguem se aproximar mais da imparcialidade e outros apresentam a argumentação de forma mais explícita.

Nesta pesquisa, cabe também ressaltar os estudos de Thompson (1998), ao afirmar que os produtos jornalísticos são desenvolvidos por empresas e com o intuito não apenas de informar, mas também de atender a demandas comerciais. Assim, refletimos sobre textos de pesquisadores que discutiram sobre a importância de se observar os elementos modalizadores em textos jornalísticos. Pauliukonis (2003, s.p.), por exemplo, relata que

A opção pelos textos midiáticos deve-se à importância da Mídia e à influência de seus diversos gêneros textuais no comportamento da sociedade. Para uma análise que objetiva analisar a interação texto/leitor no processo da recepção dos textos, torna-se importante saber como eles são interpretados criticamente, uma vez que os leitores tornam-se também co-autores capazes de abalzar as mensagens, no processo interativo de leitura.

Para Melo (2009, p. 35), o campo da comunicação é formado “por conjuntos processuais, entre eles a comunicação massiva, organizada em modalidades significativas, inclusive a comunicação periodística (jornal/revista)”. De acordo com o pesquisador, a comunicação periodística é estruturada em categorias funcionais, como jornalismo e o entretenimento.

De acordo com Dittrich (2003, p. 27), “o texto jornalístico encobre amplo espectro que vai desde aquele que aparece nos jornais e revistas até o que circula na *internet* e nos meios audiovisuais, para ser lido no rádio ou na TV”. Para Traquina (2005), considerando que os textos jornalísticos circulam em esferas sociais, culturais e econômicas heterogêneas, destacamos que, quando não voltados a um público especializado e quando destinados a transmitir a informação de forma

rápida⁴², precisam ter qualidade de serem compreensíveis em contextos diferenciados. Traquina (2005, p. 46) afirma que

Os jornalistas precisam comunicar através das fronteiras de classe, étnicas, políticas e sociais existentes numa sociedade. Para atingir este público heterogêneo, a linguagem jornalística deve possuir certos traços que vão no sentido de ser compreensível: frases curtas, parágrafos curtos, palavras simples, uma sintaxe direta e econômica, concisão, utilização de metáforas para incrementar a compreensão do texto. Para além do compreensível, o discurso jornalístico é um discurso que deve provocar o desejo, o desejo de ser lido/ouvido/visto.

Apesar de a isenção ser considerada por muitos veículos de comunicação um princípio ético importante para a conduta jornalística de seus profissionais, quando se analisa o funcionamento dos elementos, é possível afirmar que esta característica não existe. Koch (2002, p. 17), por exemplo, afirma que a neutralidade é um mito: “o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade”. Nessa perspectiva, ao observar a pretensão da isenção, a partir do viés teórico da Retórica, podemos afirmar que esta ação é utilizada como uma tentativa dos veículos de comunicação de aderir aos seus conteúdos credibilidade.

Para Melo (2016, p. 45-46), cabe à mídia veicular:

- informação: a Mídia provém dados sobre acontecimentos e situações; indica relações de poder; facilita inovação, adaptação e progresso;
- correlação: interpreta significados; socializa valores; sugere consenso; prioriza rumos;
- continuidade: reforça a cultura hegemônica, embora atenta às alternativas da contracultura; fortalece e preserva valores consensuais;
- entretenimento: provém distração, diversão e relaxamento; reduz as tensões sociais;
- mobilização: respalda ações coletivas, embasadas nas decisões de cidadania (participação política, religiosa, cultural) ou de consumo (bens e serviços, marcas e símbolos).

⁴² O gênero notícia, classificado como informativo e amplamente defendido como imparcial, segue a estrutura do *lead*. Por meio desta estrutura, a notícia procura responder as perguntas “o quê?”, “onde?”, “quando?”, “quem?”, “como?” e “por quê?” no primeiro parágrafo do texto (quando publicado em uma plataforma impressa ou virtual) ou no primeiro minuto (quando publicado em uma plataforma audiovisual).

Ao observar o *corpus* a partir da perspectiva teórica de Melo (2016), notamos que o texto introdutório do dossiê leva aos leitores não só informação, mas também correlação, na medida em que interpreta teorias científicas complexas, apresentando-as com uma linguagem mais acessível; entretenimento, ao prover distração por meio de uma leitura não obrigatória; e mobilização, considerando que possui pauta coerente à luta por igualdade de direitos da mulher na sociedade contemporânea.

Segundo Erbolato (1991, p. 30), “os meios de comunicação de massa se destinam, fundamentalmente, a informar, a influir (ou persuadir) e a divertir”. Assim, de acordo com o autor, o jornalismo pode ser dividido em quatro categorias: “informativo, interpretativo, opinativo e diversional” (ERBOLATO, 1991, p. 30). Sobre a categoria interpretativista, considerando que proporciona ao leitor aprofundamento e contextualização dos fatos por meio de interpretações e de teorias, a partir de Fernandes (2017) e de Scalzo (2011), observamos que é a forma mais convencional nos textos veiculados em revista.

De acordo com Melo (2016, p. 50-51), são gêneros informativos: “Nota, Notícia, Reportagem, Entrevista”; são gêneros opinativos: “Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Caricatura, Carta, Crônica”; são gêneros interpretativos: “Análise, Perfil, Enquete, Cronologia, Dossiê”; são gêneros diversionais: “História de interesse humano, História colorida” e são gêneros utilitários: “Indicador, Cotação, Roteiro, Serviço”.

Considerando-se, especificamente, o jornalismo de Revista, de acordo com Scalzo (2011, p. 13), entendemos que ele cobre “funções culturais mais complexas que a simples transmissão de notícias. Entretêm, traz análise, reflexão, concentração e experiência de leitura”. Segundo Scalzo (2011, p. 50),

as revistas têm a capacidade de reafirmar a identidade de grupos de interesses específicos, funcionando muitas vezes como uma espécie de carteirinha de acesso a eles. E justamente aí reside o maior desafio de quem quer, atualmente, descobrir novos mercados e trabalhar em revistas. É preciso entender quais são as tendências que estão surgindo e quais delas podem traduzir-se em novos títulos. É preciso usar a tecnologia para reduzir custos e fazer publicações cada vez mais segmentadas para grupos restritos, com circulações pequenas.

Em relação à segmentação, característica essencial das revistas, Fernandes (2017, p. 21) afirma que o jornalismo especializado é uma vertente jornalística que atua “de forma contrária à cobertura geral dos fatos”. Considerando a Revista *Cult*,

por exemplo, observamos que volta atenção a conteúdos específicos, como temáticas culturais, deixando de lado assuntos jornalísticos do cotidiano.

Em relação aos gêneros textuais geralmente veiculados em revistas, destacamos que variam a partir da segmentação e da linha-editorial de cada veículo. No entanto, a leitura de Scalzo (2011) e de Fernandes (2017) demonstra que predominam, em relação à relevância do conteúdo, os gêneros que possuem maior durabilidade, como a Reportagem, a Entrevista, o Artigo, o Editorial, a Resenha, a Coluna, a Carta (de leitor e ao leitor), a Crônica, a Análise, o Perfil e o Dossiê. As particularidades da Revista *Cult* e da forma em que seus dossiês são apresentados serão discutidas nas seções a seguir.

4.1.1 O gênero dossiê na revista *Cult*

Segundo Melo (2016), o dossiê pode ser considerado um gênero jornalístico interpretativo, veiculado, principalmente, em periódicos especializados e com segmentação de público específica. Apesar de observarmos as estruturas comuns ao gênero, também consideramos a proposta de Bakhtin (2000) de que os gêneros do discurso não são estáticos e que a infinidade destes se deve às diferentes formas de expressão humana a partir do contexto histórico.

De acordo com Costa-Hübes (2017, p. 566), que segue a proposta bakhtiniana,

[...] nem todos os gêneros são, assim, tão facilmente identificáveis, devido à sua plasticidade. Embora a construção composicional esteja, de alguma forma, relacionada à estrutura formal do gênero, não podemos aprisioná-la em formas estruturais rígidas, haja vista que todo gênero se organiza dentro de uma dimensão fluida e dinâmica, tendo em vista o próprio estilo que o autor pode lhe conferir, dentro dos limites instáveis do contexto.

Nessa perspectiva, ao observarmos os gêneros jornalísticos na contemporaneidade, podemos notar que os textos estão em constante transformação estrutural e estilística e que podem incorporar características de outros gêneros, a depender da intencionalidade dos produtores do texto ou das particularidades do veículo de comunicação em que são publicados.

Considerando a importância de se refletir sobre como nosso *corpus* está organizado, observamos que é composto por duas partes e que o texto está organizado em dezoito páginas. Após a capa, a primeira é composta por uma espécie de

introdução que possui cinco páginas, e desdobra-se em: 1) uma *apresentação* do dossiê; e, em seguida, em outros três subtítulos: 2) *A formação da consciência militante feminista*; 3) *Conquistas e desafios históricos do feminismo no Brasil*; e 4) *Considerações finais*. A segunda parte apresenta o *perfil*⁴³ de seis mulheres, com personalidades e profissões diferentes, a saber: Alice Ruiz, Bianca Santana, Kenarik Boujikian, Maria Vilani, Rejane Dias e Roberta Estrela D’Alva. Esta segunda parte é organizada em doze páginas.

Observamos que o *corpus* também é acompanhado por elementos não verbais⁴⁴. Entre esses elementos, destacamos a ilustração de capa do dossiê, uma vez que outras seções do periódico não possuem este tipo de estrutura gráfica. A capa interna, presente no início da seção *Dossiê*, demonstra a importância que a seção possui dentro do veículo de comunicação.

O dossiê também utiliza como elementos gráficos as fotos das pessoas perfiladas, na segunda parte, e o olho, estrutura visual e textual que, de acordo com Alves 2009 (s.p.), pesquisador que observa textos jornalísticos, “[...] faz a ligação entre o título e o texto, geralmente ressaltando alguma mensagem principal. Pode aparecer antes, acima ou abaixo do título”.

A *Cult* tem periodicidade mensal voltada às áreas da Arte, Cultura, Filosofia, Literatura e Ciências Humanas, com uma circulação de 35 mil exemplares, distribuídos em âmbito nacional. Cada edição chega às bancas com um dossiê sobre determinado tema, por meio de amplo debate de ideias de interesse público (CULT, 2018, s.p.). De acordo com Rossetti (2015, p. 108),

Atualmente, a Revista Cult lidera o segmento cultural no Brasil. Criada no ano de 1997 pela Lemos Editorial, voltava-se principalmente à literatura mas, em 2002, a publicação foi adquirida pela Editora Bregantini que ampliou suas pautas e passou a abordar também outros temas em suas páginas, como artes, filosofia e ciências humanas. Com sede na cidade de São Paulo – SP, a Revista Cult é a mais longeva publicação cultural do país e está sob direção da jornalista Daysi Bregantini. Sua periodicidade é mensal, com 35 mil exemplares de, em média, 66 páginas cada, e seu quadro de funcionários e colaboradores é variável. A escolha dos temas abordados respeita o critério editorial da revista que é especializada em jornalismo cultural com foco no conhecimento e na educação.

⁴³ O *perfil*, comum em revistas, segundo Melo (2016), é um gênero jornalístico interpretativo.

⁴⁴ A importância dos elementos não verbais em textos jornalísticos é discutida por autores como Marcuschi (2012) e Scalzo (2011). O *corpus* encontra-se disponível nos anexos, página 102.

Os dossiês, comuns em revistas científicas, objetivam reunir documentos, conservar e registrar fontes de informação. De acordo com texto elaborado por pesquisadores da Universidade de Évora (UEVORA, 2017, p. 01), os dossiês podem ser constituídos por "textos escritos, notícias de imprensa, gráficos, artigos científicos, fotografias ou outros". Considerando a circulação do gênero na esfera jornalística, Kucinski (2002) aponta que o dossiê se confunde com o jornalismo investigativo devido ao conteúdo ser resultado de um considerável investimento de tempo à pesquisa e ao aprofundamento de determinada temática.

A Revista *Cult* apresenta o gênero como uma seção fixa do periódico. De acordo com Rêgo e Moura (2012, p. 116), "a cada exemplar além do dossiê normalmente voltado para temas filosóficos encontramos uma grande entrevista realizada com personagens destacados em suas áreas de atuação". Considerando nosso *corpus*, por exemplo, observamos que o gênero apresenta não só características estruturais e estilísticas da esfera jornalística, mas também vocabulário e elementos mais comuns em artigos científicos.

De acordo com a *Cult* (2017), pesquisadores e especialistas de diversas áreas do conhecimento, como de Arte, Cultura, Filosofia, Literatura e Ciências Humanas, contribuem na construção das edições da revista. No primeiro semestre de 2016, por exemplo, a revista *Cult* publicou os dossiês *A psicanálise e as formas do político* (Ed. 208); *Educação e cultura* (Ed. 209); *Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil* (Ed. 210 – *corpus* desta análise); *Psicanálise: o corpo falante* (Ed. 211); *Guy Debord e a sociedade do espetáculo* (Ed. 212); e *Poemas para o nosso tempo: a nova geração de poetas do país* (Ed. 213) (CULT, 2018). No segundo semestre de 2016, a *Cult* publicou os dossiês *Tarkovski* (Ed. 214); *Adorno e a reinvenção da dialética* (Ed. 215); *Saussure, 100 anos depois* (Ed. 216); *Raymond Williams* (Ed. 217); *Deslocamentos de Hegel* (Ed. 218); e *Quarta onda do feminismo* (Ed. 219).

Em 2017, no primeiro semestre, a revista publicou os dossiês *Prenúncio da Revolução Russa* (Ed. 220); *Montaigne filósofo* (Ed. 221); *Gramsci, Diálogos Inéditos* (Ed. 222); *Variações sobre a luta de classes* (Ed. 223); *Bento Prado Júnior: Filosofia sem lugar* (Ed. 224); e *Arte e Psicanálise* (Ed. 225). No segundo semestre de 2017, a *Cult* publicou os dossiês *Artivismo das dissidências sexuais e de gênero* (Ed. 226); *Réquiem para uma nação* (Ed. 227); *Marx e as crises do capitalismo* (Ed. 228); *Clarice*

Lispector rara e inédita (Ed. 229); *Arte e autoritarismo* (Ed. 230); e *Benedito Nunes, o Filósofo da Poesia* (Ed. 231).

Ao observar as temáticas, podemos pressupor que a *Cult* possui um público-alvo (**pathos**) específico e intelectualmente elitizado, composto, majoritariamente, não apenas por pessoas com afinidade pelas temáticas veiculadas no periódico, mas principalmente por leitores que possuem conhecimento de mundo necessário para compreender textos complexos, mais extensos do que os publicados em revistas populares e com certo grau de cientificidade, uma vez que o conteúdo está, de certo modo, alinhado a estudos/teorias na área das Ciências Humanas.

Segundo Tarapanoff (2010), o público-alvo da *Cult* é composto por acadêmicos com interesses em autores estudados em cursos de ciências humanas. Para a autora, na revista, há uma preocupação com a formalidade acadêmica, no entanto, procura-se facilitar a linguagem para que o conhecimento científico chegue ao maior número possível de pessoas. Assim, considerando-se as temáticas apresentadas acima e a análise, que será apresentada na seção a seguir, consideramos que um dos possíveis objetivos da revista é o de realizar a mediação entre assuntos complexos e os leitores.

Além disso, a observação dos temas dos dossiês produzidos pela revista nos anos de 2016 e 2017 possibilita a suposição de que a *Cult* produz conteúdos para um *pathos* com afinidades a temáticas não só intelectuais vinculadas às ciências humanas, mas também às artes, como a literatura e o teatro, e a temáticas de reivindicação de direitos iguais e militância em causas como gênero, sexualidade e classes sociais e econômicas.

4.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, verificamos vários dossiês da Revista *Cult* e selecionamos, a princípio, todas as publicações de 2016. Como no início pensamos em focar os estudos desta pesquisa na categoria **ethos**, chamou-nos a atenção a forma diferenciada de uso da PPP para indicar diferentes formas de modalização apresentadas pelo produtor do texto. O dossiê *Percepções do Feminino e Ações Feministas*, edição 210/2016, de forma peculiar, conta com usos bem marcados e que delimitam como o produtor do texto usa a sua imagem para cativar os leitores. Haja vista que essa peculiaridade se mostrava recorrente, este dossiê

tornou-se nosso *corpus*.

Para desenvolvimento das análises, optamos pela utilização do termo **recorte**, considerando o conceito de Guimarães (2014, p. 50), que define o termo como “um fragmento do acontecimento da enunciação”. Ainda, segundo o autor, este conceito, assim como o desenvolvido pela Análise do Discurso de vertente francesa, também considera os *recortes* não como simples sequências, mas como “formas linguísticas que aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência” (GUIMARÃES, 2014, p. 50). Transpusemos o conceito para a possibilidade de delimitação de unidades de análise, com o cuidado de termos como base as linhas teóricas da modalização e da retórica.

Considerando que observamos como o texto é modalizado, optamos pela utilização do termo **produtor do texto** para indicar a articulista. Para isso, partimos do conceito de Koch (2003, p. 19), que define o “produtor/planejador” como aquele que “procura viabilizar o seu “projeto de dizer”, recorrendo a uma série de estratégias de organização textual e orientando o interlocutor, por meio de sinalizações textuais (indícios, marcas, pistas), para a construção dos (possíveis) sentidos”.

O processo de chamamento, em que o produtor do texto se coloca como receptivo e ao mesmo tempo como voz autorizada, proporcionou inquietação sobre a possibilidade de a PPP funcionar como elemento modalizador. Como não conseguimos encontrar reflexões teóricas sobre esse entendimento, conforme já anunciamos, procuramos conduções teóricas na Sociolinguística que observam a utilização da PPP em textos orais-dialogados. Ainda ressaltamos que, no interior do dossiê analisado, não se pode considerar somente a PPP como índice de modalização, uma vez que há o léxico verbal, os argumentos utilizados, e os demais aspectos que envolvam a tessitura do texto. Por isso, para o desenvolvimento deste trabalho, podemos considerar que a pessoa do discurso em pauta se soma a todos esses fatores.

Embora não sejam explorados os dados que extrapolam o dossiê como um texto em si, organizado linguisticamente, uma vez que trazemos para a dissertação os recortes que representam os fenômenos observados, torna-se interessante registrar que o dossiê sob análise foi escrito pela pesquisadora Mirla Cisne Álvaro, que possui doutorado em Sociologia, pela Universidade de Paris; e em Serviço Social, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o que confere cientificidade e

autonomia para o texto.

Notamos que a cientificidade e a autonomia presentes no texto ocorrem devido aos estudos realizados pela pesquisadora. De acordo com informações de Álvaro (2018) na Plataforma Lattes, do CNPq, a pesquisadora desenvolve, atualmente, o projeto de pesquisa *Mulher, arte e literatura: uma história ausente ou uma ausência na história?*. Segundo a Plataforma, a pesquisadora também já realizou estudos sobre racismo, divisão sexual de brinquedos e diversidade familiar, feminismo e políticas públicas, feminismo e coletivo, institucionalização do movimento feminista, direitos sexuais e liberdades democráticas, feminismo em organizações não-governamentais, entre outras temáticas relacionadas. A estudiosa também publicou diversos artigos em revistas científicas e anais de eventos, capítulos de livros e livros sobre temáticas relacionadas ao feminismo e questões de identidade de gênero.

Considerando que os *perfis* deste dossiê são redigidos sem o posicionamento do produtor do texto por meio da PPP, optamos por analisar apenas o texto *Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil*. No texto, observamos a incorporação de aspectos de diferentes gêneros: título mais adequado ao gênero artigo de opinião ou a textos literários; Linha-fina³⁴⁵, presente nos gêneros reportagem e notícia (FOLHA DE S.PAULO, 2010); e estrutura textual que combina características do gênero Reportagem, por ser interpretativista; porém, com elementos opinativos mais explícitos, comumente encontrados em Comentários, Editoriais, Artigos de Opinião, dentre outros gêneros opinativos, além do uso de uma linguagem mais recorrente em textos acadêmicos.

Sobre a mistura de diferentes gêneros, Koch e Elias (2016) classificam o fenômeno como “**Intergeneridade** [, que] ocorre quando um gênero textual assume a forma de outro, levando em conta o propósito comunicativo. Trata-se de uma hibridização ou mescla de gêneros” (KOCH; ELIAS, 2016, p. 21).

No *corpus*, observamos flutuação entre os sentidos que as ocorrências da PPP produzem. Observamos, por exemplo, que, em alguns recortes do texto, a PPP é utilizada apenas como forma de indicar a opinião do produtor do texto, o que a Sociolinguística define como plural de modéstia.

⁴⁵ Linha-fina é um termo jornalístico que indica “frase ou período sem ponto final, que aparece abaixo do título ou acima dos títulos e servem para completar seu sentido ou dar outras informações. Funciona como subtítulo. Usa letras menores que as do título e maiores que as do texto” (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p.153).

Observamos que os usos da PPP podem indicar também dois tipos de orientação de sentidos: a primeira a partir de uma plateia circunscrita, constituída pelo público-alvo da revista *Cult* e com capacidade de leitura para tal; e a segunda, quando a PPP cria, na tessitura, uma ilusão de que **outrem** (pessoas que não interagem de forma direta com o dossiê) também interage com o texto, sendo parte de um recurso argumentativo ou **logos** para conquistar simpatia da plateia.

A consulta a Lucchesi (2009) nos proporcionou a distinção em categorias sobre a PPP⁴⁶, considerando a forma de engajamento do produtor do texto com as outras pessoas do discurso, mas de forma adaptada, uma vez que o autor propôs categorias ao observar textos orais e esta pesquisa objetiva analisar textos escritos.

Depois de analisarmos a parte da Introdução do Dossiê, selecionamos os recortes mais representativos e notamos três sentidos diferentes assumidos pela PPP, conforme explicamos abaixo e tentamos demonstrar com a análise dos recortes.

- 1) **ethos específico** (para Lucchesi, plural de modéstia), em que o produtor do texto engaja-se com o enunciado como sendo a origem, mas não quer assumir essa posição por meio do pronome “eu”, já que poderia gerar certa antipatia. Para ilustrar a forma de posicionamento que movimenta os sentidos discutidos nesta categoria, apresentamos, novamente, o seguinte recorte na *Cult* (2016, p. 08): “Para esta edição, **selecionamos**, entre tantas mulheres extraordinárias deste planeta, algumas que nos representam”. A observação de **selecionamos** nos permite afirmar que, neste recorte, quem diz é o próprio produtor do texto. No entanto, opta-se pela utilização da PPP como uma forma de imprimir sentidos de modéstia ao conteúdo (a escolha pela PPS, como **selecionei**, por exemplo, poderia causar estranhamento nos leitores virtuais da revista). Em relação à categoria **ethos específico**, adiantamos que é, geralmente, utilizada pelo produtor do texto com o intuito de orientar a tessitura didática do conteúdo. Conforme veremos a seguir, a modalização produzida pelos elementos inseridos nesta categoria é confirmada, principalmente, a partir da credibilidade do **ethos**;

⁴⁶ Verificar o que consta nas páginas 36, 37, 38 e 39.

- 2) **ethos + pathos circunscrito**: quando o produtor do texto insere, no engajamento promovido, o **pathos**; porém, trata-se apenas de um **pathos** delimitado, relacionado ao gênero feminino e ao leitor “possível/virtual” do dossiê. Para ilustrar os sentidos que esta categoria, citamos um recorte apresentado na *Cult* (2016, p. 27):

O contato de Kahlo com Breton, como **sabemos**, derivou de um convite do pintor muralista Diego Rivera para que o francês os visitasse no México e, em conjunto com outro hóspede famoso, o líder russo no exílio Leon Trotsky, redigisse o Manifesto por uma arte revolucionária e independente, contra o dirigismo cultural promovido por Stálin.

A reflexão sobre o recorte a partir das discussões teóricas realizadas neste estudo nos permite analisar que, em **sabemos**, o produtor do texto insere na PPP um auditório específico – neste caso, leitores virtuais da revista com conhecimentos históricos, sociais e culturais necessários sobre as pessoas discutidas, como Kahlo, Breton, Trotsky e Stálin. Sobre esta categoria, notamos que possui um valor retórico e modalizador alto, considerando que o **pathos circunscrito** é incluso no conteúdo e suas expectativas e conhecimentos são considerados, o que amplia o grau de certeza dos argumentos movimentados pelo produtor.

- 3) **ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)**: o produtor do texto insere no engajamento promovido o leitor possível/virtual e cria a ilusão de uma segunda plateia composta por **outrem** (todas as mulheres, que, por um motivo ou outro, não têm acesso a esse bem cultural que é a *Revista Cult*). A ilusão da inserção de uma segunda plateia no processo interativo como um recurso do **logos** gera, na plateia, a sensação de que o produtor do texto se sensibiliza com os demais, fortalecendo o **ethos**. (2016, p. 10)

Aqui estamos, com liberdade de expressão sem precedentes e um número recorde de mulheres realizando, alcançando, escolhendo satisfazer a si mesmas, e **somos** insultadas com as piores – mais abusadas, negligenciadas e desumanizadas – heroínas da história do cinema.

No recorte, note que grifamos apenas **somos**. Em **estamos**, a partir dos demais argumentos, o produtor do texto faz com que a PPP acione sentidos que incluem apenas um **pathos circunscrito**. Já em **somos**, considerando que o produtor do texto passa a falar das mulheres de uma forma geral a partir do papel social feminino, apontamos que os sentidos movimentados incluem a ilusão de um **pathos universal feminino**. Optamos pelo termo **ilusão** e classificamos esta escolha como **logos**, uma vez que apesar de outras pessoas serem incluídas no contexto de interação, a plateia da *Cult* continua a mesma, ou seja, as outras mulheres que serão mencionadas no processo interativo, provavelmente, não terão acesso ao bem cultural intelectual Revista *Cult*.

As categorias **ethos específico**, **ethos + pathos circunscrito** e **ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)** são consideradas com relação ao morfema lexical do verbo, como forma de indício de modalização de teor epistêmico. Porém, ressaltamos, não se trata de um indício que atua isoladamente das porções textuais às quais está vinculada.

Para a análise do *corpus*, inicialmente selecionamos todas as ocorrências de PPP no texto, um total de 24, e, na sequência, separamo-las por categoria. Para melhor visualização e análise, os respectivos recortes textuais foram organizados em tabelas que compreendem a sequência do texto.

4.3 A PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL NO TEXTO *CONSCIÊNCIA E LUTAS FEMININAS: CONQUISTAS E DESAFIOS NO BRASIL*

Com o título *Consciência e lutas femininas: conquistas e desafios no Brasil*, e linha-fina *A luta das mulheres é um fato concreto que acrescenta um elemento novo à política e perturba profundamente*, o produtor do texto refere-se ao feminismo em sua vertente materialista⁴⁷, sendo que já na apresentação do dossiê usa a PPP para indicar qual posicionamento está assumindo. Logo no início do texto, o produtor apresenta para **a leitora** a condução que será dada ao texto.

⁴⁷ As palavras textuais apresentadas na *Cult* (2016, p. 33) são: "o feminismo, em sua vertente materialista, entende que as desigualdades sociais não resultam das ideias ou simplesmente da cultura [...]".

Conforme explicitado na seção 4.2, o texto *Consciência e lutas femininas: conquistas e desafios no Brasil* é apresentado em quatro partes distintas. Considerando-se a *apresentação* (parte 1), selecionamos os seguintes recortes:

Quadro 1 – Recortes com ocorrências da PPP no texto de *apresentação*

Nº	Recorte textual	Categorias
01	O feminismo é entendido aqui, portanto, como um campo de produção de conhecimento crítico e como movimento social voltado para a emancipação humana, o que exige a luta pela superação dessas relações que dão base ao sistema patriarcal-racista-capitalista. Entendemos que o fio condutor dessa perspectiva emancipatória está no processo de formação da consciência militante feminista (CULT, 2016, p. 33).	<i>ethos específico</i>
02	A consciência feminista se refere à percepção de mulher como sujeito de sua vida, o que demanda a ruptura com as mais variadas formas de apropriação sobre o nosso corpo, tempo e trabalho, bem como a superação da ideologia de naturalização da subalternidade feminina. Com essa base podemos chegar à dimensão coletiva da consciência <i>militante</i> , que é uma consciência voltada para a transformação social (CULT, 2016, p. 33).	<i>ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)</i>

Fonte: Elaborado pelo autor

No Recorte 01, em **entendemos**, além das informações constantes no morfema lexical, que é típico do gênero sob análise (embora se trate de lexema também presente em outros gêneros que perfazem o rol do jornalismo), o que gera engajamento e direcionamento de pontos de vista, a PPP indica que o produtor do texto pretende assumir, mesmo parcialmente, o posicionamento como seu.

A partir da observação do Recorte 01, notamos que a porção textual é um ato ilocutório maneado ideologicamente ao feminismo a partir de três argumentos: 1) campo de produção de conhecimento crítico; 2) um movimento social voltado para a emancipação humana; e 3) a luta pela superação das relações que dão base ao sistema patriarcal-racista-capitalista. Por outro lado, o uso da PPP + os argumentos + o léxico do verbo + o gênero textual e o histórico da revista imprimem ao **ethos** um grau de credibilidade, permitindo que a PPP seja utilizada como um dos recursos capazes de aderir modalização epistêmica ao texto.

Em relação à modalização epistêmica, assumimos que, em **entendemos**, o léxico do verbo aciona sentidos relacionados às crenças do produtor do texto, o qual é vinculado a um alto grau de certeza sobre o que é dito. Por outro lado, a modalização só atinge a eficácia necessária de convencimento na forma em que orienta os sentidos a partir da credibilidade do **ethos**. Nessa perspectiva, notamos uma relação orgânica entre o **ethos específico**, materializado na PPP, e o alto grau de certeza que o verbo imprime.

Considerando que a *Cult* é um veículo de comunicação periódico, entendemos, aqui, que não só as informações presentes no texto, mas também todo o histórico de publicações do veículo de comunicação contribui para a formação do **ethos**, ou seja, as leituras anteriores que a plateia realizou por meio da *Cult* acionam memórias e geram expectativas e credibilidade para novos textos. Em relação à modalização epistêmica, o produtor do texto utiliza os mecanismos descritos acima para imprimir no texto a credibilidade de sua pessoa, e gerar confiança nas leitoras.

No Recorte 02, em **podemos**, a PPP revela que o **ethos** enreda **pathos circunscrito** e, ao mesmo tempo, cria a ilusão da inclusão de **outrem**. Esta afirmação é possível a partir dos argumentos que acionam sentidos relacionados ao gênero feminino de uma forma geral, como em **nosso corpo**. Há, então, a ilusão de um **pathos universal feminino** como uma estratégia do **logos**, com o intuito de imprimir ao **ethos** maior grau de sensibilidade aos temas discutidos. Em relação à modalização, enquadra-se no eixo epistêmico por acionar sentidos relacionados ao alto grau de possibilidade/probabilidade em que o produtor expõe suas crenças. No recorte 02, diferentemente do Recorte 01, a modalização consegue eficácia não só a partir da credibilidade do **ethos**, mas também por todo o processo interativo, aqui materializado na PPP, que também inclui sentidos inseridos no **pathos** e no **logos**.

Na sequência, as discussões do texto são apresentadas a partir do subtítulo *A formação da consciência feminista* (parte 2). Para esta parte, selecionamos os seguintes recortes:

Quadro 2 – Recortes com ocorrências da PPP no texto *A formação da consciência feminista*

Nº	Recorte textual	Categorias
03	<p>Identificamos cinco eixos que estruturam a consciência militante feminista. Antes de mais nada, é preciso deixar claro que os enumeramos assim apenas por uma questão didática. De maneira alguma encontramos uma ordem sequencial, tampouco hierárquica, de importância entre eles (CULT, 2016, p. 34).</p>	<p>ethos específico</p>
04	<p>O primeiro eixo é a <i>apropriação de si</i>, no sentido de nos reconhecermos como sujeitos e passarmos a lutar por nossa autonomia e liberdade, o que demanda rupturas estruturais e superações ideológicas, a começar pelo modelo hegemônico de família nuclear e a ideologia de naturalização dos sexos (CULT, 2016, p. 34)</p>	<p>ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)</p>
05	<p>Ao adquirirmos uma consciência feminista, passamos a nos perceber como pessoas – possuímos um corpo que nos pertence, com vontades e desejos próprios. Ou seja, aqui, deixamos de pertencer ao outro e, de apropriadas, passamos a nos apropriar de nós mesmas (CULT, 2016, p. 34).</p>	<p>ethos + pathos circunscrito</p>
06	<p>O segundo eixo, a experiência de <i>sair de casa e a casa sair de dentro de nós</i>, significa a ruptura com a naturalização da responsabilização unilateral da mulher pelo lar e pela família. Não basta trabalharmos fora do lar e continuarmos sendo responsabilizadas pelo trabalho doméstico, por exemplo. Da mesma forma, podemos estar trabalhando, estudando e/ou militando e continuarmos com toda a carga de responsabilidade com a família e com o lar, ou seja, a “casa pertence dentro de nós” (CULT, 2016, p. 34).</p>	<p>ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)</p>
07	<p>O terceiro eixo, o <i>perceber-se na outra</i>, consiste na identificação com a outra da sua condição de opressão. Esse processo possui uma função fundamental para a formação da consciência, pois contribui diretamente para a desnaturalização da subalternidade feminina, além de nos fortalecer individual e coletivamente ao percebermos a possibilidade de transformarmos nossas vidas. Mais que isso, inicia-se aqui a percepção de que a liberdade de uma mulher depende da liberdade de todas (CULT, 2016, p. 34).</p>	<p>ethos + pathos circunscrito</p>
08	<p>O quinto e último eixo diz respeito à <i>formação política associada às lutas concretas de reivindicação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento</i>. A consciência militante feminista, portanto, não resulta apenas de uma simples reação às opressões. Ela é um <i>continuum</i> que envolve um movimento dialético entre</p>	<p>ethos + pathos circunscrito</p>

	<p>formação política, organização e lutas, que vão da dimensão individual, da ruptura com o “privado” à dimensão coletiva, de organização política voltada para a transformação social. Este <i>continuum</i> nos convida a avaliarmos na atualidade as conquistas e os desafios das lutas feministas na conjuntura brasileira (CULT, 2016, p. 35).</p>	
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

Nos recortes acima, os morfemas lexicais dos verbos e a PPP revelam diferentes interações acionadas pelo produtor do texto. No Recorte 03, em **identificamos**, **enumeramos** e **encontramos**, notamos o ***ethos específico*** e modalizações epistêmicas que orientam a didática da tessitura argumentativa materializada pelo uso da PPP + os argumentos + o léxico do verbo + o gênero textual e o histórico da revista. Nas ocorrências deste recorte, assim como no Recorte 1, refletimos que a modalização possui relação orgânica com o ***ethos específico***. Além disso, a classificação da instância modalizadora no eixo epistêmico é justificada considerando-se o alto grau de certeza utilizado pelo produtor do texto para estabelecer os sentidos desejados.

No Recorte 04, as escolhas lexicais e a PPP, em **reconhecemos** e **passarmos**, incluem o ***pathos circunscrito*** ao ***ethos***, ou seja, os leitores virtuais do texto (mulheres com conhecimento necessário para o entendimento do dossiê). Criase, também, por meio do ***logos***, a ilusão da inclusão de um ***pathos universal feminino***, composto pelas demais mulheres, das quais muitas possivelmente não terão acesso à leitura do dossiê. Para subsidiar essa leitura, citamos o termo *apropriação de si*, que evidencia que o produtor do texto passa a falar das mulheres considerando o papel social e não apenas as leitoras. Analisamos que a tessitura é apresentada dessa forma com o intuito de gerar simpatia na plateia em relação à sensibilidade e às ideias do produtor do texto, imprimindo modalização epistêmica.

Para a análise dos sentidos vinculados à modalização epistêmica impressa nos elementos grifados, consideramos, também, a modalidade presente nos contornos do recorte. O produtor do texto discute os argumentos conjugando os verbos na PPP do modo do subjuntivo, imprimindo no texto sentidos de desejo e crença. No entanto, os verbos também são acompanhados por argumentos que evidenciam a necessidade de garantia de direitos iguais, como “**nossa** autonomia e liberdade”. Aqui, notamos que o pronome grifado reforça o sentido de que os verbos na PPP do Recorte 04 envolvem

o **ethos** e um **pathos circunscrito**. Assim, considerando que o léxico do verbo + a PPP + os argumentos imprimem no texto sentidos de que o produtor do texto e a plateia experenciam as afirmações, classificamos esta forma de modalização como evidencialidade direta.

No Recorte 05, em **adquirirmos, passamos, possuímos, deixamos e passamos**, o **ethos** continua a alçar o **pathos circunscrito**; porém, direciona sua argumentação sem criar a ilusão de que outra plateia acompanha o discurso. Essa visão dos recortes é possível na medida em que outros itens lexicais, como os presentes em **consciência feminista**, revelam que a argumentação do produtor do texto volta a ser direcionada ao público intelectualizado. Temos a modalização epistêmica, uma vez que, ao mesmo tempo, os verbos convergem para um grau de certeza e de evidencialidade. Podemos, neste caso, recorrer a Rocha (1998), que aponta sentidos postos para convergirem interesses em questão.

No Recorte 06, em **trabalharmos, continuarmos, podemos e continuarmos**, além da inclusão do **pathos circunscrito** nos sentidos movimentados pela PPP, o produtor do texto cria a ilusão de um **ethos** que se une a um **pathos universal feminino** no processo de interação, como uma estratégia do **logos**. Esta constatação é possível, se considerarmos que o produtor do texto discute ações socialmente consideradas cabíveis ao papel social feminino de uma forma geral, como em a **responsabilização unilateral da mulher pelo lar e pela família**.

Esta forma de orientar a tessitura pode ser considerada uma estratégia argumentativa com o intuito de aproximar o **ethos específico** de diferentes tipos de **pathos** a partir de interesses que o produtor do texto e as diferentes plateias possuem em comum. Apesar de movimentar este sentido no texto, consideramos que, nos recortes analisados, o produtor refere-se a um **pathos circunscrito** e aciona um **logos** em que inscreve em **pathos universal**.

Em relação à modalização, notamos que a PPP assume teor epistêmico, que oscila entre grau de evidencialidade, como em **trabalharmos e continuarmos**, e alto grau de possibilidade, como em **podemos**. Para essa reflexão, consideramos, mais uma vez, os argumentos que possuem sentidos referentes às crenças e ao grau de evidencialidade direta e de alta possibilidade/probabilidade utilizados pelo produtor do texto. Também consideramos os sentidos provocados pela modalidade presente no recorte, impressa no modo verbal, que oscila do modo subjuntivo para o indicativo a depender da intencionalidade do produtor em relação aos sentidos de cada elemento.

No Recorte 07, em **percebermos** e **transformarmos**, e no Recorte 08, em **avaliarmos**, o **outrem** é distanciado, sendo apenas observado e retratado pelo produtor do texto (aqui o produtor não cria a ilusão de que outra plateia está em processo de interação). No recorte textual em que estes elementos estão inseridos, o **ethos** se aproxima do **pathos circunscrito** e destaca a importância de que todas as mulheres sejam consideradas no processo de formação da consciência militante feminista. Em relação à modalização utilizada nos elementos, considerando que a discussão no Recorte 7, em **percebermos** e **transformarmos**, é norteada a partir da descrição de experiências compartilhadas entre produtor do texto e plateia, os classificamos como modalizadores epistêmicos de evidencialidade direta. Já no Recorte 8, em **avaliarmos**, a modalização epistêmica assume tom diretivo, considerando que o produtor assume engajamento para orientar a plateia a observar algo de modo particular.

Na sequência, as discussões do texto são apresentadas em um novo subtítulo: *Conquistas e desafios históricos do feminismo no Brasil*. Nesta parte, selecionamos os seguintes recortes:

Quadro 3 – Recortes com ocorrências da PPP no texto *Conquistas e desafios históricos do feminismo no Brasil*

Nº	Recorte textual	Categorias
09	No tocante às lutas e conquistas do feminismo no Brasil, ressaltamos : o contínuo processo de formação da consciência feminista associada à construção e atuação das mulheres como sujeitos políticos; as lutas em defesa das sementes crioulas e denúncias aos agrotóxicos e transgênicos associados ao agronegócio e ao latifúndio; a luta por reforma agrária popular; as lutas contra as grandes obras, como as hidrelétricas, que impactam na vida das mulheres e na natureza; as lutas diárias contra os retrocessos políticos e legais propostos pelo parlamento — aqui destacamos a campanha “Fora Cunha” protagonizada por mulheres em atos em todo o país; as inúmeras campanhas, atos e marchas contra a violência e os fundamentalismos religiosos; a permanente luta pela legalização do aborto; o avanço em alguns marcos legais, com destaque para a regulamentação do trabalho doméstico, a Lei Maria da Penha, e a Lei 13.104/15, que tornou o feminicídio crime hediondo (CULT, 2016, p. 35).	ethos específico

10	<p>Como questões para pensarmos o feminismo no Brasil, destacamos: a persistência da divisão sexual e racial do trabalho; a autossustentabilidade dos Movimentos; necessidade de organicidade associada à capacidade de ampliação das lutas com caráter nacional; crescimento do conservadorismo fundamentalista, inclusive, no parlamento brasileiro que fere cotidianamente o princípio da laicidade do Estado; fragilidade no debate e na produção teórica feminista crítica relacionada ao processo de mercantilização e descomprometimento social da Universidade; necessidade de construção da unidade nas lutas entre os movimentos feministas, considerando a relação campo-cidade e a importância do fortalecimento da pauta feminista em torno do tripé sexo-raça-classe (CULT, 2016, p. 35).</p>	<p>ethos + pathos circunscrito / ethos específico</p>
11	<p>Em relação ao desafio de construção de unidade entre os movimentos feministas, a interferência partidária e/ou governamental tem dificultado a sua efetivação, especialmente quando se trata de lutas que possam ganhar alguma característica de confrontação à “governabilidade”. Esse tem sido um dilema político entre os movimentos sociais e sindicais no Brasil. Outra questão que dificulta a construção de unidade são as disputas e os sectarismos presentes em setores dos movimentos feministas. Tais sectarismos levam muitas militantes a reproduzir estereótipos e julgamentos, muitas vezes infundados, sobre outras militantes. Algumas se julgam “mais feministas”, “mais militantes”, enquanto avaliam que as outras são “institucionalizadas”. Esse tipo de avaliação distancia as ativistas de se conhecerem melhor e somarem forças, ou seja, de construir unidade diante de tantos desafios que temos em comum (CULT, 2016, p. 35).</p>	<p>ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos Recortes da Tabela 3 nos permite afirmar que o produtor do texto passa a orientar sua argumentação para falar diretamente com as leitoras virtuais do dossiê, alternando a utilização de PPP para inserir no texto ora apenas o produtor, ora o produtor e as leitoras. Constatamos que, diferentemente dos recortes anteriores, em que há a flutuação entre as três categorias propostas, incluindo elementos da PPP que criam a ilusão de uma interação também com **outrem**, esta parte do dossiê deixa de discutir conceitos mais subjetivos e, conseqüentemente mais emotivos (**pathos**), como a identidade feminina, sendo a categoria **ethos + logos** utilizada apenas no Recorte 11, com tom conclusivo.

Conforme discutido em análises de recortes anteriores, os argumentos + o léxico do verbo + o gênero textual e o histórico da revista imprimem ao **ethos** um grau de credibilidade. Além disso, a observação da progressão textual demonstra que nas duas primeiras partes do texto (Quadros 1 e 2) o produtor se preocupa em gerar, nas leitoras, sentidos para sensibilizá-las em relação às mulheres não intelectualizadas e que não possuem ciência da necessidade de se garantir direitos iguais. O produtor do texto também movimenta sentidos para criar a imagem de um **ethos** sensível.

Os recortes da Tabela 3 demonstram que o produtor do texto, considerando que atingiu a adesão de parte da plateia por meio da sensibilização do **pathos**, assume o papel de voz autorizada, e passa a argumentar por meio do **logos**, apresentando dados históricos. No Recorte 09, por exemplo, são apresentados argumentos sobre a atuação das mulheres como sujeitos políticos, as lutas na esfera agrícola, as lutas contra as grandes obras, as lutas contra os retrocessos políticos e legais propostos pelo parlamento, atos e marchas contra a violência e fundamentalismos religiosos, a luta pela legalização do aborto e em alguns marcos legais, como a regulamentação do trabalho doméstico, a Lei Maria da Penha, e a Lei 13.104/15.

No Recorte 09, em **ressaltamos** e **destacamos**, a PPP materializa o **ethos específico** e é um dos fatores que modaliza e compõe a orientação didática da tessitura, correspondendo ao eixo epistêmico. Em relação à leitura de que estes elementos manifestam modalização epistêmica, constatamos que o produtor do texto orienta as leitoras a confiarem no grau de certeza utilizado no léxico destes verbos a partir da credibilidade do **ethos**, como uma relação orgânica, que se manifesta nessa pessoa do discurso, porém, é construído por meio da Revista e por especificidades do texto.

Na sequência, no Recorte 10, por outro lado, constatamos que a PPP é utilizada para movimentar diferentes sentidos. Em **pensarmos**, o produtor inclui no processo interativo não só o **ethos**, mas também o **pathos circunscrito**. Esta escolha do produtor faz com que a plateia se sinta incluída no processo reflexivo, ampliando a possibilidade de concordar com os argumentos que virão na sequência, uma vez que o léxico do verbo + a PPP + o modo verbal + os argumentos, neste recorte, orientam a interpretação de que as reflexões ainda estão em construção a partir do processo interativo, como poderia ocorrer na modalidade oral-dialogada. Por outro lado, constatamos que a forma de engajamento do verbo destacado

imprime modalização epistêmica com sentido diretivo, considerando que o produtor direciona a plateia a observar os argumentos da sequência de modo particular.

Já em **destacamos**, também no Recorte 10, a PPP materializa apenas o **ethos específico**, que organiza a estrutura didática da tessitura e dos argumentos que virão na sequência e que orienta as leitoras a terem determinado grau de certeza em relação ao que é dito a partir da PPP + o léxico do verbo + o gênero textual e o histórico da revista + os argumentos seguintes + o modo indicativo.

No Recorte 11, conforme anunciado anteriormente, o produtor do texto volta a construir sentidos que associam a PPP não só a si e ao **pathos circunscrito**, mas também à ilusão de uma segunda plateia, como estratégia do **logos**. Entre argumentos do produtor que evidenciam esta observação, destacamos os desafios na construção de uma unidade entre os movimentos feministas. A partir destes argumentos, o produtor do texto assume novamente o papel de voz autorizada, que se materializa principalmente por meio da PPP, e volta a acionar argumentos de unidade que remetem à construção do papel social feminino de uma forma geral (incluindo as mulheres não leitoras da *Cult/dossiê*).

Notamos que em **temos**, no Recorte 11, o produtor do texto movimenta sentidos que aqui são categorizados como **ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)** a partir dos argumentos + o léxico do verbo + o gênero textual e o histórico da revista. Além disso, consideramos que a forma como o produtor do texto desenvolve seus argumentos, considerando que experiencia o que é dito, denota modalização epistêmica de evidencialidade.

Na sequência, as discussões do texto são apresentadas em um novo subtítulo: *Considerações Finais*. Nesta parte, selecionamos os seguintes recortes:

Quadro 4 – Recortes com ocorrências da PPP no texto *Considerações Finais*

Nº	Recorte textual	Categorias
12	[...] é importante ressaltar que a consciência militante feminista, embora coletiva, seria impossibilitada sem a existência da consciência individual de cada uma das mulheres que compõem um movimento feminista. Nesse sentido, há uma dimensão subjetiva e individual da formação da consciência militante, ainda que essas consciências não estejam dissociadas. Muito pelo contrário, acreditamos que a consciência individual feminista das mulheres é forjada e potencializada no compasso da consciência	ethos específico

	<p>militante. É no processo da auto-organização das mulheres, das lutas concretas de enfrentamento ao sistema patriarcal-racista-capitalista, que essas consciências são consubstanciadas (CULT, 2016, p. 37).</p>	
13	<p>Gostaríamos, ainda, de destacar a importância das lutas concretas para a formação da consciência militante articulada ao processo de formação política. Cremos que a formação política e o processo organizativo e das lutas dos movimentos sociais não podem estar dissociados. De forma mais rápida do que longos processos de formação, por intermédio da luta de classes, as mulheres vão identificando a que classe pertencem e quais as classes que as exploram e as reprimem. Esse processo deve ser acompanhado da formação política, pois é ela que irá distanciar os riscos do espontaneísmo das lutas e poderá dar profundidade ao entendimento crítico da sociedade em que vivemos, em uma perspectiva de totalidade, ou seja, para além do imediatismo e da dimensão econômico-corporativa que, muitas vezes, limitam as lutas dos movimentos sociais. Por outro lado, a formação política dissociada das lutas pode levar ao teorismo, quando não articulamos a teoria à realidade concreta. Daí nossa defesa na articulação entre formação e lutas, processo que deve ser mediado pela organicidade, ou seja, pelo envolvimento militante nos movimentos sociais ou em outros instrumentos políticos (CULT, 2016, p. 37).</p>	<p><i>ethos específico/</i></p> <p><i>ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)</i></p> <p><i>ethos + pathos circunscrito</i></p>
14	<p>Por fim, podemos concluir que a luta das mulheres é um fato político concreto que não apenas acrescenta um elemento novo à política, mas a perturba profundamente. E, por que não dizer, a revoluciona? Esperamos que os princípios de autonomia e liberdade, bem como a política de subversão e irreverência que constituem o espírito e o sentido do feminismo como instrumento de transformação social, desde a sua origem, possam ser revigorados e que tenham força de influência e inspiração no movimento de esquerda na luta pela emancipação humana. Para tanto, precisamos ir além das agendas institucionais e governamentais e entender a potencialidade das lutas que podem ecoar com radicalidade e autonomia nas ruas (CULT, 2016, p. 37).</p>	<p><i>ethos específico/</i></p> <p><i>ethos + pathos circunscrito</i></p>

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme observamos no decorrer das análises, a organização do texto e sua progressão evidenciam diferentes estratégias retóricas utilizadas pelo produtor do texto para convencer a plateia. Diferentemente dos recortes analisados a partir da Tabela 3, os apresentados na Tabela 4 evidenciam maior grau de uso do subjetivismo do produtor do texto e acionam sentidos mais emotivos, que, como analisamos a

seguir, imprimem diferentes níveis de engajamento às ações do produtor do texto e modalização epistêmica.

Considerando que no decorrer dos subtítulos anteriores o **ethos** fortaleceu sua imagem de credibilidade a partir da apresentação de argumentos históricos e por meio de análises de aspectos psicossociais circundantes das lutas feministas no Brasil, no subtítulo *Considerações finais*, conforme recortes da Tabela 4, notamos que a PPP passa a materializar em todas as ocorrências o sentido de voz autorizada, flutuando entre as três categorias propostas: **ethos específico**, **ethos + pathos circunscrito** e **ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)**.

No Recorte 12, em **acreditamos**, a PPP + léxico do verbo + os argumentos demonstram que o elemento pode ser classificado como **ethos específico**. Além disso, o produtor do texto argumenta por meio da utilização de uma modalização epistêmica quase-asseverativa, conforme exposto no segundo capítulo desta pesquisa. Aqui, a PPP materializa a certeza e as crenças do próprio produtor, todavia, os argumentos são fundamentados a partir da imagem de **ethos** com credibilidade suficiente para atuar como voz autorizada.

Já no Recorte 13, em **gostaríamos**, apesar de notarmos que a PPP e o léxico do verbo também materializam o **ethos específico**, refletimos que o produtor do texto utiliza um grau de engajamento menor para persuadir as leitoras, uma vez que esta modalização é inserida para orientar a didática da tessitura. Neste verbo, a modalização epistêmica assume sentido diretivo. Já em **cremos**, também no Recorte 13, o produtor do texto utiliza uma modalização quase-asseverativa. No entanto, com um nível de engajamento maior do que o observado no Recorte 12, em **acreditamos**. Essa análise é possível ao considerarmos os sentidos que os verbos “acreditar” e “crer” provocam no recorte, sendo o verbo “crer” o com maior nível de engajamento e de certeza.

Ainda no Recorte 13, em **vivemos**, a partir da análise dos argumentos + o léxico do verbo, notamos que, neste caso, a PPP é utilizada para materializar o sentido que classificamos como **ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)**, uma vez que o produtor do texto cria uma ilusão, no texto, de que passa a incluir em seu discurso mais do que uma plateia, mesmo que as leitoras ainda sejam as mesmas. Por meio desta estratégia, conforme já discutido

acima, o produtor do texto fortalece a visão positiva de que o **pathos** realiza sobre o **ethos**. Em relação à modalização, o léxico do verbo + a PPP demonstram evidencialidade direta.

Na sequência, ainda no Recorte 13, em **articulamos**, notamos uma modalização do eixo epistêmico utilizada para tecer a orientação didática do texto, também com alto grau de evidencialidade direta. Também analisamos que o elemento está inserido na categoria **ethos + pathos circunscrito**, considerando que os demais argumentos do recorte movimentam o sentido de que a PPP inclui no processo de interação mais alguém. Porém, analisamos que se trata das leitoras da revista considerando o termo “teoricismo”, que manifesta a inclusão apenas da plateia intelectualizada, leitora da *Cult*, neste processo.

No Recorte 14, em **podemos**, observamos que a modalização é utilizada não só como estratégia para orientar a didática do texto, mas também para exprimir um alto grau de possibilidade/probabilidade. Observamos, também, que o alto grau de possibilidade/probabilidade se torna uma crença no auditório na medida em que as ideias passam a ser compartilhadas pelo **pathos**. Em “**esperamos**”, também no Recorte 14, ocorre uma modalização quase-asseverativa com nível de engajamento superior ao utilizado no recorte 12 e inferior ao engajamento utilizado no recorte 13. Para melhor visualização, rerepresentamos parte dos recortes de forma com que os argumentos sejam analisados de forma progressiva:

- 
- (1) (Recorte 12): Muito pelo contrário, **acreditamos** que a consciência individual feminista das mulheres é forjada e potencializada no compasso da consciência militante (CULT, 2016, p. 37).
 - (2) (Recorte 14): **Esperamos** que os princípios de autonomia e liberdade, bem como a política de subversão e irreverência que constituem o espírito e o sentido do feminismo como instrumento de transformação social [...] (CULT, 2016, p. 37).
 - (3) (Recorte 13): **Creemos** que a formação política e o processo organizativo e das lutas dos movimentos sociais não podem estar dissociados (CULT, 2016, p. 37).

Na sequência, ainda no Recorte 14, em **precisamos**, notamos que o elemento é capaz de imprimir modalização epistêmica-deôntica. Isso, considerando que o produtor do texto parte de um certo grau de certeza em relação a uma possibilidade, agindo como voz autorizada e a partir de crenças compartilhadas para persuadir. Além

disso, neste caso, a PPP movimenta os sentidos considerados neste estudo como **ethos + pathos circunscrito**.

Para além das análises das ocorrências da PPP, também, nas *Considerações finais*, evidenciamos mais a intergeneridade⁴⁸ no gênero dossiê na *Cult* do que em outras partes do dossiê. Não é comum, na esfera jornalística, encontrarmos textos que apresentam o subtítulo *Considerações Finais*, presente, geralmente, nos gêneros acadêmicos, como o artigo científico. Por outro lado, o texto analisado não pode ser observado como um texto acadêmico, considerando sua plataforma de circulação, a *Cult*, as estratégias visuais e estruturais utilizadas, como o uso de linha-fina e de olho; e as estratégias de pesquisa realizadas para o desenvolvimento do dossiê, como as seis entrevistas apresentadas na sequência deste texto introdutório em formato de perfis.

As análises aqui realizadas demonstram que a PPP pode ser utilizada como uma das formas possíveis de imprimir modalização ao texto. Por outro lado, ressaltamos que este *corpus* é restrito e que as reflexões tecidas, para serem conclusivas, exigiriam a verificação em um *corpus* maior, sendo esta dissertação um início de pesquisa.

Em relação à categoria proposta **ethos específico**, notamos que possui relação orgânica com o alto grau de certeza impresso nos elementos modalizadores. Essa afirmação se justifica considerando que as análises dos recortes demonstram que a credibilidade do **ethos** (conferida pelos argumentos e pelo histórico da revista), aliada aos sentidos de modéstia impostos pela PPP, levam o auditório a confiar nas informações ditas, gerando, na plateia, alto grau de certeza em relação ao dito. Também na credibilidade do **ethos**, notamos que o produtor do texto ancora modalizações epistêmicas diretivas.

Em relação à categoria proposta **ethos + pathos circunscrito**, considerando que se refere ao processo de interação que inclui na PPP o produtor do texto e a plateia circunscrita (leitores virtuais da *Cult*), notamos que o produtor do texto consegue utilizar de outros mecanismos de modalização para além dos que necessitam da credibilidade do **ethos**, como as de alto grau de certeza e asseverativas. Destacamos, por exemplo, a modalização epistêmica de evidencialidade e de possibilidade/probabilidade, considerando que são ancoradas

⁴⁸ O fenômeno é discutido na página 74

em outros argumentos do produtor do texto.

Também a categoria proposta ***ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)*** movimentam modalizações epistêmicas que imprimem certeza, possibilidade/probabilidade ou evidencialidade. Por outro lado, os recortes analisados demonstram que os elementos inseridos nesta categoria, neste *corpus*, acionam sentidos mais emotivos, sendo que são ancorados em argumentos relacionados ao papel social feminino de forma generalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificado na reflexão sobre estudos da modalização e da retórica, para que o auditório seja persuadido, torna-se necessário que o produtor do texto parta de diferentes estratégias argumentativas. Após a observação inicial do *corpus*, o texto *Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil*, inserido no dossiê *Percepções do Feminino e Ações Feministas*, Revista *Cult*, ed. 210/2016, notamos que a PPP é utilizada para argumentar e imprimir diferentes sentidos que poderiam ser analisados por meio das categorias ***ethos***, ***pathos*** e ***logos***, da Retórica; e do âmbito da modalização.

Para alcançarmos o objetivo geral desta proposição, que consistiu na verificação do funcionamento da PPP, como elemento modalizador e como marca retórica no *corpus*, foi necessária a reflexão teórica de que a modalização, enquanto fenômeno utilizado pelo produtor do texto para orientar sentidos e argumentar, pode ser desenvolvida a partir de estratégias linguísticas diferenciadas das comumente analisadas, como os advérbios, verbos modais e alguns substantivos. Para alcançar os objetivos, foi necessária a adaptação da forma em que compreendemos as categorias da retórica ***ethos***, ***pathos*** e ***logos***, considerando-se as reflexões sobre modalização e as orientações presentes na sociolinguística, como a proposta presente em Lucchesi (2009) sobre os diferentes sentidos da PPP, discorridas no segundo capítulo.

Refletimos sobre pesquisas já realizadas na modalização e na retórica. Considerando-se o âmbito da modalização, no segundo capítulo, observamos a modalidade enquanto categoria presente em todos os textos, relacionada aos contornos presentes nos atos de fala. Também observamos a distinção entre a modalidade e o fenômeno da modalização, compreendida aqui exclusivamente a partir de elementos modalizadores, conforme indicavam Castilho e Castilho (1993), Campos (2001), Dall’Aglio-Hattner e Pezatti (2004), Miranda (2005), Monnerat (2005), Neves (2006), Nascimento (2009) e Corbari (2013), entre outros pesquisadores. Optamos por entender que ambas as instâncias, modalização e modalidade, geram diferentes recursos utilizados pelo produtor do texto para orientar os sentidos e que a PPP, a depender do léxico do verbo, dos argumentos, do gênero textual, da modalidade e de outros recursos, também poderia imprimir modalização.

No entanto, para que uma marca de pessoa do discurso, neste caso a PPP,

pudesse ser compreendida como uma forma de imprimir modalização, notamos que outras instâncias que influenciam os sentidos do texto também precisariam ser consideradas, uma vez que o grau de certeza e de evidencialidade, por exemplo, são ancorados em outros argumentos e na credibilidade que a plateia deveria conferir ao conteúdo. Assim, no terceiro capítulo, a partir de pesquisas como a de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017), refletimos sobre como a argumentação é tecida com o intuito de fazer com que uma plateia específica aumente a adesão às teses defendidas pelo produtor do texto, por meio de técnicas discursivas.

Após as reflexões teóricas, no capítulo 4 desta pesquisa, por meio da análise do funcionamento da PPP em alguns recortes do *corpus*, notamos que o produtor do texto utiliza a PPP com o intuito de conferir três dimensões de sentido, que classificamos como **ethos específico**, **ethos + pathos circunscrito** e **ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)**. As análises também demonstraram que, no *corpus*, a PPP é utilizada como um dos mecanismos possíveis de modalização epistêmica, movimentando sentidos que evidenciam direcionamento, possibilidade/probabilidade, grau de certeza, evidencialidade, mesmo tratando-se de uma marca de pessoa do discurso.

A flutuação na forma como o **ethos** conduz o processo de modalização torna-se essencial para que os interesses do produtor do texto sejam alcançados. Além disso, evidencia a verificação das categorias aqui propostas, considerando que a PPP está vinculada a outros elementos textuais na conjugação que o produtor do texto promove na sua relação com a plateia. Dessa forma, não só a PPP, mas também o léxico dos verbos e escolhas de argumentos geram o exercício de convencimento estabelecido pelo produtor do texto.

Sobre as categorias propostas para análise, em relação ao **ethos específico**, nos recortes analisados, observamos uma relação direta entre a credibilidade conferida ao **ethos** e o grau de certeza necessário para conferir modalização epistêmica. Também a construção de modalizações epistêmicas diretivas está mais relacionada a esta categoria, considerando que o papel de voz autorizada capaz de apontar direcionamento à plateia também se ancora à credibilidade conferida ao **ethos**.

Em relação às categorias **ethos + pathos circunscrito** e **ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)**, notamos que há uma flutuação entre as estratégias de modalização utilizadas, a depender da

intencionalidade do produtor do texto em determinada situação. Constatamos que as modalizações epistêmicas de possibilidade/probabilidade e de evidencialidade imprimem sentidos por meio da PPP; porém, são ligadas também aos demais argumentos do recorte, que podem ser mais sensíveis, ancorando-se à categoria ***ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)***, ou mais pragmáticos, ancorando-se à categoria ***ethos + pathos circunscrito***, que considera o conhecimento de mundo intelectual e compartilhado da plateia específica do dossiê analisado.

Assim, em relação à pergunta de pesquisa, apresentada no início deste estudo, “a marca verbal de primeira pessoa do plural poderia demarcar efeitos modalizadores em textos jornalísticos, a exemplo do que ocorre em recortes do texto *Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil*, na seção dossiê da Revista *Cult*/Edição 210/2016, o qual representa nosso *corpus* de análise?”, constatamos que a PPP foi utilizada para imprimir modalização nos recortes verificados. Por outro lado, ressaltamos que esta pesquisa de mestrado considerou um *corpus* restrito, podendo ser considerada como um início de pesquisa. Para afirmações em relação ao funcionamento da PPP em nível de modalização de forma geral, é necessário o prosseguimento da pesquisa a partir de um *corpus* maior.

Por meio deste estudo, esperamos trazer contribuições para investigações da área da Sociolinguística, especificamente, na área de Atitudes Linguísticas, da Retórica e sobre modalização linguística, e ainda fornecer subsídios teóricos para observar a PPP como uma estratégia possível de modalização no gênero dossiê e em textos similares e como uma forma de indicar a imagem que o produtor do texto encena de si em três caminhos, ou seja, no ***ethos específico***, credibilidade e modéstia; no ***ethos + pathos circunscrito***, um articulista que considera a capacidade intelectual e os conhecimentos da plateia; e, no ***ethos + pathos circunscrito + ilusão de um pathos universal feminino (logos)***, um produtor do texto que demonstra empatia e sensibilidade.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU, A. S. **A arte de argumentar**: Gerenciando Razão e Emoção. 13. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2017.

ÁLVARO, M. C. **Currículo Lattes**. 2018. Disponível em:
<<http://lattes.cnpq.br/7468001180773462>> Acesso em 24 set. 2018.

ALVES, E. L. Elementos morfológicos do jornalismo impresso. **Stoa Usp**. 2009. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/escolafocus/weblog/49871.html>>. Acesso em 23 jul. 2018.

ALVES, I. L. A. **Eu, repórter**: Narradores em primeira pessoa nas reportagens de Trip, Tpm e Rolling Stone. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. 2015. Disponível em:
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2577767#> Acesso em 30 jul. 2018.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Edson Bini. 1 rp. São Paulo: EDIPRO, 2017.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CÂMARA-JÚNIOR, J. M. **Dicionário de filologia e gramática**. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1970.

CAMPOS, M. H. C. Gramática e construção da significação. In: FONSECA, F. I.; DUARTE, I. M.; FIGUEIREDO, O. (Org.). **A Linguística na formação do professor de português**. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2001. p. 163-174. Disponível em:
<https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=443325> Acesso em 21 jun 2017.

CARNEIRO, I. C. Critérios para a identificação do modalizador sentencial em-mente. **Anais dos Estudos Linguísticos XVIII**. 1989. Disponível em:
<http://www.gel.org.br/arquivo/anais/1309091303_30.carneiro_iracema.pdf> Acesso em 12 ago. 2018.

CASTILHO, A. T. O modalizador *realmente* no português falado. In: **Alfa**, São Paulo, 44:147-169, 2000. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/4203/3798>> Acesso em 12 ago. 2018.

_____. Um ponto de vista funcional sobre a predicação. **Alfa**, São Paulo, 38: 75-

95, 1994.

_____.; CASTILHO, C. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: UNICAMP; FAPESP, 1993. v. 2. p. 213-261.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2007.

CORBARI, A. T. A negociação em textos opinativos: os elementos modalizadores como estratégia de interação. In: PORFÍRIO, L.; SIQUEIRA, S. (Orgs.). **Colhendo frutos e partilhando saberes acerca da linguagem: diálogos entre pesquisas de um doutorado interinstitucional**. Cascavel: Edunioeste, 2016. p. 155-175.

_____. **Elementos modalizadores como estratégia de negociação em textos opinativos produzidos por alunos de ensino médio**. 12 nov 2013. 200 p. Tese – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador. 2013.

_____.; RAMOS, Q. C. M. Verbos dicendi na notícia: pontos de um continuum argumentativo na construção da intertextualidade. In: **Revista Fórum Linguístico**, Florianópolis, 2018. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2018v15n1p2903>>
Acesso em 22 set. 2018.

COSTA-HÜBES, T. C. A pesquisa em ciências humanas sob um viés bakhtiniano. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.5, n.9, p. 552-568, dez. 2017. Disponível em:
<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjTzJ7Mpr3cAhVElpAKHcx3DpsQFjAAegQIARAB&url=http%3A%2F%2Feditora.sepq.org.br%2Findex.php%2Frpq%2Farticle%2Fdownload%2F131%2F99&usq=AOvVaw06YEUC9iNBmnDJTiXx9hmV>> Acesso em 25 jun. 2018.

CULT. Dossiê Percepções do Feminino e Ações Feministas. In: **Revista Cult: Especial Frida Khalo, arte e feminismo às próprias custas**. Ed. 210, 2016.

_____. **Revista Cult: Especial Frida Khalo, arte e feminismo às próprias custas**. Ed. 210, 2016.

_____. **Sobre**. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/sobre/>>. Acesso em 07 mai. 2018.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.; PEZATTI, C. Negação, modalidade e evidencialidade no discurso científico. In: **Estudos Lingüísticos XXXIII**, p. 873-878, 2004. Disponível em:
<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2004/4publica-estudos2004-pdfs-comunic/negacao_modalidade.pdf> Acesso em 20 set. 2018.

DITTRICH, I. J. **Linguística e jornalismo: dos sentidos à argumentação**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

_____. O *Ethos* na entrevista jornalística: refazer e desfazer uma imagem. **Caderno de letras da UFF**. Dossiê: Palavra e imagem nº 44, p. 277-293, 2012.

EGGS, E. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

ERBOLATO, M. M. **Técnicas de codificação em jornalismo**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1991.

FERNANDES, A. L. **Jornalismo**: especialização e segmentação. Curitiba: InterSaberes, 2017.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual da Redação**: Folha de S. Paulo. 14 ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

GLOBO. (2011). **Princípios Editoriais do Grupo Globo**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>> Acesso em 30 jun 2017.

GNERRE, M. **Linguagem, Escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GUIMARÃES, E. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. **Fragmentum**, Jan./Mar 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/17264>> Acesso em 23 jul. 2018.

_____. Figuras de retórica e argumentação. In: MOSCA, L. L. S. (org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 2 ed. São Paulo: Humanitas, 2001.

HOBUSS, J. Epieikeia e particularismo na ética de Aristóteles. **Revista Internacional de Filosofia da Moral**. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 163 - 174, Dez. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1677-2954.2010v9n2p163>>. Acesso em 10 out. 2017.

ILARI, R. et al. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (Orgs.). **Gramática do Português Falado**. Volume IV: Estudos descritivos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 79-168.

KUCINSKI, B. **Notas sobre o jornalismo de dossiês**. In: Observatório da imprensa. 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq110920021.htm>> Acesso em 05 ago 2017.

KOCH, I. V. **Argumentação e Linguagem**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LAGE, N. **Linguagem jornalística**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006.

LIMA, H. M. R. O olhar do delegado: imagens de si e do outro. **Revista da ABRALIN**, v.8, n.1, p. 57-74, jan./jun. 2009. Disponível em:

<<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=2ahUKEwjGvMK-88ncAhWG1ywKHUE5ByoQFjABegQIBhAC&url=https%3A%2F%2Frevistas.ufpr.br%2Ffabralin%2Farticle%2Fdownload%2F52435%2F32275&usg=AOvVaw1HsZz77-xsudy4PTVrgu4T>> Acesso em 31 jul. 2018.

LIMA, R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.

LOURENÇO, F. P. C.; HIRATA-VALE, F. B. M. A expressão da evidencialidade no gênero jornalístico. In: **Estudos linguísticos**, São Paulo, 44 (1): p. 65-77, jan.-abr. 2015. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/873/455>> Acesso em 20 set. 2018.

LUCCHESI, D. A representação da primeira pessoa do plural. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A.; RIBEIRO, I., orgs. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 457-469. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/p5/pdf/lucchesi-9788523208752-22.pdf>> Acesso em 07 ago 2017.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016. P. 69-92

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto: o que é e como se faz?**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MARTINS, F. et al. O delírio à luz da teoria dos atos de fala. In: **Psicol. Reflex. Crit.** vol.13 n.1 Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000100018>> Acesso em 19 out. 2018.

MASSMANN, D. **Retórica e Argumentação: Percursos de sentidos na biculturalidade**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

MELO, J. M.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Revista Intercom – RBCC**. São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>>. Acesso em 02 jan. 2018.

_____. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEYER, B. **A arte de argumentar**. Tradução: Ivone Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

MIRANDA, N. S. Modalidade: o gerenciamento da interação. In: _____; NAME, M. C. (Org.). **Linguística e cognição**. Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 171-195.

MONNERAT, R. S. M. A categoria do advérbio no discurso da publicidade: a interface gramática e discurso. *In: IX Congresso nacional de lingüística e filologia em homenagem a Said Ali*. 2005. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/11/01.htm>> Acesso em 10 ago. 2018.

MOSCA, L. L. S. Velhas e Novas Retóricas: Convergências e desdobramentos. *In: MOSCA, L. L. S. (org.). Retóricas de ontem e de hoje*. 2 ed. Humanitas: São Paulo, 2001. p. 17-54.

NASCIMENTO, E. P. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas. *In Fórum Lingüístico*, Florianópolis, v.7, n.1 (30-45), jan-jun, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/viewFile/1984-8412.2010v7n1p30/17100>> Acesso em 24 nov 2016.

_____. A modalização e os gêneros formulaicos: estratégia semântico-argumentativa. *Revista de Letras*. NO. 32 - Vol. (1) jan./jun. – 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/index.php/revletras/article/viewFile/1441/1340>> Acesso em 20 abr. 2018.

NEVES, M. H. M. A modalidade. KOCH, I. V. **Gramática do português falado**. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo, Editora UNESP, 2000.

_____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

OTTONI, P. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *D.E.L.T.A.*, 18:1, 2002 (117-143).

PAULILLO, R. **Modalidade e Asserção**: um estudo semântico-pragmático dos enunciados de possibilidade epistêmica. Campinas, 1987. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Disponível em <<http://www.libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000052679>> Acesso em 01 jul 2017.

PAULIUKONIS, M. A. L. Progressão textual e modalização. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, série 7, n. 7, 2003. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno07-17.html>>. Acesso em 01 ago. 2018.

PEIXOTO, T. F. Modalização no enunciado e modalização na enunciação. *In: DIAS, L. F.; LACERDA, P. B. G.; DALMASCHIO, L. (org.). Enunciação e materialidade linguística*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2015. p. 70-77.

PERELMAN, Ch. **Retóricas**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

_____.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

PIETRANDREA, P. **La modalità epistemica**. Cornici teoriche e applicazioni all'italiano. Tese apresentada ao Doutorado em Linguística da Università degli studi di Roma Tre. 2001. Disponível em:
<<http://paolapietrandrea.altervista.org/papers/tesi.pdf>> Acesso em 26 jul. 2018.

RÊGO, A. G.; MOURA, R. L. Jornalismo, gêneros e diversidade cultural nas revistas brasileiras. **Intercom** – RBCC São Paulo, v.35, n.2, p. 101-128, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v35n2/06.pdf>> Acesso em 10 jul. 2018.

ROCHA, D. O. S. Polifonia em enunciados negativos: vozes que habitam o dizer não. **DELTA** v. 14 n. 1 São Paulo Fev. 1998. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000100004>> Acesso em: 02 mai. 2018.

ROSSETTI, M. L. **Artes plásticas e jornalismo cultural, reflexos da pós-modernidade**: ilustríssima, revista cult e digestivo cultural. Dissertação apresentada ao Mestrado em Comunicação Social da PUC-RS. 2015. Disponível em:
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3618306> Acesso em 26 jul. 2018.

SANTOS, M. F. O. A modalidade no discurso de sala de aula, em contexto universitário. **Revista do GELNE**. Vol. 2. N. 2. 2000.

SCALZO, M. **Jornalismo de Revista**. 4. Ed. São Paulo – SP: Contexto, 2011.

SELLA, A. F. Nos limites da permissão: funções exercidas pelos verbos poder e dever no manual de orientação do Fundeb. **Acta Scientiarum**. Language and Culture. Maringá, v. 33, n. 2, p. 211-215, 2011. Disponível em:
<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/viewFile/12515/12515>> Acesso em 20 jun 2017.

SILVA, S.; OLIVEIRA, E. G.; CORDEIRO, I. C. Os lugares retóricos na publicidade. SELLA, A. F.; BUSSE, S.; CORBARI, A. T. (org.). **Argumentação e texto**: revisitando conceitos, propondo análises. Campinas: Pontes Editores; Cascavel: Edunioeste, 2012. p. 47-66.

TARAPANOFF, F. P. A. **Escrever e pensar cultura na contemporaneidade**: jornalismo cultural e compreensão. Dissertação apresentada ao Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. 2010. Disponível em:
<<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/12-escrever-e-pensar-cultura-na-contemporaneidade.pdf>> Acesso em 26 jul. 2018.

TERRA, E. **Curso prático de Gramática**. São Paulo: Editora Schipione, 1996.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TITELLO, D. V. A sintagmatização e a produção de sentidos em redações de

vestibular. In: DIAS, L. F.; LACERDA, P. B. G.; DALMASCHIO, L. (org.). **Enunciação e materialidade linguística**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2015. p. 78-91.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística**. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVAGLIA, L. C. Flexão verbal, texto e discurso. In: RODRIGUES, A.; ALVES, I. M. (org.). **A construção morfológica da palavra: gramática do português culto falado no Brasil**. V. 6. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil**. Campinas, 1991. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Disponível em <www.ileel.ufu.br/travaglia>. Acesso em: 01 jun 2017.

UEVORA – UNIVERSIDADE DE ÉVORA. **Dossier Temático, O Que é????**. Disponível em: <http://www.minerva.uevora.pt/bib-es-campo-maior/docs/Dossier_tematico.pdf> Acesso em 05 ago. 2017.

VALLS, Álvaro L. M. **O Que é Ética**. São Paulo: Editora Brasiliense: 1994.

VASQUEZ, A. S. **Ética**. 17a ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.

VENDRAME, V. **Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa**. Tese apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos. 176 f. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100108/vendrame_v_dr_sjrp.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 20 set. 2018.

VIGNER, G. Técnicas de aprendizagem da argumentação escrita. COSTE, D. et al. **O texto, leitura e escrita**. Tradução: Charlotte Galves, Eni Pulcinelli Orlandi, Paulo Otoni. Campinas: Pontes, 1988.

CULT

210 ano 19
março 2016
R\$14,90

www.revistacult.com.br

DOSSIÊ
**PERCEPÇÕES
DO FEMININO
E AÇÕES
FEMINISTAS**

LIVROS
**DJAIMILIA PEREIRA
DE ALMEIDA,**
REVELAÇÃO
DA LITERATURA
LUSO-ANGOLANA



ESPECIAL

FRIDA KAHLO

PER 700
C968
Vol.19
ex. 1 /ed. 210

ARTE E FEMINISMO ÀS PRÓPRIAS CUSTAS



DOSSIÊ

PERCEPÇÕES DO FEMININO

E AÇÕES FEMINISTAS



Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil

A luta das mulheres é um fato concreto que acrescenta um elemento novo à política e a perturba profundamente

MIRLA CISNE

O feminismo, em sua vertente materialista, entende que as desigualdades sociais não resultam das ideias ou simplesmente da cultura, mas possuem determinações materiais concretas permeadas de hierarquias entre grupos socialmente antagônicos atravessados pelas relações sociais de sexo, raça e classe de forma dialética e indissociável. O feminismo é entendido aqui, portanto, como um campo de produção de conhecimento crítico e como movimento social voltado para a emancipação humana, o que exige a luta pela superação dessas relações que dão base ao sistema patriarcal-racista-capitalista. Entendemos que o fio condutor dessa perspectiva emancipatória está no processo de formação da consciência militante feminista.

A consciência feminista se refere à percepção da mulher como sujeito de sua vida, o que demanda a ruptura com as mais variadas formas de apropriação sobre o nosso corpo, tempo e trabalho, bem como a superação da ideologia de naturalização da subalternidade feminina. Com essa base podemos chegar à dimensão coletiva da consciência *militante*, que é uma consciência voltada para a transformação social. Essa consciência necessariamente se associa à perspectiva da classe trabalhadora e se expressa na formação de movimentos de mulheres e nas lutas que pautam. O objetivo deste artigo é tecer algumas reflexões sobre o processo de formação da consciência militante feminista e destacar as principais lutas e desafios postos ao feminismo no Brasil, na atualidade. ➡➡

Ao lado, montagem com imagem de Imogen Cunningham projetada sobre foto de protesto dos Panteras Negras, 1967

A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA MILITANTE FEMINISTA

Identificamos cinco eixos que estruturam a consciência militante feminista. Antes de mais nada, é preciso deixar claro que os enumeramos assim apenas por uma questão didática. De maneira alguma encontramos uma ordem sequencial, tampouco hierárquica, de importância entre eles. O primeiro eixo é a *apropriação de si*, no sentido de nos reconhecermos como sujeitos e passarmos a lutar por nossa autonomia e liberdade, o que demanda rupturas estruturais e superações ideológicas, a começar pelo modelo hegemônico de família nuclear e a ideologia de naturalização dos sexos. Ao adquirirmos uma consciência feminista, passamos a nos perceber como pessoas – possuímos um corpo que nos pertence, com vontades e desejos próprios. Ou seja, aqui, deixamos de pertencer ao outro e, de apropriadas, passamos a nos apropriar de nós mesmas.

O segundo eixo, a experiência de *sair de casa e a casa sair de dentro de nós*, significa a ruptura com a naturalização da responsabilização unilateral da mulher pelo lar e pela família. Não basta trabalharmos fora do lar quando continuamos sendo responsabilizadas pelo trabalho doméstico, por exemplo. Da mesma forma, podemos estar trabalhando, estudando e/ou militando e continuarmos com toda a carga de responsabilidade com a família e com o lar, ou seja, a “casa permanece dentro de nós”. Sair de casa demanda uma ruptura com o lugar socialmente atribuído à mulher, o que exige o enfrentamento a instituições como família e igreja, bem como com toda a construção ideológica a que a mulher deve estar necessariamente voltada para servir ao outro, ainda que isso ocorra em detrimento de si.

O terceiro eixo, o *perceber-se na outra*, consiste na identificação com a outra da sua condição de opressão. Esse processo possui uma função fundamental para a formação da consciência, pois contribui diretamente para a desnaturalização da subalternidade feminina, além de nos fortalecer individual e coletivamente ao percebermos a possibilidade de transformamos nossas vidas. Mais que isso, inicia-se aqui a percepção de que a liberdade de uma mulher depende da liberdade de todas.

O quarto eixo é a importância do *grupo e da militância política*. A participação em um grupo organizado, no caso, de um movimento social de mulheres, possibilita o avanço da consciência de uma rebeldia ou indignação ainda desordenadas – no sentido de não ter uma direção política para o enfrentamento das relações que provocam tais sentimentos – para o processo de organização política coletiva. É quando a perspectiva da possibilidade da transformação é estabelecida de forma mais direta.

DENTRE AS
CONQUISTAS,
CHAMA A ATENÇÃO
O DESTAQUE DADO
AO PROCESSO DE
CONSTITUIÇÃO DA
MULHER COMO
SUJEITO POLÍTICO

CONQUISTAS E DESAFIOS HISTÓRICOS DO FEMINISMO NO BRASIL

No tocante às lutas e conquistas do feminismo no Brasil, ressaltamos: o contínuo processo de formação da consciência feminista associada à construção e atuação das mulheres como sujeitos políticos; as lutas em defesa das sementes crioulas e denúncias aos agrotóxicos e transgênicos associados ao agronegócio e ao latifúndio; a luta por reforma agrária popular; as lutas contra as grandes obras, como as hidrelétricas, que impactam na vida das mulheres e na natureza; as lutas diárias contra os retrocessos políticos e legais propostos pelo parlamento – aqui destacamos a campanha “Fora Cunha” protagonizada por mulheres em atos em todo o país; as inúmeras campanhas, atos e marchas contra a violência e os fundamentalismos religiosos; a permanente luta pela legalização do aborto; o avanço em alguns marcos legais, com destaque para a regulamentação do trabalho doméstico, a Lei Maria da Penha, e a Lei 13.104/15, que tornou o feminicídio crime hediondo.

Dentre essas conquistas, chama-nos atenção o destaque dado ao processo de constituição da mulher como sujeito político. Essa conquista nos leva a avaliar que o feminismo não tem se limitado à pauta econômica, ou seja, não se restringe às necessidades de melhoria das condições imediatas da vida, mas tem entendido que o despertar pela luta por liberdade é a maior conquista para as mulheres.

Como questões para pensarmos o feminismo no Brasil, destacamos: a persistência da divisão sexual e racial do trabalho; a autossustentabilidade dos Movimentos; necessidade de organicidade associada à capacidade de ampliação das lutas com caráter nacional; crescimento do conservadorismo fundamentalista, inclusive, no parlamento brasileiro que fere cotidianamente o princípio da laicidade do Estado; fragilidade no debate e na produção teórica feminista crítica relacionada ao processo de mercantilização e descomprometimento social da Universidade; necessidade de construção da unidade nas lutas entre os movimentos feministas, considerando a relação campo-cidade e a importância do fortalecimento da pauta feminista em torno do tripé sexo-raça-classe.

Associada à fragilidade financeira, há a dificuldade de manter a organicidade das lutas de forma contínua, ou seja, de dar desdobramentos às ações realizadas entre os movimentos feministas, dando prosseguimento às mobilizações realizadas para o 8 de março, por exemplo, que é o momento de maior visibilidade da luta feminista no país.

Outro grande desafio que merece destaque é o crescimento do fundamentalismo religioso que tem provocado enormemente o aumento do conservadorismo na sociedade, com ameaças constantes aos direitos sexuais e reprodutivos já alcançados, além de impor maior dificuldade para a conquista de novos e necessários direitos, como a legalização do aborto. Importante ressaltar que esse fundamentalismo religioso fere a laicidade do Estado e o princípio da democracia, e tem exigido um enorme esforço das militantes feministas para garantir que não haja recuos nos direitos já conquistados. Exemplo emblemático é a proposta do Estatuto do Nascituro, que passa a criminalizar o aborto nos casos já legalizados no Brasil, e o PL 5069, que dificulta o acesso ao aborto legal.

O salto para a consciência militante, ou seja, para a percepção da necessidade da ação política coletiva para o enfrentamento das opressões e desigualdade é possibilitado com o engajamento da mulher nos processos de formação e nas ações e tarefas dos movimentos feministas, que vão imprimindo a perspectiva do tornar-se militante feminista.

O quinto e último eixo diz respeito à *formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento*. A consciência militante feminista, portanto, não resulta apenas de uma simples reação às opressões. Ela é um *continuum* que envolve um movimento dialético entre formação política, organização e lutas, que vão da dimensão individual, da ruptura com o “privado” à dimensão coletiva, de organização política voltada para a transformação social.

Esse *continuum* nos convida a avaliarmos na atualidade as conquistas e os desafios das lutas feministas na conjuntura brasileira.

➡

Em relação ao desafio de construção de unidade entre os movimentos feministas, a interferência partidária e/ou governamental tem dificultado a sua efetivação, especialmente quando se trata de lutas que possam ganhar alguma característica de confrontação à “governabilidade”. Esse tem sido um dilema político entre os movimentos sociais e sindicais no Brasil. Outra questão que dificulta a construção de unidade são as disputas e os sectarismos presentes em setores dos movimentos feministas. Tais sectarismos levam muitas militantes a reproduzir estereótipos e julgamentos, muitas vezes infundados, sobre outras militantes. Algumas se julgam “mais feministas”, “mais militantes”, enquanto avaliam que as outras são “institucionalizadas”. Esse tipo de avaliação distancia as ativistas de se conhecerem melhor e somarem forças, ou seja, de construir unidade diante de tantos desafios que temos em comum.

A construção de um feminismo que incorpore as particularidades das mulheres negras, indígenas, lésbicas, trabalhadoras do campo e da cidade, sem cair na fragmentação de suas identidades, mas, articulando-as em torno de um projeto societário radicalmente emancipatório, segue sendo um grandioso desafio. O que exige o fortalecimento dos movimentos feministas com autonomia política frente aos governos, para que possam cumprir o seu papel político de resistir, reivindicar e protestar com radicalidade. Por isso, a conquista da autonomia é o maior desafio ao feminismo e aos movimentos sociais de uma maneira geral, em uma conjuntura atravessada por conservadorismos, envolvimento manipulatórios, discursos de governabilidade e pragmatismo político.

A CONSTRUÇÃO DO
FEMINISMO COMO
SUJEITO POLÍTICO DAS
MULHERES PASSA PELA
TRANSFORMAÇÃO
DAS REIVINDICAÇÕES
IMEDIATAS E ISOLADAS
PARA UMA FORMULAÇÃO
COLETIVA DA LUTA POR
EMANCIPAÇÃO HUMANA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consciência individual de uma mulher voltada para a sua liberdade associa-se necessariamente a uma dimensão coletiva: a consciência militante feminista. Essa consciência entende que a liberdade de uma mulher exige a liberdade de todas – o que, por sua vez, demanda a superação do sistema patriarcal-racista-capitalista.

É com a descoberta de que as desigualdades e as violências sofridas pelas mulheres privam de determinações comuns e que, portanto, a liberdade individual só se dará com a liberdade de todas, que as mulheres não apenas vão forjando a consciência feminista individual, mas, também, a consciência militante, ao se associarem e desenvolverem uma luta comum contra tais determinações, quais sejam: o patriarcado, o racismo, o sistema heterossexual e a divisão sexual e racial do trabalho. Assim, *a consciência militante feminista forja-se na força coletiva de mulheres em movimento, ou seja, inseridas em processos de formação política, organização e lutas, protagonizadas pelos movimentos e organizações feministas.*

Todavia, é importante ressaltar que a consciência militante feminista, embora coletiva, seria impossibilitada sem a existência da consciência individual de cada uma das mulheres

que compõem um movimento feminista. Nesse sentido, *há uma dimensão subjetiva e individual da formação da consciência militante, ainda que essas consciências não estejam dissociadas. Muito pelo contrário, acreditamos que a consciência individual feminista das mulheres é forjada e potencializada no compasso da consciência militante.* É no processo da auto-organização das mulheres, das lutas concretas de enfrentamento ao sistema patriarcal-racista-capitalista, que essas consciências são consubstanciadas.

O feminismo, portanto, para contribuir com a formação de uma consciência militante, necessita primeiro possibilitar o encontro das mulheres consigo mesmas. Por isso, o feminismo valoriza a dimensão subjetiva, individual. Sem a valoração das experiências de cada

uma das mulheres, o feminismo não consegue constituir-se como sujeito político, tampouco contribui para a formação da consciência militante. Dessa forma, além da ruptura com a ideologia burguesa, a mulher necessita de uma ruptura radical com a ideologia de naturalização dos sexos e toda a alienação a ela associada, a começar pela descoberta de si como sujeito, deixando de ser apropriada para se autogovernar, ou melhor, para apropriar-se de si. Com isso, *a descoberta da força individual das mulheres torna-se, ao mesmo tempo, força política coletiva, posto que essa apropriação de si mexe com estruturas sociais* como a família, as igrejas, as escolas, instituições jurídicas etc. Há portanto, o estabelecimento de conflitos e enfrentamentos à medida que a mulher sai da invisibilidade, entra na cena política e se constitui como sujeito histórico ou, simplesmente, passa a existir politicamente, tendo voz no lugar do medo.

Gostaríamos, ainda, de destacar a importância das lutas concretas para a formação da consciência militante articulada ao processo de formação política. Cremos que a formação política e o processo organizativo e das lutas dos movimentos sociais não podem estar dissociados. De forma mais rápida do que longos processos de formação, por intermédio da luta de classes, as mulheres vão identificando a que classe pertencem e quais as classes que as exploram e as reprimem. Esse processo deve ser acompanhado da formação política, pois é ela que irá distanciar os riscos do *espontaneísmo* das lutas e poderá dar profundidade ao entendimento crítico da sociedade em que vivemos, em uma perspectiva de totalidade, ou seja, para além do imediatismo e da dimensão econômico-corporativa que, muitas vezes, limitam as lutas dos movimentos sociais. Por outro lado, a formação política dissociada das lutas pode levar ao *teoricismo*, quando não articulamos a teoria à realidade concreta. Daí nossa defesa na articulação entre formação e lutas, processo que deve ser mediado pela organicidade, ou seja, pelo envolvimento militante nos movimentos sociais ou em outros instrumentos políticos.

O alcance dos movimentos de mulheres não se resume às suas reivindicações, tampouco aos seus resultados imediatos. A construção do feminismo como sujeito político das mulheres passa pela transformação das reivindicações imediatas e isoladas para uma formulação coletiva da luta por emancipação humana.

Por fim, podemos concluir que a luta das mulheres é um fato político concreto que não apenas acrescenta um elemento novo à política, mas a perturba profundamente. E, por que não dizer, a revoluciona? Esperamos que os princípios de autonomia e liberdade, bem como a política de subversão e irreverência que constituem o espírito e o sentido do feminismo como instrumento de transformação social, desde a sua origem, possam ser revigorados e que tenham força de influência e inspiração no movimento de esquerda na luta pela emancipação humana. Para tanto, precisamos ir além das agendas institucionais e governamentais e entender a potencialidade das lutas que podem ecoar com radicalidade e autonomia nas ruas. ■

ESSAS MULHERES

As mulheres brasileiras trabalharam cinco horas a mais que os homens em 2014. O dado é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que considerou a dupla jornada cumprida pela brasileira e somou o trabalho remunerado àquele que é executado dentro de casa, no fim do expediente. A brasileira também tem estudado mais que o brasileiro: do total aproximado de 6 milhões de matrículas nas universidades em 2013, 3,4 milhões foram de mulheres, contra 2,7 milhões de homens (Inep, 2013). Apesar disso, as mulheres ainda são minoria nas carreiras de engenharia (mais de 60% das matrículas nos cursos universitários são de homens) e maioria nos setores do Serviço Doméstico, onde correspondem a 94,6% das vagas (dados IBGE). Quando ocupam os mesmos cargos, as mulheres costumam receber cerca de 25 a 35% a menos que os homens. Na posição privilegiada de empregadores nacionais, as mulheres representam somente 3,6% dos cargos de chefia. Mesmo diante destes números adversos, brasileiras se destacam cada vez mais em diversas áreas profissionais. A revista CULT perfilou sete mulheres de diferentes idades e campos de atuação, que vão do mercado editorial ao setor Jurídico, cujas trajetórias retratam a luta, as conquistas e os desafios da brasileira atual inserida nos espaços públicos.

A poeta Alice Ruiz nasceu em Curitiba, em janeiro de 1946. Começou a escrever aos nove anos. Primeiro vieram os contos, depois os poemas. O tom coloquial da poesia de Mario Quintana, cujos livros ela encontrou um dia na biblioteca da escola, foi a primeira grande paixão da escritora na literatura. “Comecei a fazer poesia sem nem saber que aquilo era poesia. Escrevia de acordo com os clássicos que me apresentavam no colégio. Portanto, com características muito diferentes do que eu produzia”, lembra Alice, que ficou conhecida por seus *hai-kais*, poemas de origem japonesa, estruturados em 17 sílabas poéticas, ou *sons*, divididas em três frases:

*Rede ao vento
se torce de saudade
sem você dentro*

Publicitária, Alice começou a publicar aos 26 anos, em revistas culturais. Ainda não eram poemas, mas ensaios feministas sobre a condição da mulher na sociedade. “Vivo da escrita há anos, mas não exatamente de poesia. Fui publicitária por décadas. Escrevi roteiros de histórias em quadrinhos. Escrevi artigos para revistas. E dou aula de escrita e palestras sobre a escrita”, conta Alice. Seu primeiro leitor foi o companheiro e também poeta Paulo Leminski, com quem viveu durante vinte anos e é o pai de seus três filhos. Mas como é próprio desconfiar dos elogios da pessoa por quem se está apaixonado, foi Décio Pignatari o primeiro escritor a legitimar o valor da obra de Alice. Admirado pelos textos que a amiga lhe mostrou, Décio publicou os poemas de Alice na revista *Através*. “Não vejo a poesia como profissão e, sim, como expressão, como força para continuar”, relembra Alice, contando como era difícil uma mulher publicar poesia no Brasil da segunda metade do século 20. “Ser mulher interfere sempre, e não é só no Brasil. Há, dentre a maior parte dos críticos e editores de antologias, uma tendência a considerar mais a escrita masculina. Alguns argumentariam, em sua defesa, que são poucas as grandes escritoras, mas já não é bem assim.”

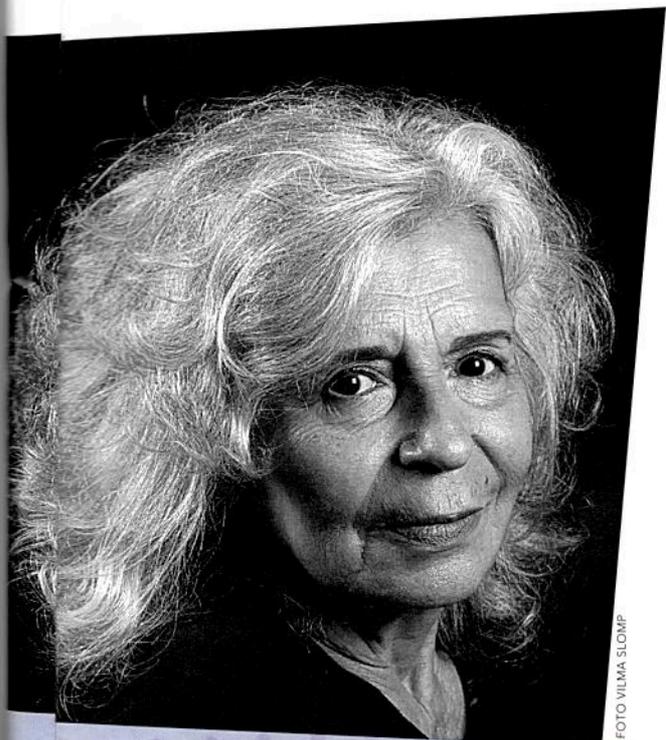


FOTO WILMA SLOMP

Alice RUIZ

*Não vejo a poesia como
profissão e, sim, como
expressão, como força
para continuar*

Outra experiência artística de Alice foi uma incursão pelos roteiros de histórias em quadrinhos. Em 1970, em plena ditadura, ela e Leminski roteirizaram HQs eróticas de cunho feminista para a Editora Grafipar. O objetivo era desconstruir a lógica de objetificação da mulher e, em alguns momentos, ironizar os papéis sociais estabelecidos.

PARCERIAS MUSICAIS

Na década de 1970, Alice vive sua primeira experiência como letrista, ao ter um poema musicado por um amigo e cantor curitibano, Ivo Rodrigues. Em 1983, ela, que era fã de Itamar Assumpção, conhece o cantor em um show e o presenteia com seu primeiro livro, *Navalhanaliga* (1980). Meses depois, em uma viagem a São Paulo, Alice descobre que Itamar havia musicado o poema-título da obra. Aquela era a primeira música de uma amizade e parceria profissional que duraria até a morte do cantor, em 2003. Outra surpresa de Itamar à amiga foi a música “Justo você, Berenice”, em que diz: “Justo você, Berenice, que não chega nem aos pés da poeta Alice”. Outros intérpretes que gravaram letras da poeta paranaense foram Arnaldo Antunes, Zélia Duncan, Adriana Calcanhoto, Cássia Eller, Gal Costa e Ney Matogrosso. Com Alzira Espíndola, gravou um CD inteiro: *Paralelas*.

LEMINSKI

Quando Paulo e Alice se conheceram, na década de 1960, a constituição brasileira considerava que o homem era o chefe da família e que a mulher, uma vez casada, voltava à condição de “relativamente capaz”, como pessoas entre 18 e 21 anos eram classificadas. Recusar a casar-se, mesmo que com o amor de sua vida, Leminski, era recusar-se a ser vista como “incapaz” pela sociedade, além de poder continuar assinando a obra com o nome de sua mãe, Ruiz. “Veja o preconceito da própria linguagem: bens materiais da família são patrimônio; o casamento, é o matrimônio”, ressaltou Alice em entrevista a Mario Silva, em 2012. “Eu jamais teria tido uma vida conjugal com alguém se não fosse o Paulo, porque a nossa vida era falar de poesia, de literatura, trocar ideias e o resto era o resto.” Paulo morreu jovem, em 1989, aos 45 anos, sem testemunhar o sucesso da companheira: Alice ganhou o prêmio Jabuti de Poesia no mesmo ano de morte de Leminski, pelo livro *Vice versos*.

Mais de trinta anos após a morte do poeta, Alice, em *Jardim de Haijin* (Iluminuras, 2010), respondeu a um de seus hai-kais. Em 1970, o escritor escreveu à amada que não tinha coragem de matar o formigueiro que havia se instalado em suas plantas: “No jardim de minha amiga/ Todo mundo feliz/ Até a formiga”. Nos anos 2000, estando Alice no jardim de sua filha Estrela, escreveu: “No jardim de minha filha/ do capim à orquídea/ é tudo família”.

Quando questionada como tem sido envelhecer, Alice declara, finalizando a entrevista: “Minha vida continua agitada e eu continuo engajada. Isso e continuar a escrever é justamente o que relativiza o conceito de envelhecimento. Enquanto estamos dispostos a começar, seja o que for, a alma é jovem”. ■



DIVULGAÇÃO

Bianca SANTANA

*Sou negra há menos de um
ano. Antes, era morena.
Minha cor era praticamente
travessura do sol*

A jornalista paulistana Bianca Maria Santana de Brito não costuma usar o nome do pai, então assina somente como Bianca Santana. Assinar com o nome materno para ela é tão transgressor como quando se reconheceu negra pela primeira vez. Na realidade, nunca houve uma “primeira vez”, mas uma sucessão de acontecimentos que fizeram Bianca prestar atenção à cor de sua pele, socialmente embranquecida desde que se formou em uma faculdade de renome e passou a dar aulas na mesma instituição. “Eu fui branqueada em casa, na escola, no cursinho e na vida universitária.”

Assim Bianca inicia seu primeiro livro. *Quando me descobri negra*: “Sou negra há menos de um ano. Antes, era morena. Minha cor era praticamente travessura do sol. Era morena para as professoras do colégio católico coleguinhas – que talvez não tomassem tanto sol – e para toda a família, que nunca gostou do assunto. ‘Mas a vó não é descendente de escravos?’, eu insistia em perguntar. ‘E de índio e português também’, era o máximo que respondiam sobre as origens da avó negra”.

O livro, lançado em 2015 pela editora Sesi-SP, é uma reunião de textos que Bianca publicou em um blog que mantinha no site Brasil Post em 2014. *Quando me descobri negra* retrata o processo por que Bianca passou para se enegrecer novamente e se reconheceu negra, enfrentando o racismo velado do dia a dia, como a vez em que foi insistentemente confundida com a atendente de um café que em São Paulo enquanto esperava um amigo. “Escrever organiza os sentimentos. Na escrita, você revisita aquela situação e percebe coisas que não tinha percebido durante a situação. Além disso, existe uma grande diferença entre escrever sobre o racismo e guardar para você, ou escrever sobre ele e publicar.”

Em 2012, Bianca, ao jogar búzios com um pai de santo, foi encorajada a começar a escrever. No mesmo período, a jornalista foi convidada por um jornal de grande circulação nacional a manter um blog sobre educação. “Achei que era um sinal, mas ainda não o que eu queria escrever. Não queria que fosse escrever sobre qualquer coisa.” Menos de dois anos depois, veio o convite do Brasil Post, e a resposta foi sim.

O primeiro texto foi sobre uma experiência pela qual ela havia acabado de passar: enquanto prestava consultoria para um prestigiado centro cultural paulistano, Bianca virou motivo de comentários por ter comparecido a uma das reuniões com um turbante alaranjado envolvendo o cabelo afro. “Antes de publicar o texto, escrevi para a gestora do centro cultural, falando que tinha ficado impactada com a situação, e perguntei se ela se incomodaria com a publicação do texto. Então ela me disse que foi um texto difícil de ser lido, porque ela nunca tinha pensado sobre o racismo naquele lugar, mas que não tinha problema ir para o ar. No fim, foi uma relação muito respeitosa”, conta Bianca.

Além da narrativa em primeira pessoa, o livro também traz relatos de outras mulheres negras brasileiras, que, ao lerem os textos de Bianca, se sentiram encorajadas a escrever para a jornalista.

MULHER, NEGRA, NEGRA MULHER

Além de defender a bandeira racial, Bianca participou do movimento estudantil e hoje é militante feminista da ONG Casa de Lua, da qual é uma das fundadoras.

Quando questionada a respeito de qual descoberta veio primeiro, a racial ou a de gênero, Bianca responde sem hesitar: “Me descobri negra antes de me descobrir mulher. Me

descobri mulher só quando fui mãe, não pelo pensamento romântico da questão, mas quando descobri todas as responsabilidades sociais e vi o quanto era pesado. Antes disso, eu já tinha me descoberta negra, durante a faculdade, em que aconteceram diversas coisas que me fizeram enxergar meu lugar no mundo. Eu não me sentia parte daquilo, era uma desconexão com aquele mundo”. O discurso político vindo primeiro do movimento estudantil e, posteriormente, do movimento feminista, ajudou Bianca a articular todas essas questões em seus textos.

O lançamento de *Quando me descobri negra* estava programado para ocorrer em uma das lojas de uma rede de livrarias de São Paulo. Por julgar que não seria um lugar adequado à natureza de seus relatos, Bianca recusou o convite e fez o lançamento na própria Casa de Lua, em uma roda de mulheres negras e feministas.

A obra tem tido sucesso nos meios editoriais, e Bianca segue tentando romper com o racismo em outros ambientes, sobretudo na instituição de ensino superior em que ministra aulas. “Sinto que muitos alunos se sentem incomodados comigo, mas nem eles sabem dizer que incômodo é esse. Quando você olha a avaliação semestral dos alunos, eu costumo ser muito bem avaliada, mas sempre tem uns dois ou três que me avaliam muito mal. Eu tenho certeza de que reside aí uma questão de gênero e raça. Todos os dias a sensação é a mesma: ao entrar na sala de aula de uma instituição particular, tenho a sensação de que alguns não esperavam pela minha presença.” ■

Kenarik Boujikian nasceu no ano de 1959 em Kessab, uma aldeia armênia localizada na Síria. Neta de sobreviventes do genocídio armênio de 1915, Kenarik e a família mudaram-se para o Brasil em 1962. Em 1984, ela se formou em Direito pela PUC de São Paulo. Durante a faculdade, foi voluntária na Penitenciária do Estado de SP e se aproximou da realidade das cadeias superlotadas brasileiras. Concluído o curso, fez uma especialização em Direitos Humanos. Ingressou na magistratura em 1988, apenas quatro anos após se formar, e foi juíza nas cidades paulistas de Piracicaba, São Bernardo do Campo, Cajamar e Pilar do Sul, até retornar para São Paulo, onde atua, desde 2011, como desembargadora do Tribunal de Justiça.

Em 2015, Kenarik passou a incomodar seus colegas do Judiciário ao liberar dez presos que já haviam cumprido suas penas. Desde a medida, a desembargadora aguarda o resultado de uma representação contra ela. O caso corre em sigilo. “Não posso falar sobre.”

Dentre as bandeiras levantadas por Kenarik que têm incomodado seus colegas da Justiça está seu posicionamento em relação ao regime de progressão de pena. Muitos magistrados


 A black and white portrait of Kenarik Boujikian, a woman with dark hair, wearing a patterned scarf and a light-colored top. She is looking slightly to the left of the camera with a neutral expression.

Kenarik BOUJIKIAN

*É importante registrar que,
de cada três mulheres presas,
duas são negras, e cerca de 80%
das mulheres presas têm filhos*

partem do pressuposto de que maior tempo de encarceramento é a solução para diminuir os índices de criminalidade. “Não existe um elemento que permite afirmar que aprisionar por mais tempo, ou agravar essa pena, trará incidência positiva para o sistema de segurança. Creio que foi uma resposta falsa dada para sociedade, e os frutos foram colhidos: o sistema prisional está à beira de um colapso.”

AS MULHERES NO DIREITO

No ano em que Kenarik prestou concurso para a magistratura, as provas ainda eram identificadas, e os corretores costumavam ser mais exigentes com as candidatas mulheres. “Os concursos não são mais identificados. Esta foi uma proposição que foi acolhida e é da Associação de Juízes para a Democracia, à qual sou associada. Desde que a norma foi aprovada, o número de mulheres que ingressou na magistratura aumentou significativamente, mas ainda somos poucas no Tribunal. Na área penal, somos menos ainda. Vamos pensar que são oitenta desembargadores homens na sessão criminal do TJSP e apenas três desembargadoras”, explica.

Em mais de 185 anos de existência, somente três mulheres passaram pelo Supremo Tribunal Federal. “Esta é uma realidade do Direito como um todo e em todas as áreas.” A composição dos tribunais de Justiça também é desfavorável às mulheres: quanto mais alto são os cargos, menos eles são ocupados por mulheres. Kenarik foi uma das poucas mulheres que conseguiu traçar um caminho dentro do Poder Judiciário. “O sistema Judiciário é de domínio dos homens. O mundo do direito penal é ainda masculino”, afirma Kenarik.

ENCARCERAMENTO FEMININO

A desembargadora conta que o aumento do aprisionamento feminino nos últimos quinze anos no Brasil foi de 570%. “É importante registrar que, de cada três mulheres presas, duas são negras, e cerca de 80% das mulheres presas têm filhos”, ressalta Kenarik. “O aprisionamento crescente se deve, a meu ver, ao fato de a mulher assumir a chefia da família.”

Preocupada com os números da população carcerária feminina, a desembargadora, que se considera feminista, envolveu-se com a luta pelos direitos das mulheres em 2001, quando ajudou a fundar o Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas, que discute a realidade e os problemas sociais impostos à mulher presa. “A criação do GET aconteceu após um debate na OAB/SP, cujo tema era a questão prisional. No evento, ficou claro o tratamento diferenciado que o Estado dava para as mulheres, que, por exemplo, não recebiam visitas íntimas. A partir daí, começamos e continuamos. O fato é que ainda estão ausentes políticas públicas efetivas em relação às mulheres.” A principal causa do GET hoje é a luta pelo indulto efetivo que alcance todas as mulheres encarceradas.

Quando questionada a respeito da violência de gênero que sofre no exercício de sua profissão, acrescida ao risco de agora ser punida, Kenarik, discreta, limita-se à última declaração da entrevista: “Eu não tenho relato pessoal para fazer, mas faço parte dessa engrenagem”. ■

A filósofa, professora, poeta e ativista cultural Maria Vilani é hoje uma das principais figuras do bairro do Grajaú, periferia de São Paulo, chamado pelo filho famoso, o rapper Criolo, de “The Grajaux”, onde “duas lajes é triplex”. Nascida no Ceará, em 1950, ela nunca frequentou escola na infância e somente aprendeu a “desenhar” o próprio nome porque o pai lhe ensinou. Ficou órfã aos oito anos e foi criada pelos tios paternos. Autodidata, aprendeu a ler sozinha: pegava as folhas de jornais e revistas que embrulhavam os alimentos comprados pela família e, a partir das letras que conhecia do seu nome, identificava, ou decodificava, as palavras novas. “Foi uma luta muito grande. Eu queria ler e não tinha ninguém para ler para mim. Então terminei o meu processo de alfabetização, começado pelo meu pai, sozinha”, conta. Os livros de poesia foram os primeiros a chamar a atenção de Maria. Depois de alfabetizada, passou a escrever seus próprios poemas.

Em 1970, aos 23 anos, mudou-se para São Paulo com o marido. “O Ceará não tinha emprego e a gente vivia uma situação muito deficitária, a sobrevivência era difícil. Queríamos ter filhos, mas não queríamos que eles passassem por tudo aquilo que estávamos passando. Decidimos, então, viajar para São Paulo.” O marido logo conseguiu emprego como metalúrgico, mas Maria, acostumada a trabalhar

em balcão de lojas no Nordeste, acabou virando dona de casa para poder ter filhos. “Na época, não tinha creche nas periferias como tem hoje.”

Com quatro livros escritos e três publicados, Maria é hoje pós-graduada em Filosofia Clínica, graduada em Filosofia e em Pedagogia, especialista em Língua, Literatura e Semiótica, e em Psicanálise, Infância e Educação. Em 1990, fundou no Grajaú, onde vive até hoje, o Caps, Centro de Arte e Promoção Social, um espaço de oficinas de poesia, escrita, saraus e discussões filosóficas voltado para a periferia paulistana.

CINCO CONTOS SEM DESCONTO

Maria e o marido tiveram quatro filhos e adotaram um quinto. Ela passou a frequentar a escola na condição de mãe, nas reuniões semestrais, até que um dia, com quase quarenta anos, ao matricular o filho Kleber, o Criolo, resolveu formalizar seus estudos. “Eu era tão ignorante que achava que não tinha direito à escola pública por ser adulta, mas o Kleber insistiu que eu perguntasse se aceitavam alunos adultos. ‘Mãe, pergunta, pergunta!’, ele me disse. Fiz a matrícula e nós dois estudamos na mesma sala o colegial todo”, conta. “Na escola a gente era colega e em casa era mãe e filho.” O primeiro livro de Maria, *Cinco contos sem desconto e de quebra dois poemas* (1991), foi um trabalho escolar feito durante o ensino médio para a disciplina de Educação Artística.

O quarto livro de Maria, *Penteando a vida*, uma coletânea de setenta poemas escritos entre 1985 e 2015, será publicado neste ano. “O tema central é a vida, e é uma obra em homenagem às mulheres.” “Meu livro anterior, *C varal*, havia sido feito somente por homens. Eu acredito que contraí, então, uma dívida com as mulheres”, conta, rindo. Todo o processo da obra é feito somente por mulheres: Cleane



Maria VILANI

*O universo da literatura ainda
é dominado pelos homens,
embora as mulheres estejam
neles em grande número já*

Cavalcante Gomes é a revisora, Joana Brasilliano cuida do projeto gráfico, Paula Castro escreveu a orelha, Rute Pajeú é a assessora de comunicação, Tatiana Gomez fez o prefácio e Priscila Moreira é a produtora executiva. “Todos somos as penteadoras: viver é como pentear os cabelos, é preciso desatar os nós, desembaraçar. A gente está sempre tendo um cuidado muito grande com o cabelo, assim também deve ser com a vida.”

Maria conta que quando começou a escrever poesia, era questionada pelos editores. “Me perguntavam: ‘Você copiou isso de quem?’”, lembra a escritora. A fim de ganhar autonomia e independência do mercado editorial brasileiro, que pouco representa a “mulher, pobre e de periferia”, como se define Maria, a poeta lançou uma campanha de financiamento coletivo na internet para publicar a obra. “O universo da literatura ainda é dominado pelos homens, embora as mulheres estejam neles em grande número já. Eu tiro essa constatação pelos saraus que promovo: a maioria das pessoas que se manifestam, que mostram sua poesia, são homens.” Por que isso acontece, Maria? “Acredito que as mulheres ainda estão inibidas em virtude da nossa história e do que fizeram com a nossa autoestima. Eu tiro por mim, eu demorei muito para mostrar a minha poesia. Mas tudo bem, as coisas não acontecem do dia para a noite, as grandes revoluções levam um tempo.” ■

Formada em Letras e Comunicação Social, Rejane Dias é uma das principais mulheres do mercado editorial de livros no Brasil, tendo fundado o Grupo Editorial Autêntica, do qual é diretora executiva. Criado em 1997, em Belo Horizonte, o Grupo nasceu como uma única casa editorial, a Autêntica Editora, focada em publicações acadêmicas nas áreas das Ciências Humanas, e hoje engloba outras três iniciativas: a Gutenberg, com títulos de interesse geral; o selo Vestígio, voltado para a publicação de romances policiais; e a Nemo, dirigida aos interessados por quadrinhos.

“Vislumbrei a possibilidade de ter uma editora em 1996, quando a internet estava sugerindo que várias formas de comunicação se tornariam digitais. Na época, eu tinha uma agência que trabalhava a comunicação interna de empresas, instituições, prefeituras etc. Então, acreditei que esses clientes desapareceriam se passassem a enviar seus jornais para clientes e parceiros apenas em formato digital”, conta Rejane. Dezenove anos após lançar o primeiro livro, uma tese de doutorado em literatura, a editora mineira já colocou no mercado quase dois mil títulos, por mais de 1300 autores, dentre eles, Virginia Woolf e Spinoza.



FOTO: DIAGO DROSCHI

Rejane DIAS

*Acho que o mundo
dos negócios pertence mais
aos homens – ainda*

50p.

MULHERES NO MERCADO EDITORIAL

A presença de mulheres na literatura e no mercado editorial foi muito discutida em 2015. Com base na afirmação de Virginia Woolf, de que “por muito tempo na história, ‘anônimo’ era uma mulher”, movimentos organizados por coletivos feministas, como o *KDMulheres*, da ONG Casa de Lua, alertaram para a visibilidade das obras escritas por mulheres no Brasil: a campanha apurou que menos de 15% das mesas principais da Feira de Literatura Internacional de Paraty, a Flip, contavam com uma escritora e, de todas as 13 edições da Feira, apenas uma escritora foi homenageada, Clarice Lispector. O fato é que o mundo dos livros, em suas várias facetas, ainda é dominado por homens, o que faz de Rejane quase uma exceção. “Me lembro de alguns poucos momentos em que eu desejava conversar com o diretor de uma grande rede de livrarias e não conseguia marcar a reunião, mas quando eu pedia a um funcionário ou gerente da editora – homem – para tentar o agendamento, percebia que ele conseguia com mais facilidade”, conta a editora. “Acho que o mundo dos negócios pertence mais aos homens – ainda. Eu não tenho filhos e acredito que, além de sempre ter tido mais disponibilidade para minha empresa, também me permiti arriscar mais, o tempo todo, até hoje. Historicamente, o homem sempre teve mais desenvoltura para circular nos espaços públicos, nas esferas sociais, portanto, no mercado de trabalho. A ele sempre foram permitidos esses movimentos. A possibilidade de a mulher circular mais nessas esferas públicas é recente, ainda mais no Brasil.” Quando questionada sobre o número de autores e autoras já publicados, Rejane afirma que nunca se lembrou de fazer essa conta, mas que percebe um movimento em que escritores homens, assim como leitores homens, estão ligados a um determinado

segmento, enquanto que as mulheres costumam aparecer mais em outros. “Hoje tem muito mais mulheres produzindo conhecimento, envolvendo-se com a escrita, sobretudo em certas áreas da universidade, como Educação, Letras, Ciências Sociais. Na Filosofia, percebo uma predominância masculina. Na ficção juvenil, muito mais mulheres escrevendo para garotas – aliás, entre os livros juvenis, muito mais garotas lendo, numa proporção de 80% para 20%. Mas no segmento de aventura juvenil, ou de ficção ligada a games, muito mais garotos, na mesma proporção de 80% para 20%”, relata. “Mas eu fiquei curiosa e vou pedir esse relatório, que aliás nem existe, porque nunca tivemos um filtro por gênero nos nossos cadastros.”

Apesar de não deter tais informações Rejane, por meio do selo Nemo, aposta que o ano de 2016 será das mulheres em um segmento literário que costuma ser dominado pelos homens: o das histórias em quadrinhos. Os lançamentos deste ano nas HQs serão focados em autoras que abordam, entre outros temas, a questão de gênero, o abuso sexual, a misoginia e a responsabilidade social. ■

A atriz, dramaturga, diretora, poeta e MC, Roberta, alcunhada por uma amiga na época da escola de Estrela D'Alva, nasceu em Diadema, São Paulo. Cofundadora da companhia teatral Núcleo Bartolomeu de Depoimentos e do coletivo Frente 3 de Fevereiro, Roberta Estrela D'Alva é a primeira brasileira a conquistar um lugar na Copa do Mundo de Slam, uma competição internacional de poesia, com influência do rap e do hip hop. A atriz obteve a terceira colocação na edição de 2012, sendo a única mulher a subir no pódio. Desde a conquista do prêmio, Roberta tem sido a porta-voz da modalidade do slam no Brasil, e sua poesia ritmada tem ganhado cada vez mais destaque.

“A real é a seguinte: eu cheguei aqui e já estou frenética, trabalhando na correria”, declara Roberta, recém-chegada de uma viagem à França, iniciando a entrevista com a linguagem e a energia de quem dança, rima, faz poesia, canta, recita e interpreta, quase tudo isso ao mesmo tempo, em espetáculos chamados de *spoken-word*, uma mistura de

oralidade ritmada e poética musical. No palco, Roberta promove uma viagem a temas como amor, paixão e vida, mas também toca nas feridas sociais, como o racismo e a exclusão de classe. “Escrevo para falar, por pura necessidade de me expressar. Eu nunca fico pensando ‘sobre o que eu vou escrever agora?’ Eu vivo no mundo de olho aberto, e as coisas vão provocando, vão pedindo para serem ditas, as histórias vão pedindo para serem narradas”, afirma. Roberta faz parte de uma geração de atores formados pela EAD-USP (Escola de Arte Dramática da Universidade de São Paulo), e foi fortemente influenciada por Tiche Vianna e sua pesquisa com a *commedia dell'arte*. “Tiche foi uma pessoa muito importante porque nos ensinou sobre a função social do ator”, conta.

A ARTE COMO DENÚNCIA

A carreira de Roberta começou a partir de uma decepção com a cena teatral: ao deixar os muros da universidade, a atriz não se identificou com nenhuma companhia de teatro paulistana. Dessa insatisfação, nasceu o Núcleo Bartolomeu de Depoimentos, um coletivo que inaugurou o “teatro hip hop” no Brasil, estilo que mistura os elementos da cultura hip hop, o grafite, o DJ e o rap à performatividade do teatro. “Hoje, as pessoas não estranham tanto o Núcleo Bartolomeu de Depoimentos e até já tem um monte de gente misturando teatro com hip hop, mas na época em que começamos, no ano 2000, éramos considerados ‘muito teatro’ para o pessoal do hip hop e ‘muito hip hop’ para o pessoal do teatro. É o preço e o risco quando você se propõe a fazer algo novo, experimental”, explica Roberta. O objetivo da companhia é o de expor as contradições da vida nas metrópoles por meio de uma linguagem híbrida e em tom de denúncia social. A diretora e dramaturga Cláudia Schapira, o DJ e ator Eugênio Lima e a atriz Luaa Gabanini completam a equipe da companhia teatral.

Na sede do Núcleo, Roberta criou o ZAP, Zona Autônoma da Palavra, em 2008, a primeira batalha de poesia falada. “Essas batalhas acontecem no mundo inteiro e chegaram no Brasil pelas nossas mãos.” O evento reúne poetas que, sem acessórios, figurinos ou acompanhamento musical, têm que declamar seus textos em, no máximo, três minutos. “Em julho de 2007, em uma viagem a Nova York, tive a oportunidade de conhecer um *slam* ao vivo e em cores. Estive no Nuyorican Poets Café e no Bowery Poetry Club, dois dos mais tradicionais clubes de poesia e de *slam* da cidade e pude ver de perto as batalhas. Descobri que existem mais de quinhentas comunidades de *slam* no mundo inteiro, nos países mais diversos”, conta.



FOTO LEONARDO MUSSI

Roberta

ESTRELA D'ALVA

Não dá para olhar para o hip hop isoladamente porque ele está inserido em um contexto maior, que é a sociedade na qual vivemos com todo o ideário branco e patriarcal

A MULHER NA CULTURA HIP HOP

Em 2014, a Frente Nacional de Mulheres no Hip Hop lançou uma antologia denunciando a exclusão do feminino na cultura hip hop: os cachês costumavam ser menores para as mulheres, a exploração do corpo feminino como objeto permanece nas letras dos MCs e a pressão para adoção de vestimenta usada pelos homens eram algumas das denúncias.

Para Roberta, “não dá para olhar para o hip hop isoladamente porque ele está inserido em um contexto maior, que é a sociedade na qual vivemos com todo o ideário branco e patriarcal. Acho que existe machismo no hip hop na medida em que existe machismo na sociedade como um todo, nas instituições, nas famílias”. “Embora o hip hop seja um ambiente histórica e predominantemente masculino, eu tive a sorte de vivenciá-lo em um ambiente protegido e tradicionalmente mais aberto, que é o teatro. Mas mesmo assim eu não escapei de uma certa desconfiança. Existem tentativas de ‘deslegitimação’, de apagamento da mulher na cena do hip hop e teatral. Mas aí a gente persiste, vai lá e faz valer.” ■